



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 114, TERÇA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2019

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)**

Presidente

**Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)**

1º Vice-Presidente

**Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)**

2º Vice-Presidente

**Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)**

1º Secretário

**Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**

2º Secretário

**Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)**

3º Secretário

**Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochaël**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 131ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 12 DE AGOSTO DE 2019

1.1 – ABERTURA .....	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear a comunidade terapêutica Fazenda da Esperança, nos termos do Requerimento nº 81/2019, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores. ....	8
<b>1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Siqueira Campos) .....</b>	<b>8</b>
<b>1.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2.3 – Oradores</b>	
Sr. Hans Stapel, fundador da Fazenda da Esperança .....	9
Sr. Nelson Giovanelli Rosendo dos Santos .....	9
Sr. José Luiz de Menezes, Presidente da Fazenda da Esperança .....	13
Sra. Fátima Roriz, colaboradora da Fazenda da Esperança de Tocantins .....	14
Sr. Quirino Cordeiro Júnior, Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, representando o Ministro da Cidadania. ....	16
Sr. Adalberto Calmon Barbosa, Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas e Diretor de Projetos da Fazenda da Esperança no Brasil .....	19
<b>1.2.4 – Execução do Hino da Fazenda da Esperança .....</b>	<b>21</b>
1.3 – ENCERRAMENTO .....	21
<b>2 – ATA DA 132ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE AGOSTO DE 2019</b>	
2.1 – ABERTURA .....	23
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	



<b>2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2.2 – Comunicação</b>	
Do Senador Jorge Kajuru, de filiação partidária de S. Exa. ao Patriota ( <b>Ofício nº 39/2019</b> ). .....	<b>23</b>
<b>2.2.3 – Oradores</b>	
Senador Paulo Paim – Esclarecimentos sobre os impactos nas mudanças de cálculo dos valores das aposentadorias na proposta de reforma da previdência. Celebração pelo resultado das eleições primárias para a Presidência da República na Argentina. Apelo para que os Senadores analisem profundamente a proposta de reforma da previdência e não aprovem na íntegra o texto vindo da Câmara dos Deputados, como já aconteceu com outras propostas. Exposição sobre o valor da sonegação fiscal no Brasil. Pesar pelo falecimento do Sr. Walter Barelli. ....	<b>23</b>
Senador Jorge Kajuru – Comemoração do Dia Internacional da Juventude. Reflexão sobre a importância da participação da juventude no debate político. Considerações sobre a necessidade de melhora da infraestrutura, com políticas destinadas a portos, estradas e aeroportos, e da realização de uma reforma tributária eficaz. ....	<b>28</b>
Senador Marcio Bittar – Questionamento sobre os esforços despendidos pelos Senadores em discutir o projeto de lei que prevê o uso inadequado de animais, ao passo que outros assuntos, relativos à população e políticas públicas, não possuem o mesmo destaque no Parlamento. Considerações sobre a importância de se incluir Estados e Municípios na proposta de reforma da previdência. ....	<b>29</b>
Senador Plínio Valério – Posicionamento favorável à apresentação de emendas, pelo Senado Federal, a determinados pontos da proposta da reforma da previdência, não apenas aprovando o texto oriundo da Câmara dos Deputados. ....	<b>33</b>
Senador Rogério Carvalho – Críticas às declarações e à atuação do Presidente da República. Reflexões sobre a proposta da reforma da previdência aprovada na Câmara dos Deputados, com destaque para a discussão sobre a inclusão, pelo Senado Federal, dos Estados e Municípios. ....	<b>36</b>
Senador Reguffe – Comentários sobre as emendas que S. Exa. apresentará à PEC da Previdência. ...	<b>39</b>
Senador Alvaro Dias, como Líder – Apelo ao Governo Federal para que repasse recursos à Caixa Econômica com o propósito de dar continuidade ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Preocupação com o montante de recursos devidos ao BNDES por diversas nações. ....	<b>41</b>
Senador Zequinha Marinho – Explicação sobre a importância do prolongamento da BR-222 para o Estado do Pará. ....	<b>43</b>
Senador Telmário Mota – Críticas à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27/2018 pelo Plenário do Senado Federal. ....	<b>45</b>
Senador Marcos Rogério – Comemoração dos 36 anos da primeira Constituição do Estado de Rondônia. Destaque para a atuação do ex-Governador e Senador José Bianco. Registro do sucesso do agronegócio rondoniense e de seus desafios. ....	<b>47</b>
<b>2.3 – ENCERRAMENTO</b> .....	<b>51</b>
<b>3 – ATA DA 133ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 12 DE AGOSTO DE 2019</b>	
<b>3.1 – ABERTURA</b> .....	<b>53</b>
<b>3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO</b>	
Destinada a homenagear o General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, nos termos do Requerimento nº 594/2019, do Senador Chico Rodrigues e outros Senadores. ....	<b>53</b>



<b>3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Exército pela Banda do Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército Brasileiro</b> .....	53
<b>3.2.2 – Fala da Presidência (Senador Davi Alcolumbre)</b> .....	53
<b>3.2.3 – Oradores</b>	
Senador Chico Rodrigues .....	56
Sr. Edson Leal Pujol, Comandante do Exército Brasileiro .....	58
Sra. Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República .....	59
Senador Major Olímpio .....	60
Senador Marcio Bittar .....	61
Senador Roberto Rocha, como Líder .....	63
Sr. Antônio Hamilton Martins Mourão, Vice-Presidente da República .....	64
Sra. Adriana Haas Villas Bôas, filha do homenageado .....	65
<b>3.2.4 – Fala da Presidência (Senador Davi Alcolumbre)</b> .....	66
<b>3.2.5 – Oradores (continuação)</b>	
Sr. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, homenageado .....	66
<b>3.2.6 – Entrega do Certificado ao Mérito ao Sr. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, em reconhecimento aos serviços prestados à Nação brasileira.</b> .....	68
<b>3.2.7 – Execução da Canção do Soldado da Amazônia pela Banda do Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército Brasileiro</b> .....	68
<b>3.3 – ENCERRAMENTO</b> .....	68

## PARTE II

### 4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 132ª SESSÃO

#### 4.1 – EXPEDIENTE

##### 4.1.1 – Comunicação

Do Senador Jorge Kajuru, de filiação partidária de S. Exa. ao Patriota (**Ofício nº 39/2019**). .... 70

##### 4.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno . 72

### 5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 133ª SESSÃO

#### 5.1 – EXPEDIENTE



**5.1.1 – Discurso encaminhado à publicação**

Senador Izalci Lucas .....	77
----------------------------	----

**6 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****6.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 88/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1789/2019 .....	81
Nº 89/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1227/2019 .....	87
Nº 90/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 335/2018 .....	94
Nº 91/2019-CDH, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 9/2016 .....	100
Nº 92/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1354/2019 .....	105
Nº 93/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1950/2019 .....	112
Nº 94/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1380/2019 .....	118
Nº 95/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1196/2019 .....	124
Nº 96/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 2603/2019 .....	130
Nº 97/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 2098/2019 .....	136
Nº 98/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 32/2018 .....	143
Nº 99/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 1/2015 .....	150
Nº 100/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 37/2018 .....	156
Nº 101/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 23/2018 .....	162

**PARTE III**

<b>7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>168</b>
<b>8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>171</b>
<b>9 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>172</b>
<b>10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>174</b>
<b>11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>177</b>
<b>12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>179</b>
<b>13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>216</b>



Ata da 131ª Sessão, Especial,  
em 12 de agosto de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência do Sr. Siqueira Campos.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 42 minutos e encerra-se às 12 horas e 6 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a homenagear a comunidade terapêutica Fazenda da Esperança, nos termos do Requerimento nº 81, de 2019, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Senador Eduardo Gomes e o fundador da Fazenda Esperança, extraordinária organização, que tem colocado no caminho certo, no caminho de Deus, muitos e muitos rapazes e moças que estavam praticamente desviados.

Convido o fundador da Fazenda Esperança, o Frei Hanz Stapel, para fazer parte da Mesa. (*Palmas.*)

Sr. Nelson Rosendo Giovanelli. (*Palmas.*)

Presidente Geral da Fazenda Esperança, Padre José Luiz de Menezes. (*Palmas.*)

É com alegria que convido a Dra. Fátima Roriz, grande colaboradora da Fazenda Esperança no Tocantins. (*Palmas.*)

Peço desculpas aos componentes da Mesa e a todos que estão no Plenário. Não é por causa da idade, 91 anos. Eu considero esses 91... Se eu tiro o um de trás e coloco na frente, ficam 19. A minha vontade de viver e de conviver é tamanha que eu me sinto com 19 anos. Eu me sinto bem, mas os problemas advindos da idade e de outras coisas mais não me permitem ter aquela mobilidade, aquela agilidade que eu gostaria de ter, mas estamos aqui.

Inicialmente, eu quero pedir desculpas porque eu não estava bem atento sobre o problema de horários e eu julguei que eu vinha participar e não presidir uma sessão como esta, o que é uma honra imensa para mim. Muito feliz eu me sinto por estar aqui, porque esse é um dos mais belos projetos sociais de amparo, de encaminhamento da juventude, das pessoas desvalidas, das pessoas que não têm condições de viver normalmente e que não podem encaminhar os seus filhos.

Quantos rapazes, quantas pessoas em geral, rapazes e moças, são assistidas e tomam o rumo certo e se tornam outros. Ao entrarem lá, estão com todas as precárias condições de vida devido à postura, ao abandono e tudo mais.

Olha, Frei Hanz, iluminado por Deus, o senhor criou, com a ajuda de todos que estão na mesa, essa fabulosa organização que se chama Fazenda da Esperança.

Estou muito feliz pela presença de tantos participantes nesta sessão, com tanta gente boa em toda parte deste País, cada um com a responsabilidade grande de amparar, de apoiar e de encaminhar os jovens deste País.

Na verdade, é um belo nome: Fazenda da Esperança. Ninguém pode deixar de ter esperança. Ninguém. E lá a gente aprende isso. Eu estive na fazenda muitas vezes, junto com a Dra. Fátima Roriz e outros, visitando esse belo projeto do Estado do Tocantins, seja em Porto Nacional, seja nesse núcleo perto de Palmas. Eu não sei se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Ele pertence ao Lajeado. É verdade. Pertence ao Lajeado, que é onde está instalada a primeira grande usina de geração de energia elétrica.

Então, fico muito feliz por estar aqui e principalmente por estar presidindo esta sessão.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.



*(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Com muita alegria e muita honra, convido o Frei Hanz Stapel para fazer o discurso inicial. Dou a palavra a ele. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Nelson Rosendo Giovanelli.

**O SR. HANS STAPEL** (Para discursar.) – Através do Senador Siqueira Campos, quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes. E me permitam que chame todos de amigos da fazenda, amigas.

Estamos aqui juntos para tentar fazer – não sei como dizer –, tentar transmitir aquilo que Deus fez através de nós. Eu digo nós, porque começamos juntos. Para entender a Fazenda da Esperança, não se pode pensar numa obra social somente. É algo mais. Aqui se trata de um carisma.

Quando eu cheguei, como jovem padre lá em Guaratinguetá, tentei ensinar o povo a viver o Evangelho, colocar em prática as frases do Evangelho, porque, na minha juventude, ainda na Alemanha, tive a grande graça de conhecer a fundadora do Movimento dos Focolares, Chiara Lubich. O jeito carismático dessa mulher que Deus tomava conta totalmente transmitia algo que nunca posso esquecer: a importância de colocar em prática cada frase do Evangelho.

Estou convicto de que, hoje, estamos vivendo as dificuldades que todos conhecem, da violência, da desigualdade, e que isso é fruto de termos nos afastado do Evangelho.

Na paróquia, logo no início, Nelson, ouvindo-me falando, pegou firme e colocou em prática. Vamos pedir a ele que ele mesmo conte como foi a primeira experiência que ele fez conscientemente.

**O SR. NELSON GIOVANELLI ROSENDO DOS SANTOS** (Para discursar.) – Quando o Frei Hanz chegou na Paróquia Nossa Senhora da Glória, na época eu estava com os meus 17 anos de idade e, como todo adolescente, com muitas perguntas profundas no meu coração, especialmente pelo sofrimento que eu acompanhei desde pequeno e que eu vivi entre meu pai e minha mãe pelas vezes em que meu pai chegava alcoolizado em casa – aliás, muitas vezes – ou não chegava em casa.

Eu me perguntava: mesmo participando do Igreja e participando da fé cristã, como é possível que nós, como família, podemos viver num ambiente assim, sempre de conflito?

Quando o Frei Hanz chegou na nossa paróquia, escutando as coisas que ele falava, comigo, com muitos outros, até inclusive com meu pai, com minha mãe, nós o procurávamos para conversar. Numa dessas conversas que eu tive com o Frei, ele me escutou, e apresentei assim todas as minhas angústias, dores. No final, ele disse: "Nelson, o seu problema não está no seu pai; o problema está em você, que ainda não o amou como ele é". E ainda acrescentou: "Você já experimentou ver Jesus no seu pai?". Eu perguntei ainda para ele: "Mas mesmo quando ele chega alcoolizado em casa?". "Sim".

A conversa foi muito curta, mas, para mim, foi determinante, porque eu voltei para casa decidido a fazer essa experiência. Quando eu cheguei, encontrei meu pai em casa, por sorte. Fui até a cozinha, arrisquei fazer um café – ele gostava muito de café – e levei para ele com este pensamento: "Vou levar para você, Jesus", porque racionalmente, como não conversávamos, eu não faria isso. Ele ficou surpreso, tomou o café e, naquele momento, dentro de mim, eu senti uma alegria que, poucas vezes na minha vida, eu tinha experimentado.



A partir desse momento, começou um relacionamento muito forte entre mim e ele. Papai gostava muito de caminhar, e nós fomos um dia caminhar juntos. E se estabeleceu um relacionamento muito profundo, verdadeiro. O pai começou a se abrir e a falar coisas que nem para minha mãe ele dizia. Começou um processo que hoje eu entendo e, quando encontro com os nossos jovens nas Fazendas da Esperança, conto essa história de recuperação, primeiro, dentro de mim, minha mãe e, depois, meu pai.

Meu pai começou a ficar sempre mais em casa e, ao decurso de dois anos, ele não mais bebeu, e essa experiência com que minha mãe sonhava – eu e também o meu pai – aconteceu. Nós começamos a viver mais em harmonia em casa e eu tive o desejo de partilhar isso com outros de fora.

Meu pai, por conta dessa questão de alcoolismo, como nós sabemos, muitos de vocês jovens também vivenciaram, perdeu o trabalho, e conseguiu um trabalho em Moçambique, na África, para trabalhar para uma empresa estatal, e minha mãe como advogada no Ministério do Comércio Interno. Todos nós podíamos ir. Eu decidi ficar porque queria partilhar essas experiências com outros jovens.

Continuamos essa experiência na paróquia, meus pais foram para a África e, nessa mudança, aconteceu que, quando eu vinha do meu trabalho ou da missa de que eu participava do com o Frei, eu comecei a me encontrar com 20 jovens que se drogavam numa esquina perto da paróquia. Os pais desses jovens procuravam sempre o Frei Hans desesperados porque não sabiam o que fazer com seus filhos. Eles enfrentavam a polícia, era um ponto de vendas, era uma boca de fumo como naquela época, nos anos 80. E veio dentro de mim o desejo de me aproximar deles, mas eu tinha medo, e foi justamente aquilo que nós tínhamos nos acostumado a viver na paróquia, ou seja, uma frase do evangelho que me deu a força para perder o medo e me aproximar deles.

Criamos uma amizade, eles me acolheram, criou-se um relacionamento também como experimentei com o meu pai com eles. E, um dia, um deles se aproximou de mim e perguntou: "Nelson, você pode emprestar sua bicicleta?". Em questão de segundos, eu fiquei na dúvida, porque era o meu único meio de locomoção para o trabalho, mas eu logo entendi que era uma oportunidade que eu não podia perder de repetir a experiência que eu havia feito com o meu pai. E, sem falar isso para ele, entreguei a bicicleta pensando que não era para o Ângelo, era para Jesus nele. Três dias depois, esse jovem me devolveu a bicicleta toda lavada, ainda colocou um dispositivo que faltava no banco de trás e me revelou: "Quase que você perdeu a sua bicicleta, porque a minha intenção – e eu falei isso para os outros colegas aqui, nós estamos com falta de droga naqueles dias – era trocá-la por droga, mas, quando eu estava indo para uma outra boca, eu não consegui chegar até o final. Eu me senti muito tocado com a sua atitude, por isso você tem a sua bicicleta de volta".

Poucos dias depois, cresceu sempre mais a confiança entre nós, até que, no dia 29 de junho de 1983, quando nós consideramos o nascimento da Fazenda da Esperança, um desses jovens pediu para a gente conversar em separado e, nessa conversa, ele me revela que fazia uma semana que não colocava um cigarro de maconha na boca e me disse assim: "Nós somos uma família de oito irmãos, eu fui o único que me desviei. Eu tomei uma decisão: eu não quero mais chegar em casa e ver a minha mãe chorar, eu não quero mais vê-la sofrer, mas sinto que, sozinho, não vou conseguir. Eu quero sair dessa". E me veio na minha mente você. "Por favor, me leve para onde você quiser, eu quero sair dessa situação. Eu preciso de alguém que me acompanhe 24 horas".



Quando ele me falou isso, eu não podia imaginar para onde levá-lo, mas logo entendi que ele, para encontrar essa pessoa 24 horas, deveria conhecer quem me levou até lá. Então, convidei para participar conosco na paróquia, porque tinha convicção de que, se ele conhecesse Deus através da Eucaristia, da palavra, do amor entre a comunidade, quem sabe, ele poderia encontrar essa pessoa. E foi o que aconteceu. Ele começou a participar conosco, experimentou o acolhimento das mães, dos pais naquela nossa comunidade, experimentou a alegria, também arrastou mais outros quatro daquela boca, e começamos a nos encontrar, todas as noites, na missa, com o Frei Hans.

E aí meus pais chegaram de Moçambique, da África, e, à noite, encontraram a casa cheia de drogados. Dessa maneira, começou a experiência muito simples, Senador, com o pai, a mãe e o Frei Hans. Nós partilhávamos da mesa da Eucaristia e, depois, íamos partilhar da mesa da sopa, que meu pai gostava muito de fazer para eles. Esses jovens se sentiram muito acolhidos, mas não imaginávamos que, dessa experiência que começou com um cafezinho, poderia surgir essa obra que hoje estende as suas casas em 23 países, com 140 comunidades. Depois eu vou pedir até para apresentar o vídeo, para dar uma ideia maior.

Eu tenho uma gratidão muito grande ao Frei Hans, que, um dia, decidiu deixar a sua Pátria – ele é irmão gêmeo, univitelino –, decidiu deixar o seu irmão para vir ao Brasil como missionário e trazer essa espiritualidade que salvou a minha vida, do meu pai, da minha mãe e de todos vocês que estão aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. HANS STAPEL** (Para discursar.) – Diante daquele jovem e depois dos outros que pediram ajuda, eu pensei: o que posso fazer? A opinião que existia – e hoje muitos ainda pensam assim – era a de que a resposta deve vir da Cientologia ou da Medicina. Mas eu não entendo nada disso. Então, eu pensei: o que eu posso dar para eles? Exatamente esse estilo de vida de pensar no outro, amar concretamente, porque todas as palavras do Evangelho nos levam para o outro, nos tiram desse egoísmo. Isso nós ensinamos a eles.

E, para a minha surpresa, eles conseguem sair da droga. E sempre chegavam mais, mais nas terras, e nós estávamos começando a entender: aqui está nascendo algo novo. E nós gostamos de chamar um terceiro caminho: o caminho da espiritualidade. Os resultados foram extraordinários. Eu fiquei surpreso, disse: mas como é possível? Mas depois comecei a entender, porque, se nós ficarmos unidos nesse amor... Todos os nossos responsáveis são vocacionados, têm uma vocação, doam a sua vida totalmente a Deus. Significa que estão dispostos a amar 24 horas. E esse amor provoca a presença de Jesus entre nós. Ele disse: "Bastam dois ou três, e eu estou no meio deles". Onde existe o amor, Deus se sente atraído como um ímã e está no meio. O que Deus faz eu vi nesses 36 anos. Ele faz maravilhas. Tudo o que ele fez quando estava entre nós nesta terra também hoje ele quer fazer e faz. Eu vi milagres, curas, mortos ressuscitarem. Eu vi a multiplicação dos pães, porque Deus sabe multiplicar. Ele toca os corações.

E assim chegam sempre mais terras, fazendas, também em outros países. Nós estamos caminhando e não paramos. Além das 141 fazendas que estão funcionando, temos mais 50 já doadas que estamos preparando.

Eu também me lembro, Sr. Senador Siqueira Campos, de quando chegamos ao Tocantins. O senhor, como Governador, abriu sua casa, nos recebeu, deu confiança e nos ajudou muito. Hoje, há fazendas nesse Estado. Quanto bem fazem! Não há nenhum Estado no Brasil em que não haja uma fazenda. Mas eu confesso que gostaria ainda de abrir muitas outras.



Essas 50 fazendas já deveriam estar funcionando. Também sonho com uma fazenda aqui em Brasília. Há muitos anos, tentamos, mas as coisas da burocracia, às vezes, atrasam. Mas o problema da droga não atrasa; cresce muito rápido.

Estou aqui, nesta manhã, para receber esta homenagem, que, sem dúvida, é para todos – não é só para mim. Nunca senti algo que é importante para mim. O importante é que esses jovens se recuperem. Gostaria de tirá-los das cracolândias que hoje não existem só em São Paulo – no País inteiro nascem as cracolândias. Precisamos tirá-las. Gostaria de tirar muitos das prisões. Nossas prisões cortam o meu coração. Não aguento mais ir à prisão e vê-los sendo tratados como monstros. E depois acontecem as coisas que chocam o coração do mundo inteiro. Se nós queremos recuperar alguém que é carente de amor – toda droga, para mim, é um problema de falta de amor –, só amando. Quando nós os amamos e os ensinamos também a amar, nasce uma vida nova. Nós não queremos só libertá-los da droga e do álcool. Queremos que cada jovem que entra na nossa fazenda seja um homem novo, uma mulher nova.

E aqui eu peço às autoridades todas e também àqueles que nos assistem pela televisão: por favor, por favor, deixem-nos ser como Deus nos fez nascer. É um carisma que Deus fez.

É difícil! Cada Estado faz suas leis, cada um quer mandar e mudar.

Para conseguir uma licença, me disse: "Não; você tem que mudar de 12 meses para 9." Eu disse: "Mas está aprovado para nós 12 meses e está dando certo". "Não, é demais; só 9". Outros dizem que não pode ter mais de 60 jovens numa fazenda. Nós vivemos em casas pequenas de 12, 14. Temos fazendas que têm mais de 100 e experimentando, estão melhores do que esses pequeninhos, porque os jovens gostam de, juntos, jogarem futebol. Temos resultados. Experimentamos e dá certo. Não; exigem 60! Teve que derrubar as outras casas. É difícil!

Depois, constantemente, querem que nós tenhamos psicólogos e médicos e que demos salários altos. Nossos jovens, responsáveis, não são funcionários, são vocacionados. Deram a sua vida a Deus, consagrados e consagradas. Não querem ter o salário. Vivem em comunhão. Mas não, tem que ter funcionários, porque são necessários especialistas... São padres, são pessoas que amam, que sabem dar a vida, porque isso é o que se espera, mas não. E a gente discute, luta. Cada Estado é autônomo. Graças a Deus, neste Governo, temos todo o apoio. Desde o início, fomos reconhecidos como comunidades terapêuticas. Estou muito grato. Muito grato.

Também está o secretário Quirino aqui. Todo o apoio nós recebemos, e isso nos dá uma segurança; mesmo assim, no federal, há as leis claras agora, mas, nos Estados, ainda não conseguimos.

Então, eu peço o apoio de todos. Deixem-nos ser como nós somos. E aos Deputados e Senadores, eu peço, se possível, que se lembrem quando têm as emendas. Há muitas fazendas para abrir. Mas também há aquelas que já existem no País, 97, em todas pode-se construir mais uma, duas, três casas e acolher muito mais gente, para a mesma equipe que já está lá.

Eu só posso pedir, aquilo que eu tinha, já dei, mas eu tenho certeza de que muitas pessoas têm algo para dar e não vai fazer falta. E é bom dar em vida. Vocês experimentam a alegria e preparam-se para uma vida eterna.

Eu não me canso de dizer a todos que aqui nós todos somos passageiros, administradores por pouco tempo, depois vêm outros. Já há três anos, nós decidimos entregar a presidência da obra para a nova geração. Hoje está aqui o Pe. Luiz, que é o presidente atual. Tenho consciência de que nós não somos eternos, mas neste tempo breve eu quero amar e fazer o bem.



Eu digo sempre: enquanto nosso coração bate, podemos amar. Vamos aproveitar esse tempo. E é possível, com amor, mudar a vida de muitas pessoas e mudar até a nossa Pátria.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Com a palavra o Presidente Geral da Fazenda Esperança, Pe. José Luiz de Menezes.

**O SR. JOSÉ LUIZ DE MENEZES** (Para discursar.) – Quero cumprimentar todos as autoridades através do Senador Siqueira Campos. É uma alegria encontrar aqui todos vocês. A gente se sente em família, todos os amigos, voluntários, benfeitores, os jovens e as jovens das Fazendas da Esperança, que constroem conosco. Deus faz com que essa obra continue exercendo sua missão, fazendo o bem a tantas pessoas e tantas famílias aqui do Brasil, em muitos lugares.

A gente vê que, quando Deus se serve de pessoas especiais para fazer nascer um serviço, um bem para a humanidade, depois, ele, com a intensidade do seu amor, vai envolvendo outras pessoas. E cada um sabe como foi envolvido nessa obra.

Então, quero começar a minha fala dizendo como fui envolvido e entrei nessa história. Eu procurei – sou natural de Sergipe, do interior, de Lagarto – o padre, porque estava numa busca de sentido, da vocação, de um ideal. E esse padre, como é amigo do Frei Hans, me propôs que conhecesse um trabalho social. E ele disse: "Eu quero que você aprenda a conhecer as necessidades e os desafios sociais que tem o tempo de hoje". Isso foi em 1989. Então, faz 30 anos este ano. Foi mais ou menos nessa época.

E eu vim para Guaratinguetá. Ele falou muito do Frei Hans, do franciscano que trabalhava numa paróquia. Eu imaginei que iria morar na paróquia, ajudar, como jovem, nos serviços sociais da paróquia, que tinha outros serviços sociais. Quando cheguei à paróquia, fiquei quatro dias. De repente, o Nelson chegou e disse: "Maninho, pode pegar as suas malas, as suas coisas, que nós vamos para a fazenda". Levou-me para uma casa e disse: "Você vai ficar aqui".

Confesso que, quando eu cheguei à casa, cheguei com medo e preconceito, porque, há trinta anos, o conceito de dependente químico era muito forte, não se tinha esclarecimento e conhecimento. Mas aí, a gente vê como Deus vai agindo, porque, acolhidos os jovens, a abertura e o diálogo quebraram em mim o medo, o preconceito e o distanciamento. Houve uma aproximação e uma convivência muito familiar.

E isso mudou a minha vida, porque, em determinado momento, um dos jovens me chamou para conversar e contou a sua história de sofrimento, de família fragilizada. E, quando ele terminou de contar a sua história, me vieram dois sentimentos: um, uma gratidão a Deus, porque eu pensei que Deus tinha me preservado, porque ele me deu uma família que realmente me apoiou e me deu tudo, Deus me preservou por isso; e o outro sentimento foi que, se eu tivesse nascido na circunstância que ele nasceu, talvez eu tivesse feito igual ou pior do que ele fez.

E aí me veio este desejo: se Deus me preservou e eu experimento o amor de Deus em minha vida, então eu quero gastar a minha vida ajudando os outros também a encontrarem esse amor de Deus. E aí me ajudou nesse processo de decisão também de me doar como voluntário. E eu sei que há muitos jovens, famílias, tantas pessoas que se deixam ser tocadas também, que entram nesse movimento que Deus faz através da Fazenda Esperança e que também são chamadas a isso, a construírem esta obra.

Então, hoje, vejam quantas realidades: temos as fazendas femininas, que, cinco anos depois, já começaram, através da Luci e da Iraci, que deram esse passo também. E hoje quantas fazendas femininas há no Brasil e fora? E, após as fazendas femininas, também vieram os grupos Esperança



Viva, quer dizer, os pais, os voluntários. Então, a gente pode também fazer serviço fora. E foi-se criando os grupos de apoio, que, graças a Deus, hoje são mais de 260 grupos de pessoas, grupos de apoio, que dão esse apoio fora, aos que saem, e que também encaminham as pessoas. Então, foi crescendo esta obra, esta família. E, por fim, a Família Esperança, o Papa Bento XVI, após sua visita, também nos reconhecia como uma obra em relação a todas essas pessoas que realmente se comprometeram a dar a sua vida, que se consagraram a esse serviço.

Então, Deus vai assim: foi-se formando todas essas dimensões, essas realidades dessa obra que faz um bem hoje para a família no Brasil, um bem para a sociedade e para tantas famílias também no exterior.

Estou vendo alguns voluntários aqui e eu tenho essa chance hoje de visitar as fazendas também no exterior. E quantos brasileiros e brasileiras, jovens, que poderiam também estar pensando em si, mas que dão esse passo, dizem: "Eu quero ser missionário, eu quero ajudar! De graça eu recebi e de graça eu quero dar". E vão para a África, para a Ásia, para a Europa e aqui na América Latina, dar o seu contributo. E quantas fazendas funcionam bem, quantas famílias são gratas, quanto bem realmente Deus faz para a sociedade e para a humanidade, graças a todas essas pessoas e todos os voluntários também, que são tocados, de forma direta e indireta por esse carisma, por essa obra de Deus, que faz tanto bem.

Então, eu quero agradecer realmente a esta Casa, que presta esta homenagem, que reconhece esse trabalho e continuar contando com o apoio de todos para que a gente possa levar esperança ao maior número de pessoas possível.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Eu gostaria de dizer alguma coisa sobre essa moça. Eu digo moça porque ela é sempre jovem.

Extraordinária Dra. Fátima Roriz, quero dizer que o Estado do Tocantins sente muito a sua falta; mas dizer que nós estamos felizes por ela ser uma colaboradora dessa magnífica obra do Frei Hans e de tantos abnegados que resolveram apontar os caminhos de Deus, da paz e da prosperidade aos jovens do Brasil.

Dra. Fátima Roriz com a palavra. (*Palmas.*)

**A SRA. FÁTIMA RORIZ** (Para discursar.) – Bom dia a todos. Em nome do Senador Siqueira Campos eu cumprimento todos os meus parceiros de Mesa e a vocês meninos.

E, assim como eles disseram, eu também vou dizer da minha experiência. Eu tenho 61 anos, 42 de casada, dois filhos, uma neta, e, em 1995, eu fui sequestrada por três drogados, meninos ainda. Foi uma experiência muito forte, com Deus e com amor, porque eu rezava muito para o Espírito Santo para que eles não fizessem nenhum mal e que eles pensassem em uma pessoa que tivesse colocado amor, porque São João da Cruz diz que "onde não há amor, coloque amor e o encontrarás".

Depois de várias horas, quatro tanques rodando, eles mataram muita gente, e eu saí ilesa. Era um Domingo de Ramos e eu saí ilesa porque eu estava com um raminho na mão e rezava muito. E o líder – a gente conhece sempre rapidamente quem é o líder –, depois dessa tragédia toda, disse para mim: "A minha avó não me sai da cabeça desde que você entrou nesse carro, porque ela me benzia com um raminho". E acreditem que eu saí de um sequestro sem nenhuma dor física e com um ganho espiritual imenso.

Em 1996, eu me mudei para o Tocantins, onde trabalhei por 37 anos no Grupo Jaime Câmara de comunicação, ligado à Rede Globo, e percebi que eu tinha que dar mais. Em Goiânia,



eu havia tido uma experiência com a Maria Alice Câmara em uma entidade, também ligada à igreja, mas tudo se vê, e, quando me mudei para o Tocantins, eu recebi... E é uma "Deuscidência" – está aqui o Senador Siqueira Campos – que o Tocantins, hoje, é o Estado que mais tem Fazendas da Esperança proporcionalmente ao número de habitantes. Nós temos quatro fazendas, sendo três masculinas e uma feminina.

E, durante todo esse tempo, eu descobri que o carisma da Fazenda da Esperança – eu faço parte há 20 anos da Família da Esperança – são as pessoas que trabalham gratuitamente para esse projeto e posso dizer que é muito bom descobrir que nós seguimos um Deus vivo, que faz milagres e que está pronto a atender todo pedido que vem de um coração simples e de uma vida reta.

A Família da Esperança, a Fazenda da Esperança, com toda essa grandeza de 23 países, 141 unidades... Eles não disseram aqui, mas ela tem escolas, tem casas de aidéticos em fase terminal, tem creches, enfim, é uma grande obra. Eu estou vendo aqui nas galerias outras comunidades terapêuticas. Que coisa linda!

Hoje, a Febract, dirigida pelo Adalberto, que é um "es", que se recuperou na Fazenda da Esperança, um grande advogado. A gente cruza todo dia. A gente fala que é ex, mas não é ex com x, é "es" com s, na esperança de não recair de novo, na esperança de continuar nessa escolha de vida de ser um homem novo.

Para mim, como jornalista, as pessoas perguntam assim: "Como é que eles sobrevivem?" Eu tenho que confessar que, na época, quando eu conheci a Fazenda da Esperança, através do nosso Arcebispo e do nosso Governador, na época, o Siqueira Campos, e do Dom Alberto Taveira, quem me convidou e a outros empresários, a gente pensava assim: "Mas como é que recupera sem remédio? Como é que recupera sem psiquiatra?" Recupera no amor. E o meu ceticismo a cada dia mostrava que bastava ser testemunha. Nós éramos três mulheres: Ilda, Magda e eu, todas mães de família, empresárias e nunca, nunca, em 20 anos, nós fomos assediadas ou tivemos qualquer problema com um dos meninos ou meninas. Por quê? Reforçando São João da Cruz: onde não há amor, coloque amor. E ele, vendo essa verdade, na vivência do amor, ele vai te seguir. É impressionante!

E hoje a fazenda tem milhares de pessoas que são embaixadores da esperança; embaixadores que contribuem com a vida, com o nome, são as diretorias executivas de todos os Estados e países. Aqui a gente tem a diretoria de Brazlândia, o Pe. Angeloto, a Maria Alice Câmara, de Goiânia, o Sr. José Luiz, de Aurilândia, aqui presente. São pessoas, empresários, sacerdotes, que dão o seu nome, o seu trabalho, a sua vida e principalmente a sua fé nesse trabalho. Isso é espalhado no mundo inteiro. E nós temos o embaixador da esperança, que é aquele que acredita no nosso trabalho, que já fez essa experiência, e ajuda não só a Fazenda da Esperança, como várias comunidades que assim vivem.

Muitas pessoas perguntam: "Como ajudar a Fazenda da Esperança?" Há muitas formas. A primeira é nos conhecendo, conhecendo as comunidades terapêuticas que são sérias, conhecendo o nosso trabalho pelo *site*, pelas vidas que já foram resgatadas e, concretamente, porque eu só acredito na fé concreta, aquela que põe a mão no bolso, sendo embaixador da esperança. E por esta Casa, pelo Senado, a gente tem muita gratidão, como também pela Câmara, por muitos Deputados.

A história da vida da humanidade é como o joio do trigo. Nunca devemos generalizar e pôr a política como se ela fosse uma politicagem. A política é a arte de influenciar pessoas para o bem comum. E vocês, meninos e meninas da fazenda que estão sentados na cadeira de Senador, não



pensem que isso não é uma honra; é uma honra, porque para o político que aí se senta e é político, seguindo a política, a Ciência Política, é uma grande honra. Alguns deles seguem a politicagem, mas se olharmos para nós mesmos, para a vida de cada um de vocês, muitas vezes a gente escolhe a forma errada de ser. Mas não vamos generalizar.

A Câmara Federal e o Senado Federal são os representantes do povo. E a gente precisa amar a política, não se afastar da política, porque ela tem o poder, em apenas quatro anos, de transformar vidas e tem o poder também de destruir; mas é uma escolha pessoal. E quanto mais a gente acreditar em Deus, nesse Deus amor, nesse Deus... Não é possível que cada um que veio ao mundo veio para morrer com 90, 100 anos e se acabar. Isso é muito pouco. Isso seria um Deus egoísta, mesquinho e muito pobre de criação, que não é o Deus que a gente segue.

Quando você vê um drogado na rua, você fala assim: "Eu preciso fazer mais". E dói o coração da gente quando a gente vê fazendas para abrirem, casas para serem reformadas e faltando o quê? Porque não é a estrutura que recupera. O que recupera são pessoas que estão lá dentro 24 horas, sete dias por semana para amá-los, porque já foram resgatados e serão testemunhas de que é possível, sim. E muitos de vocês podem sentar nessa cadeira como político – basta quererem – e ser embaixador da esperança quando saírem, trabalharem e contribuírem não só com a sua própria sobriedade, mas também com parte do seu dinheiro. A gente tem embaixadores de R\$10 e de R\$10 mil. Não importa o tanto. Importa a fé concreta.

Eu agradeço a todos os Deputados e Senadores, em nome do Adalberto, que se prontificam em emendas, em projetos de leis públicas que beneficiam não só a Fazenda da Esperança, mas todas as comunidades terapêuticas e todos aqueles que fazem o bem. Não insistam em tirar Deus do mundo, porque, se arrancassem apenas a Igreja Católica da proteção das pessoas, o Brasil não teria os colégios religiosos agostinianos, franciscanos, dominicanos e tantos hospitais. É preciso conhecer mais essa igreja, sem ser a igreja litúrgica.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Representando o Ministro da Cidadania, o Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, o nosso querido Sr. Quirino Cordeiro Júnior. (*Palmas.*)

**O SR. QUIRINO CORDEIRO JÚNIOR** (Para discursar.) – Bom dia a todos vocês.

É uma grande alegria estar hoje aqui nesta sessão em homenagem à Fazenda da Esperança.

Eu aproveito a ocasião para cumprimentar o Senador Siqueira Campos. Cumprimento também o Frei Hans, o Nelson Giovanelli, o Pe. Luiz, a Sra. Fátima Roriz. Cumprimento todos os presentes nesta solenidade.

Parabenizo o Senador Eduardo Gomes pela importante iniciativa de homenagear essa tão importante comunidade terapêutica, que, ao longo destes últimos 36 anos, vem prestando serviços extremamente importantes para toda a sociedade brasileira.

Hoje, no Brasil, nós vivemos um momento ímpar na área das políticas públicas sobre drogas. Nós temos um novo cenário no que diz respeito aos marcos normativos nesta área. Nós temos o alinhamento de quatro normas legais, que acabam dando um norteamento completamente diferente do norteamento que vinha sendo dado até então no Brasil.

No final do ano de 2017, ou seja, há cerca de um ano e meio, nós tivemos a publicação da nova Política Nacional de Saúde Mental, que, naquela ocasião, já começava a reconhecer o papel



importante das comunidades terapêuticas no tratamento, na recuperação das pessoas que apresentam dependência química no País.

No início do ano passado, de 2018, nós tivemos a publicação da Resolução nº 1 do Conad (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas), que muda as diretrizes do tratamento das pessoas com dependência química e já coloca as comunidades terapêuticas como protagonistas no tratamento e na recuperação das pessoas que apresentam problema com o uso de substâncias psicoativas.

Neste ano agora, dando sequência a essas mudanças normativas, no dia 11 de abril, nós tivemos a publicação da nova Política Nacional sobre Drogas, por meio da publicação de um decreto presidencial.

Por fim, agora, então, no dia 5 de junho, nós tivemos a publicação da nova Lei de Drogas, que é a Lei 13.840.

Essas quatro normativas, que se alinham no que diz respeito à abordagem das pessoas que apresentam dependência química no Brasil, são extremamente importantes. A nova Política Nacional sobre Drogas, por exemplo, pela primeira vez, coloca as comunidades terapêuticas como entidades de extrema importância para o cuidado das pessoas com dependência química no Brasil.

Agora, com a nova Lei de Drogas, pela primeira vez, uma lei federal regulamenta as comunidades terapêuticas e as coloca como instituição de protagonismo no tratamento das pessoas com dependência química no Brasil.

Essas mudanças de normativa servem para fazer frente ao grave cenário que o Brasil vinha vivendo na área de drogas. Nós vínhamos enfrentando um aumento importante das pessoas que apresentam o uso problemático de álcool e de drogas no Brasil. Nós vínhamos enfrentando um aumento importante da mortalidade de jovens que apresentam quadros de dependência química, que apresentam envolvimento nesse cenário das drogas. Nós vínhamos enfrentando um aumento importante de pessoas com dependência química na condição de moradores de rua. Nós vínhamos enfrentando o aumento das crackolândias, das cenas abertas de uso de drogas no Brasil. Enfrentávamos também o aumento do suicídio. Nos últimos 15 anos o Brasil vem enfrentando um aumento importante nas suas taxas de suicídio. O segundo maior fator de risco para uma pessoa morrer por suicídio é a dependência química. Isso denota obviamente os graves problemas que nós vínhamos enfrentando nessa área no País.

No que tange, então, à violência, nós vínhamos enfrentando um aumento importante da violência doméstica, da violência contra as mulheres, problemas importantes em acidentes de trânsito e de homicídio. E, dessa grande violência que nós vínhamos enfrentando no Brasil, uma parte considerável era relacionada a problemas com o uso de álcool e de drogas. Só para a gente ter uma ideia, no ano de 2017, o Brasil fechou com 63 mil homicídios.

Esse cenário devastador que nós tínhamos na área de política sobre drogas, sem dúvida alguma, é fruto de equívocos que vinham sendo realizados na condução das políticas públicas na área de drogas no País, ao longo de mais de 20 anos.

Diante desse novo cenário, então, agora com novas normativas, o Governo Federal começa a lançar novas ações com a tentativa de fazer frente a esse grave cenário que nós vínhamos enfrentando no Brasil.

Agora, no meu primeiro semestre deste ano de 2019, o Governo Federal aumentou o financiamento para as comunidades terapêuticas. Nós tivemos um aumento de... Até o ano de 2018, o Governo Federal financiava para tratamento gratuito nas comunidades terapêuticas 2,9



mil vagas, e agora, então, no primeiro semestre deste ano de 2019, nós passamos para o financiamento público federal 11 mil vagas, ou seja, nós quadruplicamos o número de vagas financiadas com o intuito de ofertar o tratamento gratuito e de qualidade para as pessoas que apresentam dependência química no Brasil. Isso no bojo da mudança do modelo de assistência às pessoas com dependência química que nós passamos a introduzir no Brasil.

Nós saímos de uma perspectiva de mera redução de danos para uma perspectiva de promoção de abstinência. O que o Governo Federal e a sociedade agora passam a implementar é uma política pública que visa que as pessoas não deixem de usar dez pedras e passem a usar oito pedras de *crack* ou que troquem cocaína por maconha. O que a gente busca agora é que as pessoas deixem as drogas, que as pessoas se recuperem, que elas possam viver uma vida em sobriedade e recuperadas, com a possibilidade de voltarem a trabalhar, de cuidar das suas vidas, de cuidar das suas famílias e de terem uma vida com dignidade. (*Palmas.*)

Nesse novo cenário de mudança de perspectiva de tratamento das pessoas com dependência química no Brasil, as comunidades terapêuticas ganham um protagonismo ainda maior. São entidades que, ao longo desses últimos 50 anos, vêm trabalhando no Brasil para desenvolver atividades sérias e importantes de recuperação das pessoas. E isso o Governo Federal reconhece agora, com a publicação da nova política sobre drogas, e toda a sociedade brasileira – é importante que fique claro aqui – também reconhece, por meio da publicação da nova Lei de Drogas, lei que foi aprovada agora em última instância nesta Casa, no Senado Federal, que representa toda a população brasileira, agora no dia 5 de julho, ou seja, o Governo Federal reconhece a importância das comunidades terapêuticas, e toda a sociedade também reconhece a importância dessas entidades.

Hoje, então, nós temos, financiadas pelo Governo Federal, 11 mil vagas dispostas em 496 comunidades terapêuticas espalhadas por todo o País. Dessas 496 comunidades, 71 delas são unidades da Fazenda da Esperança – nós temos um orgulho muito grande de termos essa parceria. São 1.347 vagas financiados pelo Governo Federal nas unidades da Fazenda da Esperança.

Eu, por exemplo, tive a grata oportunidade de visitar a Fazenda da Esperança no Estado de São Paulo, na cidade de Guaratinguetá. Tive também, recentemente, a grata satisfação de estar nas unidades da Fazenda da Esperança do Amazonas, de Roraima, e pude presenciar, *in loco*, a alta qualidade, todo o carinho, toda a atenção e toda a dedicação que são ofertados para as pessoas acolhidas nessas entidades.

Agora, então, nós nos aproximamos da publicação de um novo edital de credenciamento e financiamento de novas unidades. O Governo Federal agora publicará um novo edital para a expansão do financiamento. E gostaríamos, novamente, de contar com a parceria da Fazenda da Esperança nesse processo. Em breve, também publicaremos um edital de financiamento de grupos de mútua ajuda e grupos de apoio familiar. A Fazenda da Esperança tem um trabalho riquíssimo também nessa área – mais recente, mas de extrema qualidade –, que é o Grupo Esperança Viva (GEV). E também gostaríamos muito de contar com a parceria da Fazenda da Esperança nessa nova área que o Governo Federal começa a trabalhar, que é com os grupos de mútua ajuda e os grupos de apoio familiar.

O Governo Federal também vem realizando suas atividades na área de reinserção social. E também temos, na Fazenda da Esperança, um grande parceiro nessa frente. Diante desse grande desafio que nós temos na política sobre drogas, nós temos percorrido vários locais do Brasil com a tentativa de alinharmos as ações do Governo Federal com as ações ocorridas nos territórios. Isso é



extremamente importante. É necessário que haja um alinhamento das políticas públicas no Brasil para que nós possamos, sim, ofertar um tratamento cada vez de maior qualidade para as pessoas. O Governo Federal tem se empenhado nessa árdua tarefa, mas extremamente importante, de levar para os territórios, para os Estados, para os Municípios as novas ações do Governo Federal e buscar multiplicá-las nesses locais.

Nós também temos buscado trabalhar com o Parlamento, com o Congresso, tanto com a Câmara dos Deputados como também com o Senado Federal. Nós participamos ativamente da reconstrução da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas, que foi lançada ainda no primeiro semestre deste ano de 2019 e que tem propiciado um trabalho mais próximo do Executivo com o Poder Legislativo. Agora, nós estamos lançando o nosso caderno de emendas parlamentares, caderno de emendas este que propiciará que nós tenhamos um aporte ainda maior de recursos para as comunidades terapêuticas.

Então, é bastante importante, hoje, neste momento, nesta Casa, nós buscarmos a sensibilização dos Parlamentares para o trabalho extremamente importante que as comunidades terapêuticas vêm realizando no Brasil, para que nós possamos, cada vez mais, ter emendas parlamentares para dar sustentação a esse importante trabalho que vem sendo conduzido por essas entidades.

Diante desse cenário, eu só tenho a agradecer a oportunidade de desenvolver parte considerável das ações da nossa secretaria, a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred), junto com o Ministro Osmar Terra, junto com toda a nossa equipe, com as comunidades terapêuticas e, em especial, com a Fazenda da Esperança. Eu fico bastante satisfeito com os resultados que obtivemos ainda agora, no início deste ano. Se Deus quiser, esses resultados serão ainda maiores com o trabalho conjunto que nós, sem dúvida alguma, vamos realizar, ainda com mais empenho.

Então, muito obrigado.

Parabéns às comunidades terapêuticas e parabéns à Fazenda da Esperança! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Concedo a palavra ao Sr. Adalberto Calmon Barbosa.

**O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA** (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

É uma grande alegria e uma grande honra estar aqui no Senado Federal, nesta homenagem à Fazenda da Esperança.

Quero cumprimentar a Mesa, o Senador Siqueira Campos, os demais componentes da Mesa – Frei Hans, Pe. Luiz, Nelson, Fátima Roriz – e todos vocês aqui presentes: autoridades, acolhidos da Fazenda da Esperança, nossos voluntários da Fazenda da Esperança e também as comunidades terapêuticas aqui presentes, em especial a ONG Salve a Si, que estão aqui com seus acolhidos também em recuperação. (*Palmas.*)

Como falar da Fazenda da Esperança? Eu falo dela com a minha vida. Eu hoje estou Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas.

Eu sou advogado há 25 anos; tive uma ascensão profissional muito boa; sempre fui um advogado muito competente; desenvolvi meu trabalho; construí um grande escritório e com muitos resultados. Casei, construí a minha família com minha esposa, Patrícia, e começamos a nossa vida, como todo sonho, em ter um lar, em ter uma casa, em ter um trabalho e assim também o fiz. Sempre dediquei a minha vida à minha profissão, à minha esposa.



Só que, no decorrer da vida, eu passei também pelas frustrações, pelas dores e pelos sofrimentos. E eu não tive o equilíbrio, à época, de cuidar disso, e entrou na minha vida a depressão, uma tristeza profunda de não desejar mais viver. Não conseguia mais, às vezes, sair da cama. Tudo o que eu conquistei não tinha sentido, nem a vida tinha alegria. Tentei tirar a vida três vezes – suicídio. Hoje, no Brasil, você vê uma grande quantidade de pessoas cometendo suicídio.

O meu irmão se suicidou. Na minha vida, na minha família, eu tinha esse registro e eu falava: "Eu vou fazer igual ele". E tentei. Na última vez, com uma arma de fogo e ela não funcionou. Naquele momento, eu estava embriagado, porque o álcool também tomou conta, não era só a depressão, porque a dor que todos nós sentimos nós tentamos aliviar de alguma forma ou é a droga ou é a maconha ou é a cocaína ou é o *crack* ou é o álcool e chega um momento que você não quer mais sentir essa dor e você quer morrer e por tudo isso eu passei. Mas, naquele momento de embriaguez, em que eu peguei a arma e ela não funcionou, eu tive ali um momento de lucidez. E me lembrei do Frei Hans.

O meu contato com a Fazenda da Esperança, antes daquele momento, era institucional. Era o advogado, o Dr. Adalberto, com a Fazenda da Esperança. E, naquele momento, eu me lembrei de uma fala do Frei, no dia em que eu visitei Guaratinguetá, em que ele me falava: "Venha fazer uma experiência conosco". Eu, aqui no meu coração, eu falava: "Não, eu vou sim. Um dia eu venho." Só que eu pensava comigo: "O que eu vou fazer lá? Eu não sou drogado". Era o preconceito que eu tinha.

Mas eu tive que viver a experiência da dor e do sofrimento para chegar um dia e pedir ajuda para a Fazenda da Esperança, na pessoa do Pe. Márcio, do Sidney, à época. Eles me falaram: "Venha, você é bem recebido a qualquer momento". E eu falei que estava numa fazenda em Minas Gerais, numa fazenda que eu tinha lá. "Eu não consigo nem dirigir." E eles foram lá me buscar. Chegaram num domingo de Páscoa, que foi a minha ressurreição. E ali eu comecei uma experiência nova de vida, de 12 meses dentro da Fazenda da Esperança, de recuperação.

E pensa que foi fácil? Não foi, ainda mais para um advogado que achava que sabia tudo na vida – você se deparar com você mesmo, com a sua realidade, com as suas dores e com os seus sofrimentos –, mas eu nunca me aproximei tanto de Deus como na Fazenda da Esperança. Como me fez bem! É coisa de Deus a Fazenda da Esperança!

Consegui me recuperar, passados 12 meses naquela experiência maravilhosa. Reorganizei-me internamente, perdoei aqueles por quem eu sofria por dentro. E, cada conversa que eu tinha com o Frei, com o Nelson, com todos aqueles que comigo ali conviviam me ajudava a ser um homem novo e pronto para superar todas as angústias e frustrações da vida.

Saí e não conseguia mais assumir meu escritório, porque algo faltava na minha vida. E um dia eu decidi deixar tudo, deixar meu escritório, deixar a minha cidade e falar para o Frei: "Estou aqui à sua disposição". Hoje, sou missionário, moro na Fazenda da Esperança com a minha esposa. Nós estávamos separados e nos reconciliamos, moramos lá e damos a nossa vida, porque eu vivi uma palavra na Fazenda da Esperança: dar aquilo que te custa, e não o que te sobra.

Um dia, na Fazenda da Esperança, eu coordenava uma casa e recebi um menino em recuperação da Fundação Casa, para recuperação, e vi que ele não tinha um travesseiro, e eu tinha o meu. Eu não gosto de dormir sem travesseiro. Aquela experiência para mim foi muito forte. E a palavra naquele dia para nós vivermos era daquela viúva que deu aquilo que custava para ela e não o que sobrava. Para nós, foi uma experiência, para mim foi uma experiência muito



forte, dar o meu travesseiro, aquilo que eu tinha, e dei para ele. A minha alegria foi vê-lo feliz e se recuperando. Eu vi Jesus nele. E essa experiência me fez também deixar tudo e dar aquilo que me custa, que é a minha vida, para essa experiência da Fazenda da Esperança.

Nelson, eu queria que você viesse aqui para a gente encerrar.

Nós temos uma música de nossa autoria, que é a música da Fazenda da Esperança. Aqui, nós estamos com os nossos acolhidos e acolhidas das fazendas aqui de Brazlândia, a fazenda feminina de Goiânia e também a masculina de Aurilândia. E essa música é a nossa vida, é a nossa realidade na Fazenda da Esperança.

**O SR. NELSON GIOVANELLI ROSENDO DOS SANTOS** – Eu convido os jovens aqui da Fazenda da Esperança para se colocarem de pé.

É um hino também da Fazenda da Esperança.

*(Procede-se à execução musical.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - TO) – Frei Hans, todos os dirigentes desta comunidade terapêutica cristã da Fazenda da Esperança, eu fico muito emocionado, como ficam todos os brasileiros ao terem contato com a Fazenda da Esperança, com esta comunidade, seja onde for que ela esteja presente.

Uma coisa notável que eu tenho visto é que cada um dos jovens que foi recuperado, que saiu nos caminhos errados, da vida de droga, de tudo que é porcaria, quando saem de lá, tornam-se um soldado valente a favor desta causa extraordinária. Eles se transformam em combatentes, com o grande comandante, Frei Hans, um homem extraordinário, que enxerga longe, tanto enxerga que entrou nessa que alguns diziam que era uma aventura. Que aventura? Que aventura bonita! Que coisa linda que o senhor e todos os seguidores vêm vivendo!

Eu tenho muito orgulho de estar aqui com todos, com o senhor, que é a figura maior e representa todos, muito feliz, porque essa é uma grande causa do povo brasileiro, a recuperação dos jovens, a de colocar os jovens no caminho certo.

Imaginem que, em tão pouco tempo, nós temos 36 Fazendas da Esperança femininas e temos 105 masculinas. É uma instituição vitoriosa, abençoada por Deus. Fico muito feliz, inclusive, por ter presidido esta sessão na companhia de todos. Todos são combatentes por aquilo que há de melhor para a sociedade brasileira. Eu me congratulo com todos pela luta e pelos ideais de todos, o que mostra que o mundo não está perdido como alguns pessimistas pensam. Ao contrário, o mundo continua cheio de esperanças, lutando e enfrentando as dificuldades todas – e eu sei as dificuldades todas que o senhor teve que enfrentar e venceu, os senhores venceram. Eu sei disso tudo e fico muito feliz por estar aqui.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão. *(Palmas.)*

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 06 minutos.)*



Ata da 132ª Sessão, Não Deliberativa,  
em 12 de agosto de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Plínio Valério e Reguffe.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 11 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, hoje, segunda-feira, 12 de agosto de 2019.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Temos aqui um ofício do Senador Jorge Kajuru (**Ofício nº 39/2019 - Vide item 2.2.2 do Sumário**)

A Sua Senhoria o Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal.

Sr. Presidente, dirijo-me a V. Exa. para comunicar-lhe, a partir da data de hoje, a minha filiação ao Partido Patriota, conforme documentos em anexo.

Cordialmente, Jorge Kajuru, Senador da República.

Boa sorte ao Senador Kajuru! Que continue nessa sua missão. Vai ser o mesmo trabalho, que já é grandioso.

Começando, então, a relação de oradores inscritos, Senador Paulo Paim, nosso amigo, nosso companheiro do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Plínio Valério, a reforma da previdência já está na Casa. Hoje pela manhã, já tivemos uma audiência pública com especialistas em todas as áreas. E hoje, Senador Kajuru, eu pedi que mostrassem números, os números do prejuízo que terão os trabalhadores em relação à reforma da previdência.

Os números são assustadores! É que a maioria não conhece a reforma que está vindo aí. Por exemplo, não há regra de transição nenhuma para aqueles que estão na perspectiva de se aposentar em matéria de forma de cálculo. Digamos que ela seja promulgada em outubro e você se programou para se aposentar em novembro. Ia se aposentar com as 80 maiores contribuições de 1994 para cá. Agora, não; você vai ter que se aposentar com as contribuições de toda a vida laboral. Se começou ganhando um salário mínimo e hoje está ganhando seis, calcule o que vai dar essa média. Essa média vai dar um prejuízo, que pode ficar entre 20%, 30%, 40%.

A média dos benefícios dos aposentados fica em torno de R\$1,5 mil. Calcule esse cidadão que se projetou para se aposentar com R\$1,5 mil passar a ganhar um salário mínimo. Em inúmeros casos, vai ser esse o resultado.

Uma coisa mais gritante que tenho e que insisti em falar, porque hoje estava o representante do Governo lá – e, de forma muito respeitosa, eu quero me dirigir a ele porque ele esteve lá e falou o seu ponto de vista, naturalmente –, é o caso das aposentadorias especiais – quem trabalha em área insalubre, penosa, periculosa, professor, mineiro, quem trabalha com produtos químicos, quem trabalha em fundição, quem trabalha em forjaria, quem trabalha com agrotóxico. Só vou dar alguns exemplos rápidos aqui.

Vou pegar um cidadão que trabalha com produtos químicos. Ele se aposenta com 20 anos de contribuição. Isso eu perguntei para o representante do Governo. Depois de 20 anos, ele está apto a se aposentar. Ele começou a trabalhar com 20, mais 20, 40, mas ele só pode se aposentar com 60. Quem vai pagar para ele os 20 anos? Ele não vai receber um centavo. Vou pegar o caso de um mineiro. A reforma reconhece que são 15 anos no subsolo de uma mina, só que ele só pode se aposentar com 55. Ele começou também com 20 – só como exemplo –, mais 15, 35. Para 55, 20. Como esse cidadão, que, com certeza, está com os pulmões poluídos, no mínimo, vai ficar 20 anos sem receber um centavo?



Por isso que essa posição que alguns estão levantando de querer aprovar, na íntegra, o que veio da Câmara dos Deputados... Só dei dois exemplos. Podia dar o do BPC também, que saiu. Pelo contrário, aquela história de que a renda *per capita* da família não pode ultrapassar um quarto do salário mínimo não estava na Constituição. Lá foi introduzido. Porque o Supremo já está dando. Se o cidadão provar que não tem como se manter, ele tem direito a receber um salário mínimo, tendo, claro, 65 anos. Agora não. Se a renda *per capita* da família ultrapassar R\$250 – não dá bem isso; eu estou arredondando –, acabou, um deficiente, um idoso, acabou. Não tem direito àquilo já recebem hoje. E como vão fazer? Vão retirar, inclusive, e os próximos não têm direito? Porque não há transição nenhuma num caso desse. Naquela revisão que estão fazendo, eles vão dizer: "Olha, isso aqui não se enquadra naquilo que manda a Constituição; a renda *per capita* da família ultrapassa um quarto do salário mínimo". Não responderam. Fizemos diversos questionamentos. Não responderam nenhum. As regras de transição, as mais variadas estão lá, só que não atendem nem parte... Se, pelo menos, dissessem o seguinte: "Para quem está no sistema hoje, as regras são essas; daqui para frente, para quem for entrar, as regras serão outras". Mas isso não existe – não existe.

Por isso que eu aumentei as minhas preocupações a partir daquilo que ouvi hoje pela manhã.

E quero só lembrar aqui para os navegadores: eleições primárias na Argentina. A Argentina adotou o mesmo método que o Governo eleito aqui adota, o mesmo, tanto que o Presidente da República esteve lá, recentemente, conversando com o Macri. O atual Governo da Argentina sofreu, conforme a imprensa internacional, uma enorme derrota nas eleições primárias que ocorreram nesse domingo. Essas eleições funcionam como o início da disputa presidencial agora, de 27 de outubro. Os números foram os seguintes: Frente de Todos, Alberto Fernández e Cristina, 47,1%; Juntos por El Cambio, Mauricio Macri e Pichetto, 32,66%. Isso chama-se "o exercício da democracia e da liberdade", que são os únicos remédios para sairmos da crise.

A democracia e a liberdade resultam em caminhos a serem caminhados com dignidade, respeito aos direitos humanos e respeitos aos valores da sociedade.

Caminhar para trás é qualidade dos que pregam a discórdia e o fim da estrutura política e social, dos governos despóticos, em que o poder está acima da razão, e é só o ódio pelo ódio.

Parabéns ao povo argentino.

Viva a democracia!

Dizia o poeta e cantador argentino Atahualpa Yupanqui: eu tenho tantos irmãos, que não os posso contar; e uma irmã muito bonita, muito bela, que se chama liberdade.

Sr. Presidente, a Argentina fez também a reforma da previdência. Lembro o movimento de milhares e milhares na rua, a polícia batendo. Estão aí os resultados, que mostram que essa política de massacre ao povo tem período curto. Está comprovado que aqueles que adotaram esse sistema de ataque às populações, a política do ódio, a política de retirar direitos, sejam direitos humanos, sejam direitos trabalhistas, sejam direitos dos aposentados, estão sofrendo rapidamente o revés, porque, agora, já se aponta o caminho.

Eu tenho dito e vou repetir aqui: eu espero que o nosso querido Senado, pelo amor que eu tenho a esta Casa, não cometa os erros que nós cometemos no passado. Não dá mais para medidas provisórias chegarem aqui como estão chegando. Semana que vem, será aquela da tal liberdade econômica, que veio, diga-se de passagem, por parte do Governo, com oito artigos. Foram colocados mais 36 lá na Câmara. Que o Senado não cometa o erro de, de novo, carimbar. E o



prazo está ali. Quero ver. É o primeiro sinal. Houve outras medidas provisórias, de que os senhores são testemunhas, que nós só carimbamos aqui. E deu no que deu.

Quanto à reforma trabalhista, todos reconheciam que havia no mínimo dez problemas sérios; mas foi prometido que viria uma medida provisória. A medida provisória veio, mas não foi votada, porque, assim, a base do Governo não permitiu. Foi do Governo anterior. Mas não permitiu.

Resultado: a reforma trabalhista está na íntegra como saiu da Câmara. Foi promulgada, e o Supremo está fazendo a revisão, e a revisão deveria ser feita por esta Casa.

Quanto à própria Emenda 95, nós dizíamos que era um desastre aquilo, que iria congelar os investimentos por 20 anos, como congelar. O Senado não nos ouviu. Carimbou também. Está aí o resultado, a situação do País. Foi o Governo anterior. Quero separar bem, para deixar claro. Está aí o resultado. Vão ter de revogar essa emenda, hoje ou amanhã.

Não tem como, em país nenhum do mundo! Eu nunca ouvi falar na história da humanidade um país que aprovou uma emenda constitucional dizendo que por 20 anos é proibido investir naquela pátria.

Por isso tudo, Presidente, é que eu não queria ver essa situação que é a antidemocrática, primeiro, é um desrespeito a nós, Senadores e Senadoras, e às pessoas que votaram em nós porque nós estamos aqui para estudar, para revisar, para deliberar, para votar, para apontar caminhos, ouvir, aprender e fazer. Agora, dar uma de Pôncio Pilatos, que lava as mãos para que Cristo fosse crucificado, morto, assassinado, como o foi... Agora aqui a figura de Cristo é o povo. Os Senadores vão lavar as mãos, porque há um ou outro a dizer: "Não, tem que votar como veio mesmo!"?

Você me contou um fato, Kajuru – permita-me que eu diga, eu não estava aqui naquele dia e não vou citar o nome – de pessoas que disseram que em três, quatro dias, uma semana já podiam aprovar. Então, sem ler, sem saber o que estão fazendo! Eu quero acreditar que foi força de expressão daquele momento. Eu quero acreditar que foi isso.

**O Sr. Jorge Kajuru** (PATRIOTA - GO. Para apartear.) – Não foi, Senador Paulo Paim, meu querido amigo que eu tanto respeito; foi desse jeito mesmo. Se quiser, eu dou o nome. Deixou claro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não diga, não precisa.

**O Sr. Jorge Kajuru** (PATRIOTA - GO) – Exemplo assim: "Vamos carimbar do jeito que veio da Câmara". Porque V. Exa. tem toda a razão: se o Senado não der um exemplo à sociedade de que alguns daqueles oito textos, daqueles oito destaques que foram rejeitados, pelo menos alguns aqui no Senado não forem respeitados, nós vamos acompanhar e carimbar o que veio da Câmara, porque a gente não está ouvindo a população que vai ser sacrificada, Senador Paim. Não foi feita uma pesquisa para perguntar: "Vocês aceitam esse sacrifício?" Não; é sacrifício goela abaixo.

Desculpe interrompê-lo, até porque eu estou tendo máxima atenção em cada uma de suas palavras.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Kajuru, pelo carinho e o respeito. E digo mais: você não disse o nome da pessoa porque eu pedi para que não dissesse, porque eu não queria personalizar o debate, mas acredito que a maioria dos Senadores não vai por esse caminho. Quero acreditar que nós...

O Senado tem que ter a razão de existir. Se o Senado abrir mão das suas prerrogativas, que é deliberar e votar o que aqui chega, daqui um pouco vai ter uma campanha nacional pelo



Congresso unicameral. Para que bicameral? Sabe que na maioria dos países do mundo já é unicameral – não é? O que levou esses países a fazerem essa opção foi exatamente situações como essa, quando o Senado, que era considerado a Casa dos Lordes, a Casa Alta do Parlamento, foi se omitindo, se omitindo e levou a isso.

Eu não estou fazendo nenhum prejulgamento, eu só estou pedindo que a gente faça um bom debate.

Há dois requerimentos na mesa, Presidente Plínio Valério: o meu e, se não me engano, o do Senador Telmário, que pedem só o seguinte: vamos fazer aqui um debate equilibrado – cinco pessoas que defendam a reforma como está aí e cinco pessoas que pensam diferente –, para que os Senadores e o Brasil, a partir da TV Senado, Agência Senado e Rádio Senado, saibam o que nós estamos votando. Eu só quero isso e quero, claro, que haja o debate nas Comissões – e, no caso, na CCJ – e que se faça um debate qualificado, no mais alto nível das questões, desculpem a expressão, mas até absurdas que estão constando aqui.

E não é que os Deputados não tentaram: os Deputados até conseguiram retirar os rurais, melhoraram o BPC, porque outra questão surgiu depois; e; na questão do abono; deram uma melhorada.

Eu diria que avançaram em relação ao texto que chegou, mas há muita coisa aqui que é pesada, pesada, pesada! Vai ter gente que vai ter prejuízo na sua aposentadoria de R\$1 mil; vai ter gente que vai ter prejuízo na sua aposentadoria, conforme vi hoje pela manhã – e há todos os números –, que podem chegar a R\$3 mil, quando o limite para se aposentar é em torno de R\$6 mil, pouco mais de R\$5,8 mil, porque ele tem que projetar que se não vai se aposentar agora, que só vai se aposentar em fins de 2020, está aí o resultado.

Esses dados todos, os números nós traremos para o debate. Vamos inclusive encaminhar para cada Senador e Senadora uma cópia do que foi discutido hoje pela manhã.

Agora eu tenho que retornar para lá. Já vou ter uma outra sessão com setores mais vulneráveis, e vamos ter outra amanhã de manhã, e outra amanhã à tarde, e outra na quarta, outra na quinta e outra na sexta.

É chamar a sociedade para participar desse debate, porque mais do que nunca, nesse momento da história, Senador Kajuru, a quem eu estou falando aqui mais no Plenário, Senador Plínio Valério e outros Senadores que estão todos aqui, nós não podemos nos omitir. A história há de nos cobrar lá na frente, quando o estado de miséria – e vai ser logo, logo ali, porque a reforma entra em vigor de imediato – começar a acontecer de forma mais contundente, nós, aí, sim, vamos olhar para os nossos filhos e netos e eles vão dizer: "Mas, pai, vó, vocês participaram disso? Vocês tiraram o direito de idosos? Vocês tiraram o direito daqueles que ganham no máximo dois salários mínimos?" Serão esses os grandes prejudicados, não tenham dúvida! Esses serão os grandes prejudicados.

Eu não quero colocar no meu currículo, nesse meu último mandato como Parlamentar que tenho aqui no nosso querido Brasil... Eu quero sair de cabeça erguida como aqui cheguei há 34 anos. Quero sair quando terminar o mandato – e quando terminar eu vou estar completando 40 anos de Casa, porque me reelei agora –, eu quero sair de cabeça erguida. Eu não quero dizer que me envergonhei de estar no Senado da República, no ano em que o Senado, mais uma vez, repito essa frase, agiu como Pôncio Pilatos, lavou as mãos quando uma proposta veio, a exemplo do que fizeram com Cristo, para deixar nosso povo numa situação desesperadora, quando ele disse: "Pai, por que que você me abandonou?"



Na verdade, Cristo falece, o nosso povo ficará sofrendo todo esse período. Olha os exemplos que eu dei; as pessoas com deficiência não têm direito a um salário mínimo, porque vai para a Constituição, aquilo que Supremo já está dando.

Esse dado que eu dei, pode ser... Dos professores eu posso dar: os professores também, porque eles vinculam a idade, com o especial, ele vai ficar dez anos sem um centavo, sem receber nada.

Presidente, eu agradeço muito V. Exa.

Eu gostaria que considerasse como lido na íntegra, porque vou abrir agora uma outra audiência pública. Eu recebi aqui: "Reforma da previdência. Carta aos Parlamentares. Auditoria Cidadã da Dívida". É assinada pela Fattorelli, que é a grande líder desse movimento em nível nacional. Peço que considere na íntegra, porque ela mostra que o problema não é a previdência. Aqui ela mostra que só de sonegação por ano são 626 bilhões – por ano. Se combater só... Não estou nem falando de dívida, se eu falar de dívida vão dizer: "Não, mas essa dívida é impagável, sei lá o quê..." Tudo bem, quer esquecer a dívida, esqueça. Mas só de sonegação são 626 bilhões por ano.

Há um outro artigo que eu recebi aqui, Sr. Presidente, o artigo chamado "Bravo Barelli", de autoria do Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, uma homenagem à Walter Barelli. Walter Barelli foi um técnico sempre à frente do seu tempo. Ele faleceu no dia 18 de julho. Foi Deputado também. Foi um daqueles homens com os quais eu viajei o Brasil, quando éramos Deputados, para construir a política de salário mínimo, de inflação mais PIB, que agora também estão retirando, não querem que seja a inflação mais PIB.

Então, fica aqui, em nome do Dieese, em nome do Clemente, essa homenagem que também faço ao Walter Barelli, inclusive eu já encaminhei um voto de pesar. Walter Barelli era um economista. Era daqueles homens que fazia o bem sem olhar a quem. Fica aqui a minha homenagem também a ele.

Presidente, obrigado a V. Exa.

Eu vou correr lá...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para a Comissão.

## **DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

*(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 4.1.2 do Sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Paim, como sempre esbanjando todo o conhecimento de forma didática.

Em seguida, Senador Kajuru. Como o senhor diria, Senador Kajuru, pode se dirigir à tribuna, por favor.

Nós compartilhamos, Senador Paim, desse seu pensamento de que precisamos fazer alguma coisa. Eu, que não sou *expert* tanto no assunto com o senhor, estou estarecido com algumas coisas que ando lendo da reforma. Mas o Senado há de cumprir com a sua função e seu papel.

Senador Kajuru agora.

Em seguida – eu posso trocar contigo, Marcio – o Marcio, eu falo no teu lugar depois.

Senador Kajuru com a palavra.



**O SR. JORGE KAJURU** (PATRIOTA - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, meus únicos patrões, seu empregado público Jorge Kajuru sobe a esta tribuna em uma data especial, já que neste momento aqui eu vejo, diferente de nós dois, amigo respeitado Senador Plínio Valério, presidindo a sessão desta segunda-feira... Vamos usar da nossa sinceridade aqui: Reguffé é mais jovem, Marcos Rogério é mais jovem, Rogério Carvalho é mais jovem, Bittar também é mais jovem – mas nem tanto também, não é? Não vamos exagerar. (*Risos.*)

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JORGE KAJURU** (PATRIOTA - GO) – Mas hoje, gente, nesta semana em que o Senado da República se apresenta como protagonista do momento político brasileiro, quando, certamente, pontificará o tema da reforma da previdência, lembro que, nesta segunda, dia 12 de agosto, comemora-se, no mundo todo, o Dia Internacional da Juventude. Eis a importância do tema para o qual eu chamo a atenção da Pátria amada e da juventude de nosso País. Este dia é celebrado todos os anos nesta data, desde que a Assembleia Geral da Nações Unidas aprovou a recomendação feita pela Conferência Mundial de Ministros da Juventude, em 1999.

Falar da juventude significa que vamos pensar em enorme contingente humano no contexto demográfico mundial.

O Fundo de População das Nações Unidas nos informa que em torno de 16% da população do mundo têm entre 20 e 29 anos, mas essa faixa etária representa apenas 1,6% dos Parlamentares eleitos, sendo a maioria homens. Triste, não?! No Brasil, a situação não é melhor em termos de representatividade. Segundo dados da campanha por um plebiscito constituinte para a reforma política, enquanto os jovens de 16 a 35 anos representam 40% do eleitorado brasileiro, o Congresso Nacional – pasmem! – tem apenas 3% dos jovens.

A inclusão da juventude nos debates políticos é um dos desafios mais fundamentais da sedimentação do processo democrático em todo o mundo. No Brasil, essa questão ganhou contornos especiais com as manifestações ocorridas em junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas, a maioria jovens, numa explosão social como há muito tempo não se via.

Neste contexto, são de extrema relevância os debates levantados em todo o mundo neste Dia Internacional da Juventude. Um dos temas mais candentes e atuais foi levantado pelas Nações Unidas em edições passadas, ou seja, a participação cidadã da juventude.

Entendo que a participação da juventude no debate político é condição indispensável para nós que pensamos numa renovação da política e dos políticos no Brasil. Em consequência, a ampliação da presença do jovem na esfera pública tem desafios a serem enfrentados nas duas pontas do processo. Senão, vejamos: se, por um lado, é necessário modificar a estrutura das instituições para que elas se tornem mais abertas para ouvir as demandas dos jovens, por outro, é igualmente fundamental fazer a juventude se interessar pela política, com a criação de uma cultura de participação.

Mas, enfim, o que é participação política? Pergunto. Pela minha pouca experiência, a participação política envolve a possibilidade de influenciar, de forma efetiva, as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais. Essa participação deve ser focada em ações intencionais, de forma a impactar a agenda pública, com inserção no sistema representativo, a partir de quê? A partir do voto nas campanhas, nas eleições e na estrutura legislativa.

Pesquisa do Data Popular, feita há dois anos, revela que a juventude brasileira é mais informada que seus pais e tem peso decisivo nas escolhas eleitorais. Os resultados da pesquisa



trazem recados muito claros para toda a classe política. Vejam: 92% dos jovens acreditam na própria capacidade de mudar o mundo; 70% acreditam que, pelo voto, pode-se mudar o País e; 80% reconhecem o papel determinante da política no cotidiano brasileiro.

Entretanto, 59% dos jovens acreditam que o País estaria melhor se não houvesse partido político. Eles acham que as agremiações partidárias e os governantes não falam a linguagem deles. Essa é a geração D, conectada, para quem os políticos ainda são da geração analógica e eles são da geração digital. Mas essa geração digital, segundo a pesquisa, quer um Estado forte, com a eficiência do setor privado e que ofereça serviço público gratuito e de qualidade.

Por fim, é fundamental que, ao falarmos da juventude, pensemos na estrutura demográfica da sociedade brasileira. Pela divisão de suas faixas etárias, o Brasil ainda vive seu bônus demográfico, até o ano de 2022, em que dispõe de uma juventude produtiva.

Há dois anos, a revista *Veja* já antecipava, em editorial, aspas:

Para o Brasil efetivamente dar a passada final e entrar para o clube das nações ricas e civilizadas, será necessário aproveitar melhor e muito melhor e mais rapidamente as oportunidades do momento demográfico favorável, que é o bônus de termos uma população em idade economicamente ativa, que cresce acima da média e que, com o passar dos anos, o bônus vira ônus, e isso torna as arrancadas econômicas bem mais custosas, senão impossíveis. [Fecho aspas.]

Para desfrutarmos o bônus, sem chegarmos ao ônus, precisamos melhorar a infraestrutura, com políticas para os portos, estradas e aeroportos. Também é necessário que tenhamos uma reforma tributária de verdade, que propicie carga tributária menor, impostos mais simples e menos burocracia. Assim, tanto a população quanto as empresas terão mais recursos para consumir e para investir. Impõe-se, igualmente, uma gestão pública mais eficiente, que ofereça mais qualidade nas áreas de educação, saúde e segurança. Fecho.

Portanto, no Dia da Juventude, hoje, 12 de agosto, e na semana em que vamos iniciar o debate da reforma da previdência aqui no Senado, acordemos para o papel de protagonismo desta Casa. O Brasil espera muito de nós.

Como sempre faço na segunda-feira, desejo paz, saúde e, especialmente, Deus a todos nós, Senadores e Senadoras, aos funcionários e funcionárias exemplares desta Casa e, especialmente, aos brasileiros e brasileiras.

Agradecidíssimo, Presidente. E vamos trabalhar.

Também agora sou integrante da Comissão de Direitos Humanos, que, como já disse aqui o Senador Paulo Paim, que faz reunião todo dia... Ele já começou lá, e eu preciso também participar, especialmente de um assunto chamado doenças raras, sobre o que faremos nos próximos dias uma audiência pública importante aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru. Como sempre, com bons pronunciamentos pertinentes. Lembro que agora o Senador Kajuru está filiado ao Patriota.

Senador Marcio Bittar, vou trocar com V. Exa. Seria minha vez agora. Como estou presidindo, será o Senador Marcio Bittar, nosso vizinho, nosso companheiro do Acre.

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discursar.) – Presidente Plínio, em primeiro lugar, muitíssimo obrigado. De fato, eu saio daqui e vou a um exame médico. Nada assustador, mas vamos acompanhar.



Presidente e colegas Senadores da República, na semana passada, eu vi a nossa Casa... Talvez o que me tenha mais chamado a atenção foi uma dose de comoção ao votarmos aqui um aprimoramento da lei que pretende prever o uso inadequado dos animais – notadamente, os animais de estimação. Como a matéria veio para o Senado, eu não votaria a favor, porque ela promoveria uma absoluta instabilidade no agronegócio brasileiro, que sustenta milhares de famílias de forma direta e indireta, mas, com as modificações que o Plenário apresentou e o Relator Randolfe incorporou, então, praticamente todos nós acabamos votando.

E não estamos totalmente livres, Sr. Presidente, de observar que haverá um vácuo jurídico. Vai, sim, haver a possibilidade, já que o animal, mesmo o de estimação, deixou por esta Casa, de ser coisa. Portanto, não é mais uma propriedade. Então, nós vamos ter algumas questões ainda no futuro, como, por exemplo, ser possível que algum juiz entenda que ele passa a ter direito na partilha de uma herança. Mas o.k. Com as emendas que nós fizemos, eu também acabei votando a favor.

Sr. Presidente, V. Exa., que representa também com muita capacidade a Região Amazônica brasileira... Nós estamos aqui do lado de um Senador do Distrito Federal, um dos maiores IDHs do Brasil. Se Brasília fosse um Estado, seria o Estado de maior IDH do Brasil.

O que me chamou a atenção? Veja, Presidente, o Brasil está matando 65 mil pessoas por ano. É uma guerra: 65 mil pessoas. Imagine a quantidade de mães, de pais, de maridos, de esposas e de filhos que são atingidos nesse universo. E nós temos uma pauta da segurança fundamental. E eu não observei um dia no Senado, neste ano, em que nós tivéssemos debatido, com tanta ênfase, com tanto calor, a preocupação de aperfeiçoarmos a legislação brasileira para combatermos isso que é uma guerra civil no Brasil, 65 mil pessoas assassinadas.

E o que me chama a atenção é que fica parecendo que o Congresso Nacional se preocupa mais, não que não deva, com animal de estimação do que com homens e mulheres que estão morrendo por ano. Já são mais de 1 milhão de assassinatos nos últimos anos no Brasil. Isso para não dizer das mortes violentas no trânsito. Nós já tivemos 50 mil. Agora caiu, mas mesmo assim nós somos o quarto país que mais abate vítimas no trânsito, cerca de 40 mil pessoas que, somadas aos homicídios, são 100 mil, ou mais de 100 mil brasileiros que morrem, por ano, de morte violenta.

Para nós que representamos a Região Amazônica, o que chama a atenção? É que, às vezes, parece, como eu já falei, que um animal de estimação merece mais tempo do Congresso do que homens e mulheres. Assim, Sr. Presidente, parece-me às vezes que uma árvore vale muito mais do que os milhões de brasileiros que moram na Amazônia. Senão vejamos, nos últimos 30 dias... E ainda ontem vendo na Globo, no canal fechado, eu tornei a assistir a mesma coisa, pseudocientistas... Desculpem-me, eu não embarco nessa canoa. Primeiro, não há uma verdade absoluta nem na ciência. Até o Einstein, parte da teoria dele, agora há cientistas que estão trabalhando e questionando. Então, nada é inquestionável. Mas aí uma ditadura do pensamento único passou esses últimos 30 dias dizendo quase que uma coisa só: derrubaram árvores na Amazônia!

Mas, Sr. Presidente, eu não vejo a mesma eloquência, o mesmo tempo nas televisões para dizer dos índios que eu e V. Exa. cansamos de ver no Norte brasileiro alcoolizados, em Rondônia, em Roraima, perdidos em favelas do Rio Branco, de Boa Vista, de Manaus, de Porto Velho... Eu vejo um tempo imenso... E não quero dizer que não tenha que haver essa preocupação, mas passa para mim um sentimento claro de que a preocupação é muito maior e o tempo que dispensamos



aqui é muito maior no debate de derrubou ou não derrubou, como se o resultado dos países ricos do mundo não seja aquele, simetricamente, aqueles que aproveitaram ou aproveitam os seus recursos naturais. Mas para aquele índio que saiu da Raposa do Sol e foi criar mais três favelas em Boa Vista, para esses, Sr. Presidente, eu não vejo o mesmo tempo, os mesmos recursos, as mesmas energias que eu vejo ao ser discutido, por exemplo, se um campo a mais ou a menos de futebol foi aberto ou não.

Eu não vejo, Sr. Presidente, a preocupação do Congresso Nacional, do Brasil, da mídia brasileira com o que ocorre na nossa região, que é a mais pobre do País. Nós não temos 8% das residências com esgoto sanitário. O que isso significa? Significa doença, doenças primárias. E eu não vejo uma discussão. Ao contrário, o que eu percebi foi uma dificuldade imensa de facilitar uma medida provisória, que precisa da nossa aprovação, agora na Câmara, que possa facilitar ao Poder Público terceirizar as empresas de saneamento da região.

Então, o que me chama a atenção é o tempo, a energia e a emoção gastos nessas questões, quando eu não vejo a mesma energia e o mesmo envolvimento sendo gastos para tentar solucionar o maior problema ambiental do Norte, que não é a derrubada, mas é o esgoto a céu aberto ou a falta de esgoto.

E, aí, Sr. Presidente, alguns dados que não me deixam... Já falei dos homicídios, já falei do esgoto e vou falar da violência. E 82% da população do Norte não tem água e esgoto – 82%! Saneamento básico, água e esgoto.

Homicídios. O Norte do Brasil está empatado com o Nordeste. O Nordeste com 48 assassinatos por 100 mil habitantes e a nossa região com 47. São as duas maiores taxas de homicídios do País. O Acre, Sr. Presidente, com 62, o dobro da média nacional.

E outro tema, Sr. Presidente, em que eu não vejo o mesmo envolvimento... Eu vi aqui Senadores, colegas nossos, com justiça, mas eu os vi carregados de emoção ao defender que nós temos de aprimorar a lei para proteger os animais de estimação. E, às vezes, contrariando até o que diz o catecismo, que eu procuro ler, há famílias... E o catecismo condena, a minha religião condena isso. Às vezes, há famílias que dão mais importância econômica e afetiva a um animal de estimação do que a uma criança que está morrendo de fome no meio da rua.

Mas um outro problema para o qual eu não vejo a mesma atenção, Sr. Presidente, é a educação. Todos os exames feitos no Brasil, indistintamente, colocam-nos nas últimas posições. Nós temos um dado estupefacente: no segundo ano da alfabetização, do ensino básico fundamental, 11% das crianças apenas estão devidamente lendo e escrevendo, 89%, segundo os próprios parâmetros do MEC, não estão no nível 4, que seria o nível adequado. Nas universidades, 38% das pessoas que lá estudam são consideradas analfabetas funcionais, porque não conseguem interpretar ou escrever um texto, uma ideia.

E eu não vejo, Sr. Presidente, a mesma eloquência, a mesma motivação que eu vi na semana passada... Repito: votamos, mas eu não vejo a mesma vontade, a mesma eloquência, a mesma determinação para resolver questões como a da área da educação. Não vejo nem por parte do Executivo, nem por parte do Legislativo, uma pauta que possa enfrentar esses problemas que, a meu ver, têm muito mais a ver com o ser humano, com homens e mulheres.

Eu poderia passar aqui, Sr. Presidente, um bom tempo ainda dizendo, por exemplo, dos estupro na Região Norte, a região que mais tem casos de estupro no Brasil, e isso tem a ver com a economia. Aliás, todos esses dados têm a ver com a economia. Eu não desconsidero, Sr.



Presidente, nenhuma dessas organizações que se fazem na sociedade civil ou no próprio Estado para tentar proteger a mulher da violência, da gravidez precoce.

No meu Estado, na semana passada, havia uma manchete que me chamou a atenção extremamente. A manchete dizia, ao mesmo tempo, que o Acre era referência, porque o Estado, nos últimos anos, dotou-se de estrutura para combater a violência contra a mulher. Mas a manchete dizia o seguinte: o Estado é uma referência no combate à violência contra a mulher, mas ainda figura o Acre como um dos Estados mais violentos contra a mulher do Brasil.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente, é que eu não desconheço e dou importância a todas essas movimentações da sociedade civil junto com o Estado. Mas, Sr. Presidente, o que traz solução é crescimento, é PIB, que é a soma da economia, da longevidade e da educação. Isso é fácil de resolver, de mostrar, Sr. Presidente.

No Brasil, onde é que se estupra mais? É no Norte e no Nordeste ou é no Sul e no Sudeste? É no Norte e no Nordeste. Pegue por países, por região, onde é a que a mulher se sente mais segura? É na Europa Ocidental ou é na América Latina? Onde é que há menos homicídios? É aqui na América Latina, comparando-se com a África, ou é na África? É na África, ou seja, há uma relação.

No caso de estupro, por exemplo, os maiores casos, estourados, acontecem na residência. E quando você tem déficit habitacional, quando você tem homem vivendo com mulher, com três, quatro, cinco pessoas ou mais numa casa, com doze pessoas, em que muitas vezes ele não é o pai de todas aquelas crianças, é onde acontece a maior parte dos estupros, em qualquer lugar do muno. Então, Sr. Presidente, eu queria aqui apenas fazer essa lembrança.

Na semana passada, eu fiquei impressionado com a vitalidade com que esta Casa discutiu e aprovou, vindo da Câmara Federal, um tema importante. Mas o que me chamou a atenção é que eu vejo temas tão importantes que dizem diretamente da vida humana, da mulher violentada, da mulher com gravidez precoce, da pobreza do Norte e do Nordeste, que nós representamos, dos índios abandonados...

Não pensem o Sul e o Sudeste que estão nos assistindo agora que a política indigenista brasileira solucionou problema de índio. Não solucionou coisa nenhuma! A única coisa que fizeram foi criar um zoológico humano, inclusive empurrando até eles para fora das reservas indígenas, como a gente vê nas nossas cidades. Eu não vejo a mesma determinação para resolver essas chagas que afetam diretamente o ser humano.

Para mim – quero terminar dizendo –, que sou cristão, é clara a definição cristã de que o ser mais importante da face da terra é o ser humano e que toda a política de Estado tem que ser voltada, em primeiro lugar, para que ele, ser humano, tenha uma vida digna.

Então, Sr. Presidente, era apenas essa observação daquilo que aconteceu na semana passada. São assuntos importantes. Mas eu lamento muito não ver a mesma empolgação, a mesma determinação que eu vi, na semana passada, para discutir esses temas que eu acabo de mencionar aqui.

Notadamente cento e tantas mil pessoas morrem, no Brasil, por morte violenta, e eu não vejo nem o Executivo, nem o nosso Parlamento, nem a sociedade civil, por exemplo, os artistas, Sr. Presidente, saírem numa campanha para resgatar, de fato, esses índios que estão entregues ao narcotráfico, na nossa região, ou o próprio Ministério Público Federal. Nós temos hoje associações que gastam fortunas em campanhas, entre eles próprios, e eu não vejo o Ministério Público Federal trabalhar uma proposta de ocupação, de combate ao crime organizado na faixa de



fronteira da Amazônia, fazendo divisa com a Colômbia, com o Peru e a Bolívia, os três maiores produtores de cocaína do Planeta.

Eram essas apenas as observações.

No mais, Sr. Presidente, quero dizer que chegou a esta Casa, na semana passada, a reforma da previdência. Eu disse e quero repetir que o nosso desafio é incluir Estados e Municípios e evidentemente corrigir alguma outra coisa que queiramos corrigir. Mas, fundamentalmente, é colocar Estados e Municípios ou dar a eles a oportunidade de, em querendo, poderem fazer a adesão e fundamentalmente acabar com as pensões precoces e milionárias, que, infelizmente, são uma chaga no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Parabéns, Senador Marcio Bittar. É pertinente o seu discurso, sempre chamando a atenção para essa falácia toda que existe em torno da Amazônia. Se houvesse a política indigenista correta, Manaus não teria 40 mil índios em condição sub-humana na capital.

Eu vou falar agora – eu fiz uma permuta com o Senador Marcio Bittar – e, em seguida, o Senador Rogério Carvalho. Vamos combinar dez minutos porque haverá sessão especial, às 16h, para homenagear o Gen. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. Será às 16h. Eu acho que a gente pode dar uma acelerada. Alvaro, você vai falar, vai se inscrever? Para a gente poder dar uma corrida.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Em seguida, não é? Como Líder ou vai se inscrever normalmente?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Como Líder, o.k.

Então, eu falo agora, Rogério, e, em seguida...

*(O Sr. Plínio Valério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Plínio Valério, representando o Estado do Amazonas.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – Obrigado, Presidente em exercício, Senador Reguffe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu já assegurei aqui desta tribuna, desde que cheguei, meu apoio à reforma da previdência social brasileira. Eu estou convencido de que se tornou absolutamente indispensável essa reforma, tanto por questões demográficas quanto pela necessidade de adequação das contas públicas à realidade nacional. Penso também que vivemos uma oportunidade única para reformular nossa previdência. Já se estabeleceu, no conjunto da população brasileira, a convicção de que a reforma precisa ser feita, e de que sua aprovação se tornou condição para o desenvolvimento econômico, para a retomada da geração de empregos, para o crescimento da renda dos trabalhadores deste País.

Por tudo isso, anunciei aqui que votaria a favor da reforma da previdência. Devo votar, sim, a favor da proposta. Foi uma promessa de campanha que fiz no Amazonas. Eu estou convicto, porém, de que temos de fazer correções ao texto que chegou ao Senado Federal. Existem nesse



texto diversos absurdos, inclusive violação de direitos adquiridos. A origem dessas distorções não está nas mudanças e correções feitas pela Câmara dos Deputados, mas no texto original, elaborado pelo Ministério da Economia e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

Temos de cumprir nossa função de legisladores e impedir que esses abusos jurídicos e as injustiças que provocarão cheguem a nosso direito positivo e atinjam os trabalhadores brasileiros. Sei que se pretende evitar que o Senado modifique o texto aprovado na Câmara, até por uma questão, Senador Reguffe, de rapidez, mas nem por isso deixarei de cumprir minha missão, como Parlamentar, de apresentar emendas ao texto e de defender a sua aprovação. Sem essas correções, estaremos impondo sofrimento aos brasileiros, e eu não posso concordar com isso.

A primeira dessas emendas que apresentarei pretende impedir que se consuma uma tentativa de violar direitos adquiridos e, pior, que, ao fazê-lo, se obriguem aposentados há mais de 20 anos a retornar ao trabalho. É que o §3º do art. 25 da reforma considera nula a aposentadoria que tenha sido concedida ou que venha a ser concedida por Regime Próprio de Previdência Social mediante o cômputo de tempo de serviço sem o recolhimento da respectiva contribuição.

Acontece que, em nossa legislação previdenciária, até a edição da Emenda à Constituição nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a aposentadoria era concedida por tempo de serviço e não por tempo de contribuição.

Com base nesse conceito, as normas da época previam diversos casos em que o tempo de serviço era contado para aposentadoria sem que houvesse contribuição.

Pretendo ainda preservar a garantia de integralidade aos que preencheram os requisitos estabelecidos na regra de transição. E isso se faria substituindo a regra de transição prevista no texto que nos chegou por um pedágio de 20% do tempo faltante para a aposentadoria segundo a regra atual.

Com isso, desejando cumprir dupla finalidade, Senador Reguffe, corrigiremos injustiças que ocorrem ao admitir que pessoas próximas da aposentadoria pelas regras atuais se vejam obrigadas a cumprir muito mais tempo de serviço do que o originalmente previsto.

Da mesma forma, queremos que a regra de transição seja o que o nome diz – transição –, e não o que está sendo proposto.

Outra emenda é para permitir eventualmente verba de complementação nas pensões por morte. Isso existe atualmente. O próprio Governo, que propôs o fim dessas verbas, admite que se faça esse tipo de concessão em casos específicos. Essa emenda, eu considero, Senador Reguffe, de suma importância, porque a gente está tratando de pensão por morte. Essa emenda vai determinar que o recebimento da pensão por morte possa ser reversível, como ocorre atualmente. Hoje, se a mulher e os filhos receberem pensão e um deles deixar de receber, por exemplo, se o filho atingir a maioridade, o outro tem o direito de ficar com essa quantia. No termo da proposta, essa pensão simplesmente se evapora. Esses são direitos adquiridos. E por aí vai, Presidente.

Eu vivo e conheço, Senador Reguffe, de perto, sei o drama que estamos todos nós vivendo, Senador Reguffe – e deve usar a palavra daqui a pouco o Senador Alvaro Dias –, e o que temos de enfrentar.

A República, o País precisa de uma reforma? Sim. Temos de votar pela Nação? Sim. Mas quanto às injustiças, não. Temos de fazer o nosso trabalho apresentando a emenda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Senado Federal é a caixa da sensatez, da negociação, do consenso. Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Poder Executivo aproveitam-se dessa disposição que temos todos de colaborar, de não atrapalhar, de avançar, para nos impingir, para



nos colocar tarefas difíceis, esta que temos agora: de mexer e voltar para a Câmara e demorar mais um ano; de não mexer, simplesmente carimbar e deixar de cumprir com a nossa missão.

Quantas vezes uma medida provisória não passa 119 dias circulando ou dormitando na Câmara dos Deputados para, depois, chegar aqui para que, num dia, numa tarde, a gente possa aprová-la? O Senado não pode, o Senado não deve se curvar a esse tipo de intimidação. Pelo menos eu sou do time, do grupo que faz parte. Nós não podemos carimbar, nos intimidar.

Aqui, é preciso a gente conversar com a Nação brasileira: brasileiro, brasileira, a nossa função aqui é legislar. É a função que temos, escolhidos pelos nossos Estados para vir aqui legislar.

Sim, eu devo votar pela reforma, mas eu não quero arcar, Senador Rogério, com o desconforto insuportável de constatar que essa reforma contém desrespeito a direitos adquiridos, contém injustiças, sim, tão explícitas, e atinge de forma desigual trabalhadores, idosos, viúvas e órfãos sem procurar corrigir as injustiças.

Vou cumprir o meu papel, que me foi dado pelos eleitores que me enviaram para cá. Eu vou ter que me debruçar diante dessas injustiças, dessas incorreções, dos distúrbios, dessas coisas que prejudicam o trabalhador, a trabalhadora brasileira.

Por isso, brasileiro – e me permitam, Senador Rogério, Senador Reguffe, me dirigir aos brasileiros e às brasileiras –, é preciso que a gente discuta, que os senhores e as senhoras entendam o que está tramitando aqui. Não é aquela coisa bonita que se propaga País a fora. A reforma da previdência precisa ser aprovada? Sim. O País necessita de uma reforma? Também. Mas não podemos simplesmente votar uma reforma com tantas injustiças, uma reforma que, como eu disse, penaliza órfãos, que penaliza viúvas, que penaliza trabalhadores, que penaliza idosos, porque essa é a verdade.

Sabemos que reforma sempre exige sacrifício. Uma coisa é exigir sacrifício da população, Senador Rogério; outra coisa é sacrificar essa população. É uma distância muito grande, e a Nação tem que entender. Nós Senadores, haveremos de cumprir o nosso papel. Vamos nos debruçar, apresentar as emendas que tivermos que apresentar, tentar aprová-las para podermos daqui a anos encarar os trabalhadores, encarar a população brasileira de cabeça erguida e dizer que nós tentamos fazer, porque esse é o nosso papel: legislar, legislar para um País, legislar com justiça, legislar sempre pensando no melhor, sempre pensando no bem-estar da população brasileira.

Aqui todos nós estamos despidos de vaidades, todos nós estamos despidos de questões individuais, pensando no coletivo, pensando no conjunto. E a reforma da Previdência atinge esse conjunto, mas o atingir envolve esse conjunto, não pode atingir de forma mortal aqueles que mais precisam.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós estamos falando dos desvalidos, nós estamos falando dos desprotegidos, nós estamos falando dos que precisam da nossa voz, dos que precisam da nossa decisão, e essa decisão, Presidente Reguffe, Senador Rogério, nós temos que tomar, pagando o preço que tiver que pagar.

Se você me perguntar se eu vou votar a favor da Previdência a resposta seria "sim", mas votar a favor de uma reforma tão injusta em alguns detalhes vai ser difícil. Apresentarei as emendas, e vamos ver o que vai ser aqui para frente.

Brasileiros, brasileiras, entendam a nossa parte aqui, o Senado vai fazer a sua parte que é legislar ou pelo menos tentar legislar. Há um conjunto de Senadores assim como eu que defendem



mexer sim, mexer para melhor, para corrigir injustiça, para que os desvalidos saibam que há vozes aqui no Senado a lutar por eles.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério.

Convido agora para fazer o uso da palavra o Senador Rogério Carvalho, representando o Estado de Sergipe.

Depois, falarei eu, como orador inscrito; depois, falará o Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará, e depois falará o Senador Alvaro Dias, representando o Estado do Paraná.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Reguffe, caro Senador Plínio, tenho o maior apreço pelos dois.

Hoje, esta tribuna tem sido ocupada para tratar de um tema que vai tomar a nossa agenda, que é o tema da reforma da previdência, mas eu queria dedicar uma parte do meu tempo para tratar daquilo que a gente está transformando em natural, que são falas desrespeitosas, agressivas, inapropriadas do Presidente da República.

A Presidência da República, em si, é uma instituição que representa o Brasil e todos os brasileiros, e a ninguém é dado o direito de desrespeitá-la enquanto instituição. E nós, de alguma forma, estamos vendo e ouvindo o Presidente se manifestar de forma desdenhosa, de forma jocosa, de forma até agressiva e desrespeitosa com a instituição Presidência da República. E estamos assumindo isso com muita naturalidade.

Eu vou dar o exemplo, na campanha ainda, quando ele mentiu falando do *kit gay*, milhares de pessoas foram às urnas votar contra o outro candidato porque dizia que esse candidato tinha um *kit gay* para orientar as crianças nas escolas. Depois, um tal de *golden shower*, em que o Presidente divulga um vídeo com cenas inapropriadas para a instituição Presidência da República, na conta da Presidência da República. Depois, ele faz censura pública de conteúdo artístico, ou seja, ele, na condição de Presidente, que tem que preservar a Constituição, patrocina e defende a censura a conteúdo artístico cultural.

Esse mesmo Presidente propõe acabar com o controle de velocidade em rodovias federais. Esse Presidente propõe acabar com o uso de cadeirinhas para garantir a segurança de crianças. Propõe a posse e o porte de armas quase de forma irrestrita, armando toda a população brasileira.

Esse mesmo Presidente dá sinal verde e incentivo para a invasão de terras indígenas, uma conquista sagrada dos povos que aqui nós encontramos quando chegamos.

Esse mesmo Presidente diz que não há trabalho análogo ao trabalho escravo e que é uma conversa fiada; portanto, estimula que empresas de diversos setores, como aquelas que produzem carvão e na área do agronegócio, possam praticar o trabalho escravo. Esse mesmo Presidente propõe a suspensão de multas para infrações no campo do trabalho e no campo ambiental; ele mesmo se beneficiou da isenção de uma multa por estar pescando em área imprópria ou em período impróprio.

Esse Presidente tem transformado ambientalistas em demônios, quando, na verdade, são militantes de uma causa de grande importância para a humanidade. Esse Presidente cancelou uma reunião com o chanceler francês e foi cortar o cabelo, fazer a barba, só para não discutir a questão ambiental no Brasil.



Esse Presidente faz o papel de vassalo dos Estados Unidos e anexa a nossa Nação, de forma crítica, aos interesses norte-americanos.

Esse Presidente vende as nossas estatais sem licitação. Eu pergunto, Senador Reguffe, se V. Exa., no exercício do cargo de Governador, que será um dia aqui do DF, colocaria à venda um lote sem licitar. O senhor vai preso. E esse Presidente coloca bilhões em ativos para serem vendidos sem licitação.

Incentiva a xenofobia quando questionado por conta do Intercept, do Glenn, que é americano. Incentiva a deportação dele e propõe, inclusive, a expulsão desse jornalista, que tem filhos brasileiros, que tem relação marital aqui no Brasil.

Esse Presidente estimula o racismo. Esse Presidente estimula os preconceitos: preconceitos contra mulheres, contra negros. Esse Presidente não gosta de pobre! Esse Presidente não trabalha para os pobres! Esse Presidente tem horror aos pobres e criminaliza os pobres brasileiros. Faz piada sobre a cabeça dos nordestinos, discrimina os nordestinos e trabalha com a ideia de que existe um ser superior ou um ser inferior. Isso me faz lembrar uma tragédia da humanidade, que é o nazismo. Parece-me que ele estimula as diferenças artificiais para tirar vantagem.

Esse Presidente faz a demolição da Comissão da Verdade, que apurava os crimes da ditadura contra os cidadãos brasileiros que lutaram pela redemocratização. Esse Presidente tem como ídolo um torturador confesso e que está inscrito em todos os livros de história.

Esse Presidente ataca as instituições sem nenhuma cerimônia.

Mas, veja, enquanto ele faz tudo isso e deixa as pessoas sem saberem o que é que ele quer fazer, fica claro que, no fundo, no fundo, ele está cumprindo um preceito maior: quer vender o patrimônio público, fazer a reforma da previdência de modo a condenar à miséria e à indignidade os mais pobres.

Esse Presidente demonstra não ter nenhuma preocupação com a saúde, o desemprego e a desigualdade social.

Esse Presidente tem pavor da ciência e do conhecimento e esse Presidente não tem nenhum interesse nas informações sobre meio ambiente, sobre saúde, sobre emprego e renda, que expõem o quão o seu Governo não tem responsabilidade com a vida, com o desenvolvimento econômico, com a geração de emprego, de renda, de riqueza.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele faz o desmonte total e absoluto dos meios que podem orientar, trazer para a gente dados de realidade, que permitam a gente organizar o Estado, organizar o Governo e fazer planejamento.

Mas eu também queria aqui compartilhar a mesma preocupação. Dito isso, não está fora deste contexto, Reguffe, a previdência e a reforma da previdência. Se não é a Câmara e os Deputados melhorarem a proposta de reforma da previdência, nós teríamos uma reforma que seria ainda pior para os brasileiros e os mais pobres.

De qualquer forma, eu quero aqui me solidarizar ao Senador Plínio e ao Senador Paulo Paim, que esteve aqui antes.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concluindo, já que a gente tem pouco tempo hoje, eu queria dizer que nós não podemos



deixar que essa reforma passe sem serem revistas algumas questões, que são fundamentais. Por exemplo, aumento do tempo de contribuição para homens, no Regime Geral de Previdência, para os novos; os atuais, 15, mas os novos são 20 anos.

Outro exemplo: redução do valor das aposentadorias, ou seja, agora vai receber 60%, 2% a cada ano a mais de contribuição. Com isso, vai cair o valor médio pago para o aposentado mais pobre em 35% a 40% do vencimento. Como, por exemplo, na fórmula de cálculo dos benefícios. Com essa fórmula de cálculo, por exemplo, se você contribuiu por 20 anos num valor no teto e, nos últimos dez, você contribuiu por menos, se você só contribuísse por 20, você receberia uma média de três, se você contribuísse dez anos depois, por um valor menor, o seu benefício cai em torno de 20% a 30%.

Então, há coisas que nós precisamos rever ainda aqui: a redução do valor da pensão por morte, que a gente precisa rever. Não é possível a gente não acolher, principalmente, as viúvas de baixa renda; aumento da idade mínima para os professores, para os que são beneficiados pelo Regime Geral de Previdência e garantir que o abono salarial seja mantido para quem ganha até dois salários mínimos. Eu queria dizer o seguinte, para concluir, já que são muitas coisas que a gente precisa rever nessa reforma.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para concluir, Sr. Presidente, mais um minuto.

Eu quero dizer que essa reforma que foi aprovada na Câmara, que avançou muito – tirou o sistema de capitalização, tirou aposentadoria rural, manteve o BPC do jeito que era –, ou seja, os Deputados estão cumprindo um papel fundamental na diminuição do dano de uma proposta que vinha para massacrar os pobres... Como eu disse, o Presidente não tem amor e não gosta de pobre. Essa é a realidade.

Mas, de qualquer forma, eu quero dizer, Senador Telmário, que a reforma aprovada na Câmara faz uma economia, segundo estimativas, de R\$900,333 bilhões, que a IFI, instituição ligada ao Senado, fala em R\$600 bilhões. Nós vamos ter isso mais claro nos próximos dias.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas essa reforma, que faz R\$900,333 bilhões de economia, 70% saem – sabe de onde, Reguffe? – do Regime Geral da Previdência, ou seja, retira dos pobres, dos mais pobres do Brasil, para tapar o buraco do Regime Próprio de Previdência do Governo Federal. Em outras palavras, é a União tirando da barriga do povo brasileiro para tapar o buraco do Regime Próprio de Previdência da União.

A discussão de incluir ou não Estados e Municípios tem a ver com isto: a União pode tirar da barriga dos mais pobres, do Regime Geral de Previdência, 70% de economia e tapar o seu buraco do Regime Próprio de Previdência. E os Estados vão retirar de onde?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Qual dinheiro para fazer essa equação de integrar Estados e Municípios a essa reforma da previdência?



Por isso, eu deixo aqui o meu apelo aos brasileiros: não vamos achar que essa forma desdenhosa, desrespeitosa com que o Presidente se refere a vários setores da sociedade ganhe naturalidade, porque isso é uma afronta àquilo que nós chamamos Presidência da República, é uma afronta ao Brasil, aos brasileiros e a todo o processo de conquista de cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

*(Durante o discurso do Sr. Rogério Carvalho, o Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Plínio Valério.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – De nada, Senador Rogério. É sempre um prazer ouvi-lo sobre coisas sempre pertinentes e que interessam ao País.

Senador Zequinha, agora, a gente pode colocar, porque, na hora em que o senhor foi chamado, em seguida ao Senador Reguffe... Está bom, Zequinha? Pode ser?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É depois do Reguffe, porque agora nós estamos estabelecendo dez minutos para dar tempo, porque às 16h temos...

Reguffe, por favor. Enquanto o Senador Reguffe se dirige à tribuna, saudamos aqui a Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, que já está presente na galeria e que vai, Senador Alvaro Dias, saudar o nosso Presidente da República, que estará aqui na sessão especial que será realizada às 16h em homenagem ao Gen. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

Com a palavra o Senador Reguffe.

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil precisa de uma reforma da previdência. Há um déficit que é real, não é fictício. A reforma é necessária e importante para o País. Agora, esse texto que está chegando ao Senado contém algumas injustiças que eu tenho a obrigação, como Parlamentar, de tentar corrigir.

Vou apresentar algumas emendas a esse texto. Alguns falam assim: "Ah, mas não pode, o Senado não pode mexer, porque, se mexer, volta para a Câmara". Ora, então fecha o Senado Federal, porque, se o Senado não puder cumprir o seu papel de Casa revisora, tem que fechar o Senado Federal. Não há por que nós termos um modelo bicameral.

Eu me pauto, na minha vida pública, como representante aqui, eleito pela população do Distrito Federal, pelo que eu considero justo. Então, o Brasil precisa de uma reforma da previdência, a reforma é necessária, um Governo não pode gastar mais do que arrecada, é importante para o País; agora, o texto tem algumas injustiças que precisam ser corrigidas e que eu tenho a responsabilidade, como Parlamentar, de tentar corrigir. Por isso, irei apresentar algumas emendas a esse texto. Por exemplo, não é correto que alguém que ganha menos do que o teto do INSS, que é de R\$5.839, tenha um aumento da sua contribuição para o Estado, tenha que aumentar a sua contribuição. Uma coisa é instituir uma idade mínima para evitar que uma pessoa, na minha idade, por exemplo, se aposente, outra coisa é aumentar a contribuição de uma pessoa que ganha menos do que o teto do INSS, que é de R\$5.839.

Alguém que ganha R\$4.600 não é um privilegiado. Ou alguém acha que é um privilegiado? Alguém que ganha R\$4,6 mil não é um privilegiado. O texto aumenta a contribuição a partir de R\$4,5 mil. Abaixo de R\$4,5 mil, ele reduz a contribuição, mas, acima de R\$4,5 mil, ele aumenta. Não é correto. Se nós temos um teto do INSS que é de R\$5.839, não é correto aumentar a



contribuição de quem ganha menos do que esse teto. E, de R\$4,5 mil a R\$5.839, está aumentando esse teto, está aumentando a contribuição. Então, isso não é correto e precisa ser corrigido. Não é correto que o Estado tire mais do salário dessa pessoa. Alguém que ganha R\$5 mil por mês, R\$4,8 mil, R\$4,7 mil, R\$4,6 mil não é um privilegiado.

Uma outra emenda que eu vou apresentar. A Câmara fez uma alteração importante no texto, colocando a idade mínima, mas colocando os 15 anos de contribuição. O problema é que o texto só agrega mais valor à aposentadoria a partir dos 20 anos de contribuição. Então, há um lapso aí, entre 15 anos e 20 anos, em que, se a pessoa contribuir por 15 anos, ela ganha a mesma coisa do que se ela contribuir por 19 anos e 11 meses. Está errado. A cada ano, tem que aumentar também o que a pessoa vai ganhar na sua aposentadoria, até para incentivar a pessoa contribuir.

Então, qual é a minha proposta? A minha proposta é que, em vez de esperar 20 anos para aumentar a cada ano 2% nos rendimentos da pessoa, a partir de 15 anos, aumente-se 1,6% o rendimento da pessoa, chegando nos 40 anos aos 100%. Então, começar a aumentar a partir de 15 anos. Se a pessoa contribuir por 16 anos, ela já tem um aumento, senão ela contribuir por 15 ou por 20 é igual, já que só aumenta a partir dos 20 anos, e ela tem o direito aos 15 anos de contribuição. E isso afeta principalmente os mais pobres. Então, a proposta é aumentar, com 15 anos de contribuição, 1,6% a cada ano, e não esperar 20 anos para aumentar 2%.

A terceira emenda visa a questão da aposentadoria de Parlamentar. O texto só mexe com os novos, mas quem está hoje, o Congresso Nacional inteiro, pode continuar tendo a aposentadoria de Parlamentar. Isso não é correto! Isso não é correto! Então, a minha emenda visa que todos os Parlamentares tenham que aderir ao INSS e receber pelo INSS. Vamos colocar uma regra de transição, mas todos... Acaba-se com a aposentadoria de Parlamentar e todos passam a receber pelo INSS.

Sei que isso causa uma resistência aqui na Casa, mas isso é importante de ser feito. Se se vai mexer com a aposentadoria de todos os brasileiros, há que se mexer com a dos Parlamentares também, e não só para os novos, mas para os que estão aqui também.

Eu, no meu primeiro dia como Senador, abri mão da aposentadoria especial de Parlamentar e fiz a opção formal por continuar contribuindo para o INSS, e isso em caráter irrevogável, nem que eu queira, eu posso voltar atrás. E também sou autor, aqui nesta Casa, do PLS, do projeto de lei que acaba com a aposentadoria especial de Parlamentares. Então, é preciso também mexer na questão da aposentadoria de Parlamentares, e não só para os novos, mas também para os atuais.

Quarta emenda. Não é correto, na pensão por morte, alguém poder receber menos de um salário mínimo. Então, é preciso que isso também seja revisto no texto. "Ah, mas vai colocar no novo texto". Não! Nós estamos votando esse texto, tem que mudar esse texto. "Ah, mas vai voltar para a Câmara". Nós estamos criando uma lei que é permanente para o País; é uma lei para ficar, que vai ficar aí durante anos e anos. Por causa de mais um mês ou um mês e meio, porque vai voltar para a Câmara, não se pode mexer?

Já falei e volto a repetir: se o Senado Federal não puder mexer no que a Câmara traz para cá, é melhor fechar o Senado Federal, porque não há cabimento você ter uma Casa revisora.

Então, não é correto alguém receber uma pensão de menos de um salário mínimo. Se o texto abre uma brecha para isso, isso precisa ser corrigido, sim. Então, vou apresentar também uma emenda com relação a isso.

Uma outra emenda que eu vou apresentar visa que o cálculo seja feito com 80% das maiores contribuições que a pessoa fizer para o Regime Geral da Previdência Social. Esse texto atual,



quando trata da média... A pessoa começa ganhando pouco, ela vai crescendo ao longo do tempo. Então, sempre há um prejuízo no final. E isso visa também resguardar principalmente os mais pobres. Então, ficaria por 80% das maiores contribuições.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF) – Esse seria o novo cálculo.

Então, Sr. Presidente, só para encerrar, sem querer tomar muito tempo, o Brasil precisa de uma reforma da previdência. Há um déficit que é real, que não é fictício. A reforma é necessária, é importante para o País. Um Governo não pode gastar mais do que arrecada. Agora, esse texto tem algumas injustiças que o Senado Federal tem, na minha opinião, obrigação de corrigir. E eu, como Parlamentar, tenho obrigação de tentar corrigir isso aqui.

Por isso, estou apresentando essas emendas ao texto, que eu gostaria de ver sendo analisadas por este Plenário e por esta Casa Legislativa.

A reforma é importante para o País, mas o texto tem algumas injustiças e algumas distorções que precisam ser corrigidas.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Perfeito o seu pronunciamento, Senador Reguffe. Particularmente como Senador do Amazonas, eu concordo plenamente com as mudanças que teremos que fazer, com as observações que teremos que fazer.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, pela Liderança do Podemos.

Em seguida, o Senador Zequinha Marinho e o Senador Telmário, e vamos encerrar a nossa sessão. Não dá mais tempo, além desses dois oradores seguintes.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Senador Plínio Valério, Srs. Senadores, hoje venho fazer um apelo ao Governo. Estão ameaçados 200 mil empregos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. São 900 obras paralisadas, um atraso de R\$500 milhões – é um atraso que já corresponde a dois meses de repasse – que atenderiam a 900 obras, eu repito, a mais de 200 mil empregados e a 500 empresas. Este é um momento crucial, dramático para os trabalhadores. Imaginem 200 mil famílias lançadas ao desespero do desemprego.

Recentemente, quando o Congresso Nacional aprovou um projeto do Governo que pedia suplementação de recursos da ordem de R\$248,9 bilhões para evitar uma afronta à regra de ouro, que culminaria inclusive com consequências que levariam provavelmente até ao pedido de *impeachment* do Presidente da República – é o que a lei determina –, o Congresso aprovou e reservou R\$1 bilhão desses recursos para atender o Programa Minha Casa Minha Vida. Provavelmente, obstáculos burocráticos estão retardando o repasse desses recursos à Caixa Econômica Federal, para que possa atender compromissos já vencidos.

Por essa razão, nós viemos a esta tribuna, nesta tarde, fazer esse apelo ao Governo, especialmente ao Ministério da Economia, ao Ministro Paulo Guedes, para que agilize, dê celeridade aos procedimentos burocráticos necessários para que esse repasse ocorra, evitando esse drama, com 200 mil empregos extintos, com consequências, portanto, socialmente dramáticas.

São os contrastes a que nós assistimos enquanto há dificuldade de atender os compromissos de um programa importante, que gera emprego e, sobretudo, realiza o sonho da maioria dos



brasileiros, que é o sonho da casa própria. Não há nenhum outro sonho acalentado com mais intensidade e fervor do que o sonho da casa própria. Os trabalhadores brasileiros que ainda não tiveram o privilégio da moradia própria continuam a alimentar esse sonho. E são milhões de brasileiros. Por essa razão, é prioridade, indiscutivelmente é prioridade.

E o contraste é gritante quando se verifica que há nações devedoras que não pagam, que praticam o calote, mas o calote foi anunciado. Houve o alerta. E eu volto a este assunto porque ele provoca indignação e revolta, o calote das nações que tomaram recursos emprestados por intermédio do BNDES, que são recursos dos trabalhadores brasileiros, porque com origem no FAT, no FGTS, no PIS/Pasep, além dos recursos do Orçamento da União. Eu já repeti aqui inúmeras vezes, mas é necessário repetir, porque muitos ainda não ouviram. Foram R\$716 bilhões – parte do Tesouro Nacional, R\$478 bilhões; e o restante do FAT, FGTS, PIS/Pasep – transferidos ao BNDES, que celebrou empréstimos com essas nações.

Eu vou registrar aqui nos *Anais do Senado Federal*, Senador Reguffe, que agora preside esta sessão, os países e valores: Angola, R\$15,8 bilhões; Argentina, R\$8,2 bilhões; Costa Rica, R\$176 milhões; Cuba, R\$2,773 bilhões; Equador, R\$2,836 bilhões; Gana, R\$859 milhões; Guatemala, R\$1,114 bilhão; Honduras, R\$577 milhões; Moçambique, R\$1,771 bilhão – lá construíram um mega-aeroporto fantasma; Paraguai, R\$306 milhões; República Dominicana, R\$6,281 bilhões; Uruguai, R\$84 milhões; Venezuela, R\$9,695 bilhões. São números fornecidos, agora, pelo BNDES, porque agora não há mais sigilo. Esses números estão no portal do BNDES, à disposição dos brasileiros. Na soma desses valores – e esses valores são referentes a dezembro de 2018 –, R\$50.565.659.000. Portanto, veja o contraste: R\$500 milhões recolocam as empresas em ação e mantêm os 200 mil empregos que hoje estão ameaçados, e caminhamos para a realização do sonho de milhares de trabalhadores brasileiros que esperam a sua casa própria.

Por essa razão, nós estamos nesta tribuna, para formular este apelo ao Governo da União: é preciso liberar urgentemente esses recursos.

Em relação ao BNDES: agora, ainda hoje, li uma entrevista do novo Presidente do BNDES, o Gustavo, que faz a narrativa de um negócio prejudicial ao Brasil, aos brasileiros, realizado em 2005 com a JBS, um negócio que nos deu um prejuízo de mais de R\$70 milhões. Esse é apenas um exemplo da irresponsabilidade administrativa que motivava ainda mais a corrupção, num sistema de propina que não elegia prioridades para a aplicação dos recursos por intermédio do BNDES, que tem a missão de fomento, geração de empregos e promoção do desenvolvimento econômico do País.

Mas o objetivo, Senador Reguffe, eu vou concluir para dar oportunidade aos demais colegas de se pronunciarem nesta tarde, da minha presença na tribuna, em nome do partido que lidero na Casa, o Podemos, é fazer respeitosamente este apelo ao Governo: não estamos aqui com o objetivo da crítica pela crítica. Não se trata de crítica. Trata-se de um apelo responsável para que o Governo impeça a eliminação de 200 mil empregos e possibilite a continuidade das obras para a realização do sonho da casa própria no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem que continuar.

Muito obrigado, Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Plínio Valério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.



Convido, agora, para fazer uso da palavra, o Senador Zequinha Marinho, representante do Estado do Pará.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu retorno à tribuna do Senado Federal para fazer menção a um projeto aparentemente muito simples, mas extremamente importante para o nosso Estado, que é o prolongamento da BR-222, a partir do km 9, na Transamazônica, após sair de Marabá, passando por diversas comunidades do interior do Município de Marabá, como Santa Fé, como São Pedro, como tantas outras, passando também praticamente numa cidade já, num grande distrito de Itupiranga, que é a Vila Cruzeiro do Sul. Depois, entra no Município de São Félix do Xingu, a partir da Vila Plano Dourado, passando por Lindoeste, passando por Sudoeste, Teilândia, passando em frente à cidade de São Félix. Atravessa o Rio Xingu, pelo porto Santa Rosa, seguindo direto no sentido oeste, para a Vila Central, dali para a Vila Caboclo, até na Canopos, que já é Município de Altamira, e dali ficando projetada para a BR-163, na cidade de Novo Progresso.

Esse trajeto todo deve dar mais de mil quilômetros, porque ligaria de forma direta Marabá, na região sudeste do Pará, à cidade de Novo Progresso, na região oeste, na BR-163, Santarém-Cuiabá, como a gente chama.

Mas, Presidente, o que me leva aqui é dizer ao Governo Federal, ao seu Ministro dos Transportes, ao Dnit, a importância do prolongamento da BR-222 para o povo do Estado do Pará. O Pará tem 1,248 milhão quilômetros quadrados. É o Estado brasileiro com o maior espaço territorial, digamos assim, útil, onde você pode morar, trabalhar, produzir. Maior até mesmo, em comparação, do que nosso vizinho Amazonas, que tem um território bem maior, 1,577 milhão quilômetros quadrados, mas onde boa parte não é usada, é apenas floresta, água e reservas infinitas.

O Estado do Pará, diferentemente, é um Estado de muito futuro no que diz respeito à produção. E esse traçado, que estamos trabalhando e apresentamos em forma de projeto de lei, o de nº 24.49, de abril de 2019, que dá a essa população por onde passa a condição de trafegabilidade descente, digna, se Deus quiser no futuro, para escoamento de produção.

Ninguém tem mais gado nelore naquela região do que nesse traçado. É altamente produtiva. E todo mundo sabe que o ciclo, depois da pecuária, é a agricultura, porque é a agricultura que renova a terra, é que refaz as condições e a força do solo. Então, a gente precisa dar um mínimo de horizonte para essa população, para que ela possa pensar no futuro, se estruturar para trabalhar e para produzir.

E, como todo mundo sabe, não há como se pensar em progresso, em desenvolvimento sem pensar pelo menos em três pontos básicos: primeiro o transporte, a energia e a comunicação. Energia, já temos mais ou menos, mas transporte ainda é muito incipiente. E olhe que o Governador Helder, o Governador do Estado do Pará, neste momento, através da Secretaria de Transportes, está estadualizando cerca de quase 2 mil quilômetros de novas rodovias, coisa que nos governos passados ninguém quis tocar porque isso significa ter responsabilidade por mais quilômetros de estradas para manter. O Governador Helder já autorizou e a Setran, a nossa Secretaria de Transporte, já está começando a trabalhar.

Nós precisamos dar condições de logística ao produtor paraense. O Pará está se enchendo de gente, a população vem crescendo vertiginosamente.



Até um certo tempo, nós tínhamos 6 a 6,5 milhões de habitantes, hoje já passamos de 8,5 milhões de habitantes. É um Estado onde o agronegócio tem um futuro extraordinário e a gente precisa exatamente desse momento. E por que uma rodovia federal? Exatamente porque é o Governo Federal que também detém a maior parte do bolo da arrecadação nacional.

Quando eu cheguei ao Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, início de 2003, primeiro mandato de Deputado Federal, as contas que se faziam naquele momento era que o Governo Federal, do bolo da arrecadação, retinha 39% e distribuía 61%. Hoje essa conta é completamente estranha e inversa nessa questão do percentual: o Governo Federal segura aí 65%, 66% e distribui o restante: 35%. Quer dizer, os Estados estão descapitalizados, os Estados estão sem dinheiro para atender à sua demanda. Para a gente ter retorno, é preciso que se invista. Se nós quisermos uma economia pujante, se nós quisermos renda, se nós quisermos desenvolvimento, vamos ter que fazer investimento, e aí entra a questão das estradas. Não há como não fazer estradas para escoar a produção e o Estado do Pará nesse momento se ressentia muito, muito mesmo, das condições de suas estradas.

Tivemos recentemente uma grande reunião com o Ministro da Infraestrutura, com a Bancada do Pará e a com a Bancada do Mato Grosso, para os senhores terem a noção da importância que é a logística no Pará, porque boa parte da produção do Mato Grosso passa dentro do Estado do Pará em dois eixos: um na BR-163, no lado oeste, e outro pela BR-158, no lado leste, e depois pega a BR-155 até Marabá e a PA-150 até Belém, até Barcarena.

Então, há uma necessidade muito grande de nós aparelharmos o Estado do Pará, dando a esse Estado e à sua população condição de escoamento de produção. E não é só gado, não é só carne, é também o leite, mas, quando eu deixo isso para um lado, eu tenho o minério do outro lado. O minério, no Pará, todo dia se descobre um novo polo, uma nova mina, um novo projeto que precisa urgentemente ser atendido, ser visto com bons olhos, para que se possa, então, fazer com que aquele Estado gere os empregos que a gente tanto deseja, tanto busca, tanto quer.

Em cima de tudo isso, Sr. Presidente, nós precisamos olhar com bons olhos a extensão dessa rodovia federal. A BR-222 nasce no Ceará, passa pelo Piauí, passa pelo Maranhão, entra no Pará, sobrepondo a BR-010, e, a partir da cidade de Dom Eliseu, ela rumo para Marabá, passando por Rondon, por Abel Figueiredo, por Bom Jesus do Tocantins e chega até Marabá. Nesse momento, quando a população cresce, quando o Estado se enche de gente, quando os povoados e vilas estão abarrotados, quando a zona rural produz, nós precisamos fazer com que ela avançasse a partir de Marabá...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... atravessando toda aquela região bonita dos Municípios de Marabá, Município de Itupiranga e Município de São Félix do Xingu, entrando no Município de Altamira e rumando para a cidade de Novo Progresso, na BR-163. E aí, neste momento, esse projeto está na CI, eu espero que logo, logo seja votado, encaminhado à CCJ e a gente possa apreciar aqui no Plenário da Casa. Por isso, eu solicito o apoio dos meus pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Convido agora para fazer uso da palavra o Senador Telmário, após ele, o último inscrito, Senador Marcos Rogério.



**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero começar agradecendo ao Senador Rogério, porque ele fez uma permuta de horário – muito obrigado –, já que os nossos interesses são comuns, da nossa região. Eu o agradeço e agradeço a compreensão do Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, semana passada este Plenário aprovou o PLC 27, de 2018, que considera os animais seres sencientes, trata da nova natureza jurídica dos animais *sui generis*, considera-os sujeitos de direitos despersonalizados e também os exclui do rol de "coisas" do Código Civil; em outras palavras, animais não mais poderão ser considerados bens ou patrimônio.

Muito bem, embasado por uma nota técnica muito bem fundamentada pela Consultoria Legislativa desta Casa – é de conhecimento de todos os Senadores que é composta por profissionais absolutamente competentes e peritos em suas respectivas áreas de atuação –, subi a esta tribuna para alertar meus pares dos perigos ocultos nas entrelinhas deste projeto que fora aprovado por esta Casa.

No entanto, Sr. Presidente, fui duramente criticado e até ofendido pelo pessoal das redes sociais que não leem, não refletem sobre o tema e até por Senadores pelos quais tenho o maior respeito. Foi dito aqui que meus argumentos não tinham fundamento e que tampouco as previsões das consequências que aponteí iriam ocorrer, pois tratava-se de um projeto simples e inofensivo.

O projeto é tão controverso e perigoso que atropelaram uma etapa importantíssima de sua tramitação, que era justamente a sua análise perante a CCJ. Não tenho dúvidas de que o bom senso dos meus pares, com o devido tempo para debate da proposta, não permitiria que tamanho absurdo seguisse adiante.

Sabendo disso, a proposta, um verdadeiro cavalo de troia, teve sua urgência aprovada na CMA e veio de afogadilho a este Plenário. Se o projeto era tão simples e inofensivo, Sr. Presidente, por que aprovaram sua urgência na CMA, evitando que o projeto avançasse em seu despacho de origem e que fosse debatido na CCJ? Enfim, fica o questionamento.

Alardeado por subcelebridades que abraçam a causa dos animais de estimação – e aqui me refiro a cães e gatos de raça que custam alguns salários mínimos – rapidamente uma comoção nas redes sociais se formou, mas quase que exclusivamente formada por pessoas que sequer já estiveram em uma fazenda, em um criatório, em um canil ou mesmo em uma típica casa de família que vive no campo e cria animais para sua subsistência.

Fui questionado recentemente: "Por que o senhor não gosta dos animais?" Vejam: eu não sou contra animais. Muito pelo contrário, justamente pelo fato de ser criador de animais e de cuidar muito bem deles é que fico extremamente preocupado com esse tipo de projeto que tramita aqui. Minha preocupação é do ponto de vista econômico, com os absurdos que o projeto pode causar da forma como chegou a esta Casa.

A proposta traz, em seu contexto, que os animais são seres sencientes. Alguém aqui tem dúvida disso? Alguém tem dúvida disso? É claro que não. Todo mundo sabe do grito de dor que o cão, o gato, o porco e a galinha emitem ao sentir dor. E não é por falta dessa afirmação na legislação que não temos consciência disso.

Abatedouros que trabalham dia e noite para levar a carne bovina, suína e frango à mesa de todos os brasileiros já trabalham de forma a reduzir ao máximo o sofrimento de todos os animais abatidos, até porque, se isso ocorre, a carne perde qualidade, pois o animal que é abatido sob forte estresse libera hormônios em sua musculatura, o que deixa sua carne com qualidade inferior.



Temos a Lei 9.605, de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, que, em sua redação atual, já prevê detenção de três meses a um ano para quem comete maus-tratos a animais e, definitivamente, funciona, pois são diversos relatos de apreensões de pessoas que causam maus-tratos a animais. Ocorre que esta Casa aprovou, em dezembro passado, o PLS 470, de 2018, que eleva essa pena de detenção de três meses a um ano para a pena de um a quatro anos de reclusão e multa, que pode ser de um a mil salários mínimos. Veja, com a aprovação desses projetos, ambos amplamente apoiados pelos ambientalistas de bichinhos de estimação, toda uma cadeia produtiva poderá ser comprometida. Quem fecha os olhos para isso achando que as propostas são simples e inofensivas está muito enganado.

Desde os grandes abatedouros e criadores de animais de corte para consumo humano até os mais humildes homens do campo que matam uma galinha ou um bode para alimentar sua família podem sofrer duras penas por realizar uma atividade que, até o dia de hoje, é corriqueira e que, amanhã, poderá se tornar um crime de penas altíssimas.

Pode-se exigir o uso de anestésico para abate de animais, uma vez que a lei estipula agora que os animais são sencientes e por isso não poderiam sofrer qualquer tipo de dor ao ser abatido.

Imaginem quanto isso pode custar para todos os produtores de carne do País! Imaginem o valor que o quilo de alimento poderá custar para nós consumidores! Imaginem o Seu José ou a Dona Maria que agora terão que comprar anestésico para matar a sua criação no quintal!

Estão criando o crime de "animalcídio". Peço perdão pela invenção da palavra, mas é isso que estão inventando.

Para mais uma reflexão, imaginem uma ação penal de supostos maus-tratos contra animal nas mãos de um promotor de justiça vegetariano ou vegano e que também é defensor desta causa antropomórfica de animais!

Estamos rodeados de pessoas com propostas e ideias exageradas e radicais quanto ao tratamento que damos aos animais, e que aqui vou criar, na redundância da fala, animais não humanos, pois nossa legislação faz referência apenas a pessoas e animais e esta nomenclatura é suficiente para nos diferenciar.

Ainda que, na rapidez da discussão do projeto em Plenário, o mérito foi emendado, porque a tutela jurisdicional, referida no art. 3º, não se aplicasse aos animais produzidos pela atividade agropecuária e aos que participam de manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Esta emenda amenizou, em partes, os efeitos perigosos deste projeto, pois ficará sob o julgo interpretativo do magistrado e promotor que se envolverem em causas relativas a animais.

Além disso, Sr. Presidente, atividades econômicas que envolvam animais, que não estejam elencados no rol desta emenda, continuarão prejudicadas, como no caso de criadores de cães, gatos e demais animais, que nem sejam considerados da agropecuária...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... e nem participam de manifestações culturais.

Espero que meu alerta chegue aos Deputados e que não aprovem possíveis exageros penais que pessoas possam sofrer, pois o simples manejo de criação de animais agora poderá ser visto como maus-tratos.



Caso seja aprovada, conto com o bom senso do Presidente Jair Bolsonaro para vetar a proposta, pois, da forma como está editada, ainda poderá produzir efeitos nefastos à economia e à sociedade brasileira.

A maior prova disso, Sr. Presidente – já concluindo e passando ao nobre Senador –, olha só, assim que terminaram de aprovar o projeto com a emenda, olha o que disse a Dona Carolina Mourão, uma das ativistas das redes sociais – reduzindo, ela disse o seguinte: "Duas emendas, uma que contemplava somente cães e gatos caiu, na hora da votação, foi retirada pelo próprio autor, e a segunda, que exclui animais de vaquejadas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... e questão que pretendemos derrubar na Comissão de Meio Ambiente, na Câmara, onde temos maioria, local nascedouro do projeto que irá revisar essa interferência".

Diante do exposto, demos um salto que abriu uma porta sólida com muitas camadas invisíveis em favor dos animais apontado para o futuro.

Só concluindo, não salvaríamos a todos de uma só vez, mas salvaremos paulatinamente. Vamos derrubar as emendas e proibir as matanças.

Imagine – imagine – é isso o que foi proposto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Convido, agora, para fazer uso da palavra, o Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Reguffe, só peço que assegure o tempo regimental da minha fala.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para fazer o registro dos 36 anos da primeira Constituição do Estado de Rondônia. Tive a honra de participar de parte das comemorações que aconteceram durante toda a semana passada, na Assembleia Legislativa do meu Estado, na capital, Porto Velho.

Quero, de antemão, cumprimentar o Presidente, Deputado Laerte Gomes, o Deputado Ismael Crispin, que atuou como Presidente da Comissão Especial, que organizou o evento, e todos os demais Deputados Estaduais da atual legislatura, sensíveis da importância de comemorar esta data histórica.

A história do Poder Legislativo de Rondônia começa com a eleição dos Deputados Constituintes em novembro de 1982. Faço questão de registrar cada um dos eleitos, pois são dignos de nossos reconhecimentos.

Pelo então PDS: Amizael Silva, Arnaldo Martins, Heitor Costa, Francisco Nogueira, Genivaldo Sousa, Jacob Atallah, José de Abreu Bianco, José do Prado, Jô Sato, Manoel Messias, Marvel Falcão, Oswaldo Piana, Silvernani Santos, Valderedo Paiva e Zuca Marcolino. Pelo PMDB: Amir Lando, Ângelo Angelim, Cloter Mota, Jerzy Badocha, João Dias, Ronaldo Aragão, Sadraque Muniz, Sérgio Caminatto e Tomas Correia. E acrescento aqui os servidores constituintes, especialmente os consultores da Assembleia da época, fundamentais na construção da Constituição estadual.

Para mim, especialmente, celebrar a primeira Carta Constitucional de meu Estado é motivo de duplicada honra, primeiro por ser rondoniense. Nasci em Ji-Paraná, segunda maior cidade de



Rondônia. Segundo, pela oportunidade de, durante esses 36 anos, estar acompanhando o desenvolvimento e o progresso do meu Estado, e agora com o alto privilégio de representar Rondônia aqui no Senado da República.

A semana de comemorações foi extremamente rica, com merecidas homenagens, um reexame de nossa história e discussões altamente produtivas sobre o momento que Rondônia vive e as perspectivas para o futuro. Tive a honra de participar de um dos painéis, ao lado de outras autoridades do Estado.

Ressaltei e aqui quero repetir que todos temos uma grande tendência de valorizar mais as realizações materiais, concretas, especialmente as grandes estruturas, as grandes construções. São coisas que impressionam, mas precisamos entender que, por trás e bem antes de todas essas estruturas, existe um planejamento, um projeto, um *design* inteligente, um direcionamento formal, normativo, orientador. Isso é fundamental para se compreender como as coisas são criadas.

As coisas que aí estão não são feitas apenas do que são, pois seu fundamento é muito anterior à construção física. Antes, houve uma construção intelectual, um planejamento, o estabelecimento de decisões que iriam orientar todo o processo construtivo. É justamente aí que se insere o sentido material de Constituição, a saber, a organização e definição dos Poderes do Estado, os limites do seu exercício, seus fins e princípios fundamentais.

No campo das origens, está o poder da palavra. O começo de tudo foi assim. Antes que qualquer coisa existisse, o Criador de todas as coisas usou o verbo, usou palavras. E disse Deus: "Haja!" e houve. Isso é uma Constituição, a grande Constituição de todo o universo, um dizer que se materializa. Naturalmente, nós, seres mortais, limitados aqui ao fator temporal, temos também, inspirados pelo próprio Criador do universo, força criativa para grandes e sólidos empreendimentos.

O que Rondônia vive hoje é justamente o resultado de um processo de verbalização que tomou forma escrita para depois alcançar a concretude. Toda organização do Estado de Rondônia, sua estrutura e seu funcionamento, nasceram a partir de sua Constituição estadual.

Hoje Rondônia é um Estado pleno, que tem os seus Poderes constituídos, que funcionam com harmonia e independência. Esses Poderes habitam em casas dignas, são bem estabelecidos e dignamente estruturados. As instituições de Rondônia estão bem instaladas e funcionando, tocadas, aliás, pela força conjunta de milhares de servidores espalhados pelos 52 Municípios. Mas tudo isso, no começo, eram apenas palavras.

Por isso, destaquei, e aqui torno a fazer, o valor da iniciativa da Assembleia Legislativa Rondoniense de celebrar os 36 anos da primeira Constituição de nosso Estado, especialmente porque cria uma oportunidade de se dar voz novamente àqueles que ousaram pronunciar e escrever palavras que pareciam estar tão longe de uma realidade possível, e hoje, diante de tantas estruturas, talvez nem sejam lembrados, porque, como disse, no começo, impressionamo-nos muito com realizações materiais, grandes construções e temos a tendência de esquecer quem ousou verbalizar, ousou escrever, dizer em tempos remotos o que ainda era somente imaginário e hoje vemos de forma tão nítida e real. Não é razoável que as criaturas esqueçam do criador.

Quero, portanto, no ensejo que a data comemorativa nos proporciona, rememorar um pouco de nossa história e saudar os tantos homens públicos que se empenharam na construção do Estado de Rondônia, especialmente os Deputados Estaduais da primeira legislatura, o que faço em nome do primeiro Presidente, e Presidente da Assembleia Constituinte, José de Abreu Bianco, homem



público que também honrou o Estado de Rondônia, como Governador, além de ter sido Prefeito de Ji-Paraná e Senador da República.

Aliás, abro aqui um parêntese para fazer uma referência destacada ao Senador José Bianco. Trata-se de um dos políticos que tem uma das maiores folhas de serviços prestados a Rondônia; foi Prefeito de Ji-Paraná por três mandatos; Deputado Constituinte e Presidente da Assembleia que elaborou e promulgou a nossa primeira Constituição; foi Senador da República, representando Rondônia com muita dignidade aqui nesta Casa; governou Rondônia em tempos difíceis quando precisou adotar medidas duras, impopulares, que lhe exigiram um verdadeiro sacrifício político pessoal. José Bianco foi o Governador que estabeleceu a melhor gestão fiscal que Rondônia já teve, preparando um cenário de crescimento para o Estado, com finanças equilibradas. Até hoje Rondônia está entre os Estados da Federação que tem suas contas públicas em dia, com a folha de pagamento em ordem. Não podemos, portanto, esquecer que todo esse processo de enxugamento e reorganização da máquina pública começou com o Governador José Bianco. Na época, o *slogan*, o tema do Governo era o Governo de austeridade.

Rondônia teve a oportunidade de ter outros Governadores que souberam entender a importância da liquidez econômica e fiscal do Estado e mantiveram Rondônia com suas contas equilibradas. Cito o ex-Governador Ivo Cassol, que também foi Senador da República, e o hoje Senador da República Confúcio Moura, Governador por dois mandatos. De bem avaliado que foi, foi credenciado para ocupar uma das cadeiras destinadas a Rondônia neste Senado nas últimas eleições.

Mas quero retomar a referência que fazia ao ex-Governador José Bianco, hoje Presidente de honra do nosso partido, o Democratas, a quem faço questão de saudar e homenagear nesta ocasião, quando estamos rememorando a saga dos constituintes rondonienses que ele tão bem soube liderar. Foram homens que souberam acreditar, usaram palavras que na época pareciam longe da realidade e que hoje estão materializadas no Estado forte e pujante, que é o nosso Estado de Rondônia.

Ter unidades federativas fortes, Sr. Presidente, é fundamental para a República brasileira. Rondônia tem feito o seu papel, inclusive por estar entre as economias mais consolidadas do País, com estrutura fiscal e financeira...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... bem à frente de diversos outros Estados, como já assinalei. Para além da nossa boa *performance* na área pública, temos também uma excelente estrutura no campo da economia privada, com amplas possibilidades de crescimento.

Ao citar o sucesso do agronegócio rondoniense, que é um setor fundamental para a economia do Estado, nós nos enchemos de orgulho por sermos destaque no cenário nacional e até internacional. Posso citar o sucesso da nossa feira de agronegócios, a Rondônia Rural Show, que reúne produtores e empresários do Brasil e de diversos países. Aliás, neste ano de 2019, alcançamos o volume de R\$703,5 milhões em negociações.

Na semana passada, Brasília também pôde testemunhar o sucesso da piscicultura de Rondônia. Todos tiveram notícia do grandioso churrasco de tambaqui que foi feito na Esplanada dos Ministérios. Nossa iguaria foi servida também em jantar prestigiado pelo próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro. Estão de parabéns as entidades promotoras e todos os participantes



desse evento que busca destacar a nossa piscicultura, que tem apresentado excelente produtividade, tornando-se mais competitiva e alcançando novos mercados.

Quero fazer esse destaque aqui, Sr. Presidente, porque, como representantes de Rondônia, é nosso dever promover o nosso Estado de forma positiva no cenário nacional. Celebramos o orgulho de ver Rondônia se destacando, por ver a sua economia crescendo, o nosso povo se desenvolvendo, as agroindústrias muito bem incentivadas, novas oportunidades de negócios e empregos sendo gerados. Sem dúvida alguma, Rondônia é um Estado abençoado por Deus.

No interior de Rondônia, temos inúmeras cidades com forte crescimento, com sinais de progresso que superam, em muito, cidades do mesmo porte de diversos outros Estados do País.

Há muitas décadas, Rondônia tem sido uma terra de oportunidades para brasileiros do Nordeste, do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste do País. Estou certo de que muito ainda cresceremos, destacando-nos ainda mais no cenário nacional e internacional.

É claro que ainda temos setores que precisam melhorar muito. Tenho procurado contribuir e buscar soluções não somente no Congresso Nacional, mas também e especialmente junto aos ministérios e à própria Presidência da República, para que Rondônia siga crescendo e se estruturando.

Posso visualizar os grandes desafios que o Estado enfrenta. No setor do agronegócio, por exemplo, tenho tido frequente participação e atuação para que a vida do produtor rural seja melhorada, assim como a de todos os que compõem a cadeia produtiva e consumerista do agronegócio.

Cito, como exemplo dos desafios, as muitas burocracias que envolvem o produtor e, mesmo antes do produtor, as indústrias que produzem a tecnologia necessária para o campo. A dificuldade ambiental também deve ser lembrada. Esse setor, infelizmente, tem recebido alta carga ideológica, travando, muitas vezes, a economia. Por óbvio, defendemos o meio ambiente, mas, como já disse aqui desta tribuna, o meio ambiente deve servir ao homem e não o homem ao meio ambiente.

Não podemos ceder a pressões internacionais que buscam, em verdade, mascarar os números e ignorar o grande percentual de preservação que o nosso País possui. Nossas reservas florestais são bem maiores do que muitos países inteiros da Europa. Já disse e novamente relembro essa realidade para que não nos esqueçamos de que não podemos tratar da questão ambiental com discurso alienígena.

Os números que a Embrapa apresenta são impressionantes. Atualmente, dos 850 milhões de hectares do nosso Território, apenas 9% são ocupados com todas as lavouras plantadas no Brasil, inclusive as culturas florestais. Outros 13,2% são pastagens plantadas e mais 8% são pastagens naturais. A soma de todas essas áreas é de 30,2% do Território brasileiro. É só isso que ocupa a totalidade das fazendas do País com todas as atividades agropecuárias.

E há mais. O País ainda tem 66,3% de seu Território coberto com vegetação nativa, ou seja, não podemos ceder a pressões internacionais que, em realidade, não são as mais legítimas, pois devo dizer que os países de Primeiro Mundo temem o potencial econômico do Brasil. É claro, pois somos um país gigante pouco explorado. Devemos destravar nossa economia, permitindo novos empreendimentos e, por certo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não perdendo de vista o cuidado que também precisamos ter com o meio ambiente.



A questão é não que há como falar em desenvolvimento e progresso para atender à nossa demanda populacional sem que sejam explorados recursos naturais. É a partir dessa realidade inafastável que precisamos criar as condições de habitação do homem com a maior preservação possível do meio ambiente.

A dificuldade tributária é outro grande desafio para o produtor rural e o empresário rondoniense. É um fator que eleva – e muito – o chamado custo Brasil. Altas cargas tributárias incidentes sobre os insumos, defensivos, equipamentos e a comercialização da produção. Assim, há espaço para muitos aprimoramentos nesse setor.

A dificuldade logística também eleva o custo de produção do bem. Tenho tido a oportunidade de, como Presidente da Comissão de Infraestrutura deste Senado Federal, trabalhar pela ampliação dos modais de transporte existentes. O objetivo é baratear os gastos com tratamento de nossas *commodities*.

Estamos discutindo com o Ministério da Infraestrutura um plano nacional de reformulação dos modais de transporte. Relacionado à Rondônia, temos diversos desafios. Cito, como exemplo, a duplicação da nossa BR-364, a principal artéria viária de nosso Estado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estamos trabalhando pela reabertura da BR-319, ligando Porto Velho a Manaus.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E concluo, Sr. Presidente, dizendo que estivemos, na semana passada, reunidos com o Ministro Tarcísio, para assegurar a conclusão da Ponte do Abunã, que liga Porto Velho a Rio Branco, no Acre, por terra, pois hoje a travessia é feita por balsa.

Agradeço a V. Exa. pela tolerância.

Vou voltar a esse assunto, falando um pouco mais dos desafios de Rondônia, da Região Norte do Brasil. Mas, por certo, o momento é de celebração dos 36 anos de constituição do Estado de Rondônia.

Muito obrigado a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Não havendo mais nada a tratar, encerro esta presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 11 minutos.)*

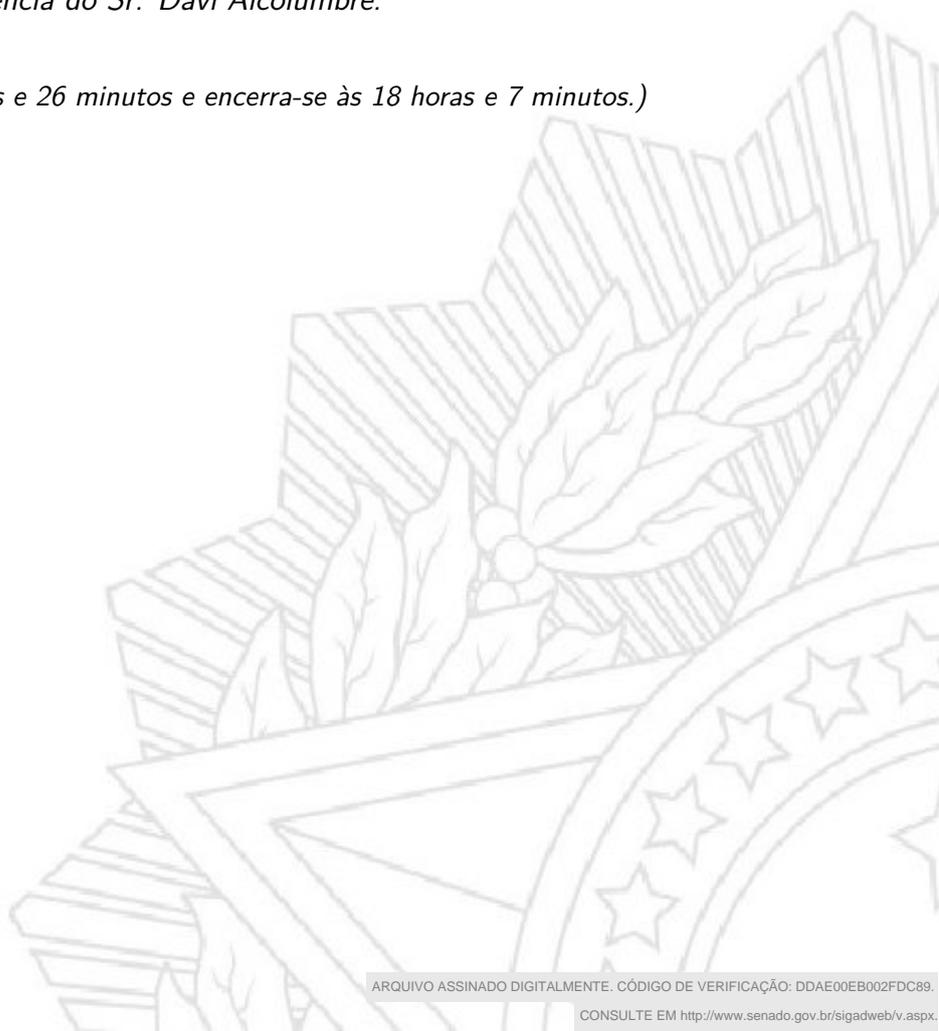


Ata da 133ª Sessão, Especial,  
em 12 de agosto de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência do Sr. Davi Alcolumbre.*

*(Inicia-se a sessão às 16 horas e 26 minutos e encerra-se às 18 horas e 7 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Boa tarde a todos e todas. Gostaria de agradecer e de cumprimentar pela presença todas as autoridades, convidados, familiares, que estão hoje prestigiando esta grande sessão, marcante na história desta Casa e do nosso País, que é uma sessão especial para homenagear esse grande brasileiro, grande homem, que orgulha a todos nós, o Gen. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta sessão especial é destinada a homenagear, como eu disse, esse brasileiro, o Gen. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, nos termos do Requerimento proposto pelo Senador Chico Rodrigues e outros Senadores, de número 594, de 2019, apreciado pelo Plenário do Senado Federal e aprovado o Gen. Villas Bôas pela unanimidade dos Senadores.

Gostaria de agradecer, cumprimentar pela presença e por dividirem comigo o assento na Mesa Diretora do Senado Federal o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, o Gen. Hamilton Mourão; a Exma. Sra. Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge.

Gostaria de agradecer a presença, na Mesa Diretora dos trabalhos, do autor desta proposição, subscrita por outros Senadores, o Senador Chico Rodrigues.

Agradecer a presença na Mesa, nesta sessão especial, do Comandante do Exército Brasileiro, Gen. Edson Leal Pujol.

Agradecer a presença deste homem que é uma fonte de inspiração para todos nós, pela sua coragem, pela sua determinação e pela sua resistência.

Muito obrigado, Gen. Villas Bôas.

Gostaria de convidar a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional do Brasil e do Hino do Exército, executados pela Banda do Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército Brasileiro.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional)*

*(Procede-se à execução do Hino do Exército.)*

*(Procede-se à execução musical.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Gostaria, novamente, de cumprimentar e agradecer a presença de todos e de fazer alguns registros importantes nesta sessão especial em homenagem a esse grande brasileiro, que é uma fonte de inspiração para todos nós.

Queria agradecer a presença dos Senadores, das Senadoras, da Senadora Soraya, do Senador Fernando Bezerra, do Senador e Líder Major Olímpio, do Senador e Líder Roberto Rocha, do Senador Elmano Férrer e, naturalmente, em nome do Senador Chico Rodrigues, que compõe a Mesa, queria cumprimentar e agradecer a presença de todos os Senadores e Sanadoras que prestigiam esta grande sessão solene, inesquecível para esta Casa.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar as Deputadas e os Deputados. Vejo aqui a Deputada Carla. Em nome do Major Vitor Hugo, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, quero abraçar a Câmara dos Deputados e agradecer a presença de V. Exas. aqui, assim como a de todos os convidados que nos brindam com as suas presenças.



Quero cumprimentar a imprensa aqui presente, em nome do Dr. Alexandre Garcia. Muito obrigado pela sua presença. Em seu nome, quero estender o cumprimento a toda a imprensa e a todos os veículos de comunicação que prestigiam esta sessão.

Gostaria de agradecer a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, o nosso Chanceler Ministro Ernesto Araújo – seja bem-vindo –; agradecer também a presença do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco – seja bem-vindo, Ministro –; agradecer a presença do Ministro do STJ e ex-Presidente do STJ, que nos prestigia participando desta sessão em nome do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Francisco Falcão.

Gostaria de agradecer a presença dos Ministros do Superior Tribunal Militar: Ministro General de Exército Luis Carlos Gomes Mattos; Ministro Marco Antônio de Farias; Ministro Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Vuyk de Aquino; Ministro também do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro do Ar Francisco Joseli Parente Camelo.

Gostaria de agradecer ao Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Sr. General de Exército Guilherme Theophilo Gaspar de Oliveira; ao Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, Major-Brigadeiro do Ar Carlos Minelli de Sá; representando o Tribunal Superior do Trabalho, ao ex-Presidente, eterno Presidente, Ministro Ives Gandra da Silva Martins; representando a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a sua Secretária-Executiva Adjunta, a Sra. Viviane Petinelli; ao General de Divisão Poty; Subchefe de Operações de Paz do Ministério da Defesa, General Rolemberg Ferreira; General de Divisão Madeira; General de Divisão Marco Aurélio; General de Divisão Peixoto; General de Divisão Ronald; General de Divisão Sodré; General de Divisão Terra Amaral; General de Divisão Kümmel; General de Brigada Cid; General de Brigada Jorge Roberto Lopes Fossi; General de Brigada Peret; General de Brigada Luiz Eduardo Rocha Paiva.

Também agradeço aos presentes: Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Sr. Frank Márcio de Oliveira; representando o Governador do Distrito Federal, o Vice-Governador Paco Britto; representando o Comandante da Marinha, o Comandante do 7º Distrito Naval, Vice-Almirante Wladmilson Borges de Aguiar; Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Sr. Jackson Domenico; representando o Ministro de Estado de Cidadania, o Assessor Especial de Desenvolvimento Social, Adeildo Nogueira da Silva.

Gostaria de cumprimentar os familiares do homenageado: a Sra. Adriana Haas Villas Bôas; a Sra. Maria Aparecida Villas Bôas – é uma satisfação enorme ter a senhora conosco aqui neste dia de festa. Quero agradecer à Geni Villas Bôas, que é cunhada; ao Hugo Villas Bôas, que é irmão do nosso homenageado; à Mita Villas Bôas, cunhada; e à Sra. Maria Regina Villas Bôas, também cunhada.

Gostaria de agradecer ao Regente da Banda do Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército Brasileiro, Cap. Almeida.

Gostaria de, rapidamente, fazer um pequeno pronunciamento, mas muito importante para todos nós. Novamente, Gen. Villas Bôas, quero agradecer a oportunidade dada pelo Senador Chico Rodrigues e outros Senadores de estarmos aqui hoje com a sua presença nesta sessão.

Esta homenagem não é apenas a um general que orgulha o Exército e cuja lucidez o Brasil, todos nós respeitamos e admiramos. Também não é apenas uma sessão de homenagem a um homem que serve de exemplo a centenas de milhares de pessoas ao lidar com a severidade uma doença degenerativa, progressiva e incapacitante, mantendo-se digno e altivo. Esta homenagem ao



Gen. Villas Bôas, proposta pelo Senador Chico Rodrigues e outros Senadores, é uma oportunidade que nós, Senadores e Senadoras, temos para reconhecer esse grande brasileiro que é V. Exa., esse ser humano abnegado, esse militar que tanto tem feito pelo nosso País e pelos brasileiros.

Que nação, em que tempo, em que circunstâncias, não precisa, em algum momento, de um líder? De uma pessoa abnegada, altruísta, capaz de empatia?

Vejam, Sras. e Srs. Senadores, e todos aqui presentes, que me refiro à empatia não apenas com os iguais, afinal é fácil que nos identifiquemos com os iguais, mas me refiro, especialmente, à empatia com os diferentes. Apenas uma pessoa que se coloca acima dos interesses pessoais e mesquinhos se põe realmente a serviço da coletividade. E, quando digo coletividade, refiro-me à Nação como um todo, pois o nosso homenageado é uma pessoa que, nos seus mais de 50 anos dedicados a serviço do Brasil, tem dado, todos os dias, provas de amor à nossa coletividade.

Maiorias ou minorias são constituídas e também desconfiguradas, conforme a conjuntura econômica; mas a coletividade é a Nação brasileira e é a ela, como um todo, a quem nós, os Senadores e Senadoras, servimos. É à coletividade que deve atender o Poder Executivo com todos os serviços. E é à coletividade brasileira que as Forças Armadas atendem.

Sei que meus colegas aqui, com certeza, exaltarão as qualidades do militar Eduardo Dias da Costa Villas Bôas e bem farão ao trazer ao Plenário essa trajetória. Mas eu, por minha parte, quero exaltar essa condição de líder que vem sendo sempre exercida pelo nosso homenageado de hoje.

Ao contrário do que se imagina a respeito da impetuosidade de um herói, aquilo que mais se busca nos líderes não é o improvisado nem os impulsos. Ao contrário, é a disciplina e o senso de ordem, estar a serviço de um bem maior. Ao relembrar o empenho do jovem militar, o que observamos em Villas Bôas desde o início é essa visão de respeito à disciplina, mas nunca uma submissão inconsistente, com a certeza de que, para atender os interesses da coletividade, uma pessoa precisa abdicar das paixões individuais.

Hoje nós o vemos debilitado em face da enfermidade que o acomete, mas é uma pessoa que nunca perdeu altivez e que, tendo entregue o lugar de Comandante do Exército Brasileiro ainda este ano, não abre mão de continuar a servir o nosso País, de um dos lugares mais altos que se pode ocupar, pronto a, quando solicitado, ofertar a sua experiência, o seu conhecimento, a sua devoção à causa democrática brasileira.

Além de tudo, trata-se de um grande conhecedor dos problemas da Região Norte, em função de sucessivas posições ocupadas lá: Comandante do 1º Batalhão de Infantaria de Selva, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e Comandante Militar da Amazônia. Todos nós daquela região reconhecemos a importância da presença do Exército Brasileiro por lá, como vetor de segurança, de desenvolvimento e de assistência às populações.

Receba, pois, Gen. Villas Bôas, a nossa admiração e o nosso carinho pela sua condição de liderança, fundamental em todas as sociedades e especialmente valiosa para a Nação brasileira nesses dias atuais. E saiba, querido amigo, irmão, Gen. Villas Bôas, que, além de seu admirador, eu, Davi Alcolumbre, sou pessoalmente seu fã.

Tenha nesta homenagem o nosso carinho, a nossa admiração e o reconhecimento de milhões de brasileiros que confiam em V. Exa., que sabem o papel importantíssimo de V. Exa., que faz com que cada um de nós possamos nos sentir parte dessa trajetória.

Muito obrigado, VB, pela tua presença aqui. Que Deus te abençoe e te proteja! (*Palmas.*)



Gostaria de conceder a palavra ao primeiro subscritor desta bela homenagem e novamente cumprimentar V. Exa., Senador Chico Rodrigues, por dar ao Senado Federal essa oportunidade.

Senador Chico Rodrigues, com a palavra, como autor e primeiro subscritor desse requerimento.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado da República, companheiro Davi Alcolumbre; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Exmo. Sr. Hamilton Mourão; Procuradora-Geral da República, Sra. Dra. Raquel Dodge; Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Edson Leal Pujol; homenageado e Assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidente da República, Sr. General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas; sua esposa, aqui presente, Maria Aparecida Haas Villas Bôas; seus filhos, Ticiania, Marcelo e Adriana Villas Bôas; Srs. Senadores e Senadoras; Srs. Deputados e Deputadas; demais autoridades; a todos os presentes; imprensa, na pessoa do conterrâneo Gerson Camarotti; Chanceler Ernesto Araújo; minhas senhoras e meus senhores, temos hoje a grande honra de prestar uma justíssima homenagem a um homem que tem a estatura de um herói. É assim, minhas senhoras e meus senhores, sem medo de cometer exagero, que vejo o homenageado nesta sessão especial, o General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

De fato, Sr. Presidente, não há como exagerar o papel moderador que, na qualidade de Comandante do Exército entre 2015 e 2019 – e já antes, desde que assumiu o Comando de Operações Terrestres –, o Gen. Villas Bôas exerceu um longo período especialmente turbulento da vida nacional. A democracia brasileira tem uma dívida eterna com este homem, cujos valores e princípios permaneceram, nos momentos mais tensos, como faróis que brilham através da neblina, ajudando-nos a encontrar orientação onde os pontos de referência pareciam faltar.

Villas Bôas tem dedicado toda sua vida ao País, no seio dessa instituição que representa alguns dos valores mais sólidos da Nação, o Exército Brasileiro. Sua opção pela carreira militar foi feita muito cedo, ainda na adolescência. Em 1967, então com 16 anos, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, a nossa casa rosada, de onde seguiu, em 1970, para a Academia Militar das Agulhas Negras. Em 1973, foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria, iniciando a brilhante carreira, que, em 2011, foi coroada com a sua promoção ao posto máximo de General de Exército.

Como oficial superior, Villas Bôas comandou o 1º Batalhão de Infantaria de Selva e foi Chefe da Assessoria Parlamentar do Exército. Já como oficial general, assumiu, entre outras funções, a Chefia do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e o Comando da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Após a sua ascensão ao posto mais alto da carreira, foi ainda Comandante Militar da Amazônia, antes de assumir, como já mencionei, o Comando de Operações Terrestres e posteriormente o Comando do Exército.

Ao longo dessa profícua carreira, os reconhecimentos foram muitos. Como Comandante Militar da Amazônia, foi agraciado com o título de Cidadão de Manaus. Recebeu ainda 14 condecorações nacionais, dentre as quais se destacam: a Ordem do Mérito Militar, a Ordem do Mérito Naval, a Ordem do Mérito Aeronáutico e a Medalha Militar de ouro com passador de platina.

Nos quatro anos em que estive à frente do Exército como seu Comandante, o Gen. Villas Bôas teve amplas oportunidades para demonstrar suas qualidades e virtudes. Em 2016, um julgamento de *impeachment* da ex-Presidente corou um processo de crise política que já se



arrastava há alguns anos. Em 2017, o ano começou sangrento, com rebeliões em penitenciárias, greves policiais e desarranjo geral da segurança pública em diversos pontos do País. O Exército foi acionado no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo; atuou decisivamente em meu Estado, o Estado de Roraima, para amenizar a crise humanitária na fronteira com a Venezuela; e, enfim, esteve à frente da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Como sempre, esses momentos de crise vieram acompanhados de apelos dos mais diversos às Forças Armadas para amparar a democracia em nosso País. O Exército foi posto à prova. Quando chamado, mostrou mais uma vez sua capacidade de atender às necessidades dos brasileiros. Instado, insuflado, mesmo por vozes nem sempre bem-intencionadas, a exercer um papel que extrapola sua vocação e sua função constitucional, soube manter sua dignidade sem, contudo, isentar-se de tomar posição, muitas vezes chamando com firmeza a atenção da opinião pública brasileira para a profunda crise ética que atravessamos, mas sempre confirmando sua missão institucional de guardião das instituições. Passou o Exército por essas provas – e isso com tanto mais tranquilidade, porque tinha à sua frente e como seu principal porta-voz um homem com a serenidade, o equilíbrio, a justeza, assim como a firmeza de caráter e de propósitos que bem caracterizam o Gen. Villas Bôas.

Por tudo isso, como já disse antes, temos um dever de gratidão com este homem, este grande homem que hoje nós homenageamos, legítimo representante da bela tradição de Caxias e Sampaio, exemplo de integridade e de equilíbrio.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, a vida militar ensina a austeridade e a disciplina; ensina também o respeito à autoridade legítima, o serviço à Nação e a prevalência do coletivo sobre o individual. Todas essas virtudes, que a vida militar instala nos que se dedicam a ela, brilham particularmente no exemplo do Gen. Vilas Bôas, qualidades que só desagradam aos sectários, aos extremistas contaminados por seus próprios delírios ideológicos, relegados por sua impotência à única possibilidade do esperneio histórico.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de citar o trecho final de um texto escrito pelo Gen. Villas Bôas por ocasião da comemoração do Dia do Soldado em 2015, alguns meses depois de ter assumido o Comando do Exército, texto que bem exemplifica a visão e a postura do General e que bem demonstra os princípios e valores que o orientam – aspas:

O Exército de Caxias, fiel ao que preceitua o art. 142 da Constituição Federal, é o instrumento capacitado, juntamente com a Marinha de Tamandaré e a Força Aérea de Eduardo Gomes, a garantir a normalidade do ambiente propício ao desenvolvimento, no qual a verdadeira democracia, despojada de adjetivos ou condicionantes, e a visão generosa dos homens e das mulheres de bem em torno da prevalência dos interesses nacionais criem o ambiente de oportunidades que induzirá à prosperidade que tanto perseguimos.

A ação do Exército foi, é e sempre será orientada para a defesa de nossa soberania e da sociedade a que servimos, pela manutenção da integridade territorial e garantia da estabilidade social, na senda da legitimidade que o respeito à legalidade conquista.

Em breve retorno aos feitos de Caxias, constatamos que o Exército Brasileiro mantém a sua missão constitucional como farol, fiel ao sagrado compromisso com a Pátria, sempre ao lado da sociedade e em perfeita harmonia com os valores que caracterizam desde sempre a instituição.

Fecho aspas.



Quero concluir, enfim, dirigindo a este grande homem, soldado exemplar, patriota acima de tudo, os sinceros agradecimentos que, acredito, toda a Nação brasileira desejaria endereçar-lhe por todos esses vastos anos de serviço em prol do Brasil. Ao Gen. Eduardo Villas Bôas, nossa eterna gratidão por seu trabalho e pelo seu belo exemplo de soldado. Muito obrigado por tudo. Que Deus continue iluminando e abençoando seu caminho.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas palavras, Presidente Jair... Presidente querido Davi Alcolumbre... E eu me referiria mesmo, quase que sou chamado pela presença que não foi possível, ao nosso querido Presidente Jair Bolsonaro, que gostaria muito de estar aqui também, porque é um amigo deste grande soldado, grande exemplo do Exército Brasileiro.

Eu gostaria de dizer, encerrando, que fico muito feliz hoje por ter proposto esta homenagem, Presidente Davi, Gen. Mourão, nosso querido Vice-Presidente, porque este exemplo ficará guardado por toda a história deste País. Este soldado, que, enfrentando muitas vezes noites de sono, muitas dificuldades para tentar manter a ordem e a harmonia neste País, deixa aqui hoje, no Plenário desta Casa, um registro que ficará nos *Anais* do Senado da República. Portanto, o Brasil o aplaude, Gen. Villas Bôas.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Edson Leal Pujol.

**O SR. EDSON LEAL PUJOL** (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Gen. Hamilton Mourão; Senador Chico Rodrigues, proponente desta homenagem nesta sessão solene na tarde de hoje; Sra. Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge; Srs. Ministros de Estado; Srs. Oficiais Gerais das Forças Armadas aqui presentes; senhores integrantes do nosso Congresso Nacional, Senadores e Deputados; militares da ativa e da reserva aqui presentes; família do nosso homenageado, esposa, filhos e demais familiares aqui presentes; nosso homenageado especial, Sr. General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas; é de forma muito espontânea e honrada que o Exército Brasileiro hoje se faz presente, irmanado com o nosso Senado Federal, para prestar esta homenagem ao nosso Comandante e um digno representante do Exército de Caxias.

Sou testemunha, como integrante do Alto Comando do Exército, juntamente aqui com o nosso Vice-Presidente, nos últimos períodos em que a Nação viveu períodos turbulentos, como aqui já mencionado, das discussões e das ponderações realizadas internamente dentro da nossa força, com o senhor conduzindo as discussões e os estudos de forma equilibrada e ponderada, honrando, de forma irretocável, aqueles que nos antecederam à frente da força do Exército Brasileiro, sempre orientado pelos princípios democráticos e pelos valores éticos e morais que orientam os soldados de Caxias, e buscando sempre, levando, em primeiro lugar, ao valor mais alto da Nação, servir ao povo brasileiro e servir à democracia.

Como disse, de forma equilibrada e ponderada, soube conduzir o Exército, interna e externamente, a proporcionar as melhores condições para que a nossa democracia pudesse transpor águas turbulentas, períodos atribulados e chegar hoje a um período em que nós temos um espaço e um ambiente favorável para o florescimento de um País mais forte e mais democrático que possa ter um futuro com maior esperança para a nossa Nação.

Por isso, a nossa continência dos integrantes do Exército Brasileiro ao nosso Comandante General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas neste dia em que o Senado Federal presta esta justa homenagem. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Convido a Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge, para fazer o seu pronunciamento e agradeço, Dra. Raquel, a presença de V. Exa. nesta sessão especial.

**A SRA. RAQUEL DODGE** (Para discursar.) – Muito boa tarde a todas e todos.

Eu gostaria de quebrar um pouco a ordem de precedência e pedir licença para saudar inicialmente o homenageado, o ilustre General de Exército Eduardo Villas Bôas. Também saúdo o Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre; o Sr. Vice-Presidente da República, Gen. Hamilton Mourão; o Sr. General de Exército Edson Leal Pujol; e muito especialmente o Senador requerente desta sessão de homenagem, Senador Chico Rodrigues, que, à frente dos Senadores desta Casa, resolveu prestar esta justa e sincera homenagem a este grande brasileiro, na presença de autoridades civis e militares que vieram somar-se a esta sessão solene, certos de que estão reconhecendo os méritos de um grande brasileiro.

O Senado da República presta esta homenagem não apenas de um modo reverente, mas reconhecendo que o homenageado tem méritos que o credenciam a ser chamado de herói da Pátria. Não é pouco receber esta homenagem em vida, em condições que nos permitam aquilatar a importância desta nomenclatura, desta designação. Ser chamado de herói, em geral, é um reconhecimento que se dá àquele que salva sua pátria, que salva a sua gente, que preserva os seus costumes, em geral, em tempos de guerra, mas o Gen. Villas Bôas credencia-se para receber esta homenagem por ser um artífice da paz, por ter-se preparado para a guerra, mas ter optado por torná-la desnecessária, exatamente porque construiu as condições para que o País tenha permanecido ao longo desses séculos como República, como uma Nação pacífica de uma gente pacífica e ordeira que preserva as suas fronteiras pelo modo do debate, do diálogo, do fortalecimento das instituições internas. É preciso reconhecer que o Gen. Eduardo Villas Bôas tem os méritos de ser artífice da paz no Brasil, louvar todas as suas escolhas, saudá-las e estudá-las, porque temos um grande futuro pela frente.

Sabemos todos que, como Comandante do Exército Brasileiro em suas diversas unidades e em diversas situações ao longo de sua carreira tão vitoriosa e também reconhecida, o General cuidou de nossas fronteiras, mas também cuidou de nossas terras interiores. O General protegeu os cidadãos brasileiros, das pessoas mais simples às pessoas mais abastadas, cuidando para que nós nunca precisássemos recorrer a medidas de força em relação a outras nações – e vejo que comparecem a esta cerimônia do Senado Federal importantes representantes e embaixadores das nações amigas, também como um gesto sincero para homenageá-lo.

Como líder, credenciando-se a este título de herói da Pátria, o Gen. Villas Bôas optou por não permanecer em seu gabinete. Tenho certeza de que muitas das autoridades civis e militares aqui presentes, em algum dia, em algum momento de suas carreiras, receberam um telefonema do Gen. Villas Bôas, um chamamento à ação, um chamamento à coalizão, um chamamento ao diálogo nas horas mais difíceis enfrentadas por esta Nação, nas horas de crise. Foi nessas horas que ele soube definir estratégias, que ele soube unir pessoas, unir autoridades, unir instituições, fortalecer a nossa democracia. Este era e sempre tem sido o sinal mais eloquente da sua grande missão: fortalecer a democracia brasileira, as nossas instituições. Assim, brasileiros e brasileiras sentir-se-ão sempre seguros e protegidos. É, nessa acepção, um herói moderno, um herói genuíno, um herói que merece o reconhecimento do Brasil, dos brasileiros e dos representantes de todas as nações amigas.



É nessa perspectiva que eu gostaria também de cumprimentá-lo, porque compreendo sempre a importância de haver, ao lado de uma pessoa que é chamada constantemente a desempenhar missões difíceis, uma família sólida, uma família afetuosa, uma família que sempre apoia, ampara e estimula. Dona Cida, aqui presente, a filha do General e todos os familiares aqui sempre estiveram presentes nesses momentos, os mais difíceis, os mais importantes, aqueles em que as decisões precisam ser tomadas com a segurança de ter optado pela resposta certa, no momento certo e do modo certo.

O Gen. Villas Bôas – eu acho que posso resumir – é um exemplo de integridade, é um exemplo de honradez, é um exemplo de altivez. Isso é um ativo, é um exemplo inspirador para brasileiros e brasileiras neste País.

Em nome do Ministério Público brasileiro, uma instituição também que se coloca em defesa da sociedade e da democracia, eu gostaria que o senhor recebesse os nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento. E peço licença ao Senado da República para nos associarmos a esta homenagem, uma homenagem justa a um homem íntegro, ativo, que honra todos os brasileiros. Parabéns ao Senado da República, ao homenageado e a todos os familiares!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Convido para fazer uso da palavra o Líder do PSL, o Senador Major Olímpio.

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discursar.) – Exmo. Presidente do Senado, Davi Alcolumbre; Exmo. Vice-Presidente da República, Gen. Mourão; Exmo. Comandante do nosso glorioso Exército Brasileiro, Gen. Pujol; Exma. Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge; meu irmão de luta Exmo. Senador Chico Rodrigues, a quem dou os parabéns pela iniciativa; e nosso sempre Comandante Gen. Villas Bôas; normalmente, não temos sessões de votação na segunda-feira, mas hoje é um dia muito especial, e fiz questão absoluta de estar aqui presente.

Conheci o Gen. Villas Bôas quando eu, ainda Deputado Estadual por São Paulo, tive a oportunidade, numa das visitas parlamentares, de ir até Manaus e, no Comando Militar, conhecer o Gen. Villas Bôas. Muitos me diziam: "Vá conhecer um Brasil e o que o Exército brasileiro faz que a maioria dos brasileiros não conhece". E eu tive a oportunidade de conviver com o Comandante na essência do que é comandar, pelo exemplo, pela dedicação, pelo entusiasmo que transmite do mais jovem soldado ao seu escalão de comando, pela devoção de servir ao País.

No momento em que as Forças não usam a força e conseguem conduzir para o equilíbrio, para a integridade do nosso território, para a segurança e a proteção da nossa Nação, muitas vezes, passa despercebido o papel das nossas Forças Armadas. Eu, que sou um humilde policial militar do Estado de São Paulo, com muito orgulho, com que orgulho eu vejo o trabalho das nossas Forças Armadas, garantindo efetivamente o que muitas vezes a história no momento não conta, mas que o futuro há de mostrar! E o papel do líder, Gen. Villas Bôas, transbordou a liderança das Forças Armadas e conquistou todos os segmentos da sociedade brasileira.

Meu General, o Senado da República, representando todos os Estados, neste momento, lhe diz: muito obrigado, obrigado pelo exemplo, obrigado pela perseverança, obrigado por continuar lutando, obrigado por estender a mão ao nosso irmão Presidente da República, ícone maior do meu partido, do qual sou Líder, Jair Bolsonaro! E como a presença de V. Exa. é importante para o necessário equilíbrio da nossa sociedade neste momento!



Quero dizer a V. Exa. que essa geração, em que temos dificuldades de reconhecer os nossos heróis, temos que reconhecer, sim, em V. Exa. a essência do que é ser um herói: a humildade, a capacidade, a perseverança e o exemplo que dá. O mais jovem soldado se inspira em V. Exa.

Todos os brasileiros, que tomam conhecimento do papel que V. Exa. desempenhou e continua desempenhando, são agradecidos, independentemente de ideologia, de partido de qualquer natureza. V. Exa. é o símbolo do herói brasileiro atual.

Parabéns! Que Deus o abençoe muito! Muito obrigado pelo que fez e faz pelo nosso Brasil. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Convido o Senador Márcio Bittar para falar em nome do MDB.

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discursar.) – Boa tarde a todos!

É uma satisfação imensa, General, estar aqui hoje para incorporar-me à iniciativa do meu querido amigo e colega da Região Amazônica também. Chico Rodrigues, parabéns pela iniciativa! Em nome do nosso Vice-Presidente, Mourão, em nome do meu amigo, Presidente do Senado da República, em nome das mulheres do Brasil, Raquel Dodge, quero cumprimentá-lo.

Nasci no interior do Estado de São Paulo, General. Meu pai era produtor rural, um pequeno produtor rural da Região de Franca. Com o sonho de muitos brasileiros, de muitos seres humanos do planeta, foi subindo o Brasil, buscando lugares mais longes, mais distantes, mais inóspitos, mas que pudessem dar à sua família, à sua prole – ele e minha tiveram seis filhos –, na ideia dele, um pedaço de terra um pedaço de terra a mais para os seus filhos. Meu pai faleceu cedo.

Na sua imagem, lembro-me muito do meu pai. Nas palavras do Presidente da República e de V. Sa., lembro-me muito do meu pai. Ele morreu cedo, mas viveu o suficiente para ainda pegar o começo daquilo que fizeram com a Amazônia. Lembro-me da indignação do meu pai, lembro-me da dor que ele sentia ao ver a Amazônia sendo governada de fora para dentro, e quem trabalha, quem produz, quem foi convidado para ocupar a Amazônia, sendo tratado como se bandido fosse. Não viu o auge a que nós assistimos hoje – ele não viu isso. Eu, que o amava muito, queria muito que estivesse aqui, mas sei que ele iria sofrer muito por ver ao que o Brasil assistiu, como eu sofro.

Quando eu vejo o seu exemplo de dignidade, de perseverança pelo Brasil, sua coragem, General, de tuitar o que V. Sa. tuitou um dia desses, isso me honra! Pensei que, talvez, fosse morrer e que não assistiria a isso. Pensei que iria morrer e que não veria o meu Presidente dizer a um jornalista alemão que não tem 0,3% da vegetação nativa naquele país, que acabou agora de derrubar uma igreja, que tinha um bosquezinho, porque lá embaixo havia gás, que inaugurou recentemente uma Itaipu e meia em termelétrica e ter a arrogância na maneira de se pronunciar com o Presidente do Brasil, questionando-o sobre a Amazônia, sem ter moral nenhuma, sem ter como fazer nenhuma dessas afirmações.

E eu vejo o seu Twitter – e vou tomar a liberdade de reler: "Nenhum país do mundo tem autoridade para ensinar o Brasil como devemos tratar o nosso meio ambiente". É verdade, eles não sabem o que são sequer as PPs... Não sabem o que é a preservação permanente, quanto mais a reserva legal. Basta ver os filmes, os rios que cortam a Europa. Aqui há previsão de até 500m de um lado e de outro, o que, inclusive, gerou um problema gravíssimo, não resolvido até hoje, em cidades da Amazônia, por exemplo, que podem ser inviabilizadas.

"A Noruega ainda caça baleias, explora petróleo [eu diria que 51% do seu PIB, do PIB norueguês, é de petróleo e gás] dentro do Círculo Polar Ártico e detém 30% das ações da



mineradora Hydro [...]". E desculpem-me complementar, mas essa mineradora conseguiu, nos Governos passados, no Brasil, 7,5 bilhões de isenção. A Noruega quer comprar o Brasil e a Amazônia brasileira por 1,1 bilhão, com uma multinacional que causou danos ambientais ao Pará, tendo isenção no Brasil de 7,5 bilhões, vivendo de petróleo e gás.

Volto ao seu texto:

... da mineradora Hydro Alunorte que promoveu o derramamento criminoso de metais pesados em Barcarena, no Pará, sem que se saiba ter-lhe sido aplicada nenhuma sanção. A Alemanha tem uma matriz energética mais poluidora do que a nossa. E aos Estados Unidos, que agem motivados pelo *lobby* do seu agronegócio, que se sentem ameaçados pelo do Brasil, perguntamos: onde estão os seus índios?

O Brasil, por seu lado, está à frente do cumprimento das metas da reunião de Paris. Bem fazem os responsáveis por nossos órgãos ambientalistas e indigenistas por não se submeterem a tais pressões. Saberemos desenvolver o Brasil ao mesmo tempo em que preservaremos o meio ambiente e protegeremos os nossos índios.

General, ontem, aqui, eu fiz uma observação, semana passada, aqui no Plenário, talvez uma das sessões mais emotivas que eu presenciei. Nós votamos aqui um projeto para proteger os animais e, particularmente, já que nós tiramos um acordo aqui deste Plenário, todos aqueles animais de criação, do agronegócio, ficaram os animais de estimação, que, agora, podem até ter direito à herança – podem até ter direito à herança – porque deixaram de ser coisas.

Mas o.k., não estou aqui para dizer que... Até porque na última votação votei a favor, com as mudanças que nós fizemos, doutora, mas eu dizia aqui, ainda hoje, que eu não percebo, General, esse mesmo entusiasmo da semana passada, esse mesmo calor para discutirmos aqui e aprovarmos leis preocupados que estávamos com o animal doméstico, com quem devemos nos preocupar, mas eu não vejo essa mesma preocupação com vinte e tantos milhões de brasileiros pobres da Amazônia. Eu não vejo campanha de artistas, de gente famosa para tentar resolver o problema do alcoolismo dos índios da Amazônia, entregues a sua própria sorte.

Nós, que somos de lá, e o senhor, que conhece mais do que todos nós – não há Senador nenhum aqui que conhece mais a Amazônia do que o Exército Brasileiro –, V. Sa. é um exemplo disso. Quem é que não vê índio no Acre, em Roraima, no Amapá, em Manaus, no Amazonas, revirando lixo? Porque há insegurança alimentar na Amazônia. Muitos deles entregues ao narcotráfico, porque essa foi a realidade deixada.

Eu vejo, nas universidades, General, um dos estudos dá conta de que quase 40% dos universitários são considerados analfabetos funcionais, e eu não vi ainda uma sessão do Congresso Nacional tão animada, tão entusiasmada para esses assuntos. Nós estamos perdendo mais de 120 mil vidas, nos homicídios, 65 mil pessoas mortas, assassinadas, e mais umas 50 mil no trânsito, e eu não vejo o Senado, o Congresso Nacional, a própria sociedade tão envolvida com um tema desse.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – São vidas humanas.

Eu venho dedicado a esse mandato e vou dedicar esses sete anos e meio, se Deus me der vida e saúde, General, a tentar mostrar, a tentar dizer para o Brasil que a Amazônia é brasileira, que,



de fato, como o senhor escreveu aqui, nenhum país da Europa ocidental tem a prerrogativa de ensinar para nós aquilo que eles não fizeram.

E quero terminar, General, dizendo que o que mais me liga ao Governo, Governo que eu apoiei, em que eu votei, que eu ajudei a fazer, do Acre, pequenininho – o Estado que deu a maior votação para esse brasileiro, que remou contra a maré, contra tudo, e venceu as eleições, para que ele fosse o mais votado no Estado, e foi –, é essa discussão sobre o fato de que o Brasil tem que ter vergonha.

Quero terminar, dizendo: às vezes, General...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... quando eu ouço alguns brasileiros – eu quero crer que são bem-intencionados, talvez, mal-informados –, dizendo que nós vamos sofrer retaliação da Europa ocidental se nós, na Amazônia, não fizermos o que eles querem. Aí é preciso lembrar que eles não interferem na Rússia, que é uma ditadura, sempre foi, que não tem relação nenhuma com direitos humanos, porque eles dependem do gás da Rússia, e a Rússia não permite que eles deem palpites lá, como nós permitimos que eles deem aqui.

Eles não interferem no Oriente Médio, que trata mulheres, oficialmente, como seres de segunda, terceira categoria. Cadê a campanha deles pelos direitos humanos no Oriente Médio? Mas é de lá que eles tiram o petróleo, é de lá que eles comercializam... Como a China, que tem 1,3 bilhão de pessoas, e nenhum mercado mundial deixa de ter acordo comercial com a China.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Por isso, ninguém vai deixar de ter acordo comercial com o Brasil, como ficou provado agora que o Presidente Jair Bolsonaro assinou o acordo do Mercosul com a União Europeia, porque essa é uma relação comercial.

Portanto, General, eu quero dizer que, ao vê-lo, a memória que ativa em mim, a comoção que eu tenho é de lembrar muito, no senhor, do meu falecido pai. Ele foi o exemplo da minha vida e essa inspiração, o comportamento de V. Sa. também, nos processos mais difíceis por que o Brasil passou nos últimos anos, em momentos decisivos, o seu posicionamento a favor da liberdade, contra qualquer tipo de roubalheira, a favor da lei, da justiça e da democracia, foram fundamentais para o Brasil entrar na rota da normalidade.

Eu peço desculpa ao Presidente Davi, mas, de fato, a sua presença, a presença desse conjunto de pessoas que aqui estão me motiva a dizer isso. Quero terminar afirmando que o que mais me comove e me liga ao atual Governo é esse sentimento que eu havia pensado que tinha sido perdido no Brasil, de brasilidade, de ser brasileiro em primeiro lugar.

Parabéns, General.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSDB e como Líder do PSDB, Senador Roberto Rocha.

**O SR. ROBERTO ROCHA** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, meu caro Vice-Presidente da República, Gen. Mourão; meu caro Comandante do Exército, Gen. Pujol; minha cara amiga



Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República; meu caro colega Senador Chico Rodrigues, autor do requerimento desta sessão, em nome de V. Exas. eu quero cumprimentar a todos.

E quero ser muito breve para, já de início, homenagear o homenageado. Eu quero ser muito breve para dizer que aqui estamos, o Senado da República, o Poder Legislativo, a homenagear um General do Exército. E creia, Gen. Villas Bôas, não haverá pessoa mais feliz, mais satisfeita neste Plenário do que aquele baiano que nos olha dali de cima, abaixo apenas do nosso Senhor Jesus Cristo, o nosso patrono Ruy Barbosa.

Foi, em grande parte, graças a ele que, no alvorecer da República, se firmaram os princípios constitucionais que estabelecem com clareza o papel das Forças Armadas no nosso regime jurídico. Aspas: "A farda não abafa o cidadão no peito do soldado", dizia Ruy Barbosa, ao bater-se com a autoridade de quem sempre propugnou pela grandeza das Forças Armadas como elemento garantidor da paz social.

Hoje o Senado homenageia não apenas um grande soldado, mas um grande homem e um brasileiro exemplar. Homem de retidão e de caráter, que se fez referência dentro da caserna por ser uma voz comprometida com o papel constitucional das Forças Armadas. Em mais de 40 anos de serviços à Pátria, o Gen. Villas Bôas, graças à inteligência, ao carisma e ao sentimento humanístico de sua missão, impôs-se sempre como alguém cuja palavra traz a medida certa de quem sabe que, como dizia Ruy Barbosa – aspas – "a liberdade não é um luxo dos tempos de bonança; é, sobretudo, o maior elemento de estabilidade das instituições".

É fácil reconhecer os heróis em tempo de guerra. A bravura, a inteligência, o sentido de sacrifício se distinguem como a luz da lua à luz do sol, mas outra coisa é reconhecer o herói em tempos de paz. Sempre haverá os que negam. Sempre haverá os que se recusam ver. Por isso mesmo é importante esta homenagem a um herói em tempos de paz.

Gen. Villas Bôas, é esse o sentido que quero dar a estas poucas palavras. V. Exa. saberá que teve o reconhecimento ainda em vida do papel heroico que representou em tempos turbulentos. E creia que, dali de cima, o nosso bom baiano Ruy, um dos poucos gigantes que atuou no Legislativo, no Judiciário e no Executivo, sem esquecer que foi também um atuante jornalista, estará sorrindo ao ver que muito do que imaginou como desenho institucional para o País estamos revivendo nesta singela homenagem.

Temos um presidencialismo como um sistema de justiça forte, um Legislativo soberano e Forças Armadas dedicadas à democracia e à paz. Como disse o nosso Ruy, aspas: "O Exército pode passar cem anos sem ser utilizado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado".

É por contar com pessoas como V. Exa. que sabemos que a democracia representativa e a independência dos Poderes serão sempre uma segunda pele entre os que têm a responsabilidade de cuidar dos destinos do nosso País. E é em nome do meu Estado, que eu, com muita honra, represento neste Parlamento, e em nome do meu Partido que eu registro que em nenhuma segunda-feira de todos esses anos de Senado nós tivemos uma sessão solene tão prestigiada quanto esta.

Que Deus abençoe o senhor sempre!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Gen. Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República.

**O SR. ANTÔNIO HAMILTON MARTINS MOURÃO** (Para discursar.) – Senador David Alcolumbre, Presidente do Senado Federal; Sra. Raquel Dodge, Procuradora-Geral da



República; Senador Chico Rodrigues, a quem cumprimento pela iniciativa desta belíssima homenagem; meu amigo Gen. Pujol, Comandante do Exército, na pessoa de quem cumprimento todos os companheiros das Forças Armadas aqui presentes, Srs. Ministros de Estado, Srs. Ministros do STM, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, família do VB e mais os companheiros de turma, que estão em pé lá no fundo, da turma de 73, sua turma, VB, demonstrando aquele nosso sentimento de camaradagem que une todos nós, militares.

Coube a mim a honra e o privilégio de representar o Presidente Jair Bolsonaro nesta homenagem prestada pelo Senado Federal ao Gen. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, meu comandante, com quem compartilhei momentos de trabalho e de preocupação com o nosso Brasil.

É muito fácil para um soldado falar de outro soldado, ainda mais de alguém da estirpe do Gen. Villas Bôas, com quem muito aprendi e de quem guardo as mais gratas recordações de camaradagem, lealdade e amizade.

Como soldado de elite que tu és, VB, sempre soubeste ter bem nítido o sentido de missão, e jamais te deixaste intimidar pelas dificuldades, pela falta de compreensão e pela doença. Enfrentas com sobrançeria todos os obstáculos e, dessa forma, transmites a teus subordinados a tranquilidade necessária para bem cumprirem os seus deveres.

Estamos aqui, nesta augusta sessão, para homenagear esse brasileiro ilustre, que pela sua clarividência, pertinácia e patriotismo e exemplo único, prestou e vem prestando ainda inestimáveis serviços ao País, lembrando a todos os compatriotas aqui presentes que o Brasil tem o Exército para servi-lo e defendê-lo.

Termino essas palavras, VB, com a saudação do nosso Comando Militar da Amazônia: "Selva!" (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Gostaria de convidar a Sra. Adriana Villas Bôas, filha do homenageado, para fazer uso da palavra nessa importante e histórica sessão de homenagem no Senado Federal.

**A SRA. ADRIANA HAAS VILLAS BÔAS** (Para discursar.) – Boa tarde a todos. Peço desculpa pelo meu nervosismo, eu fui pega de surpresa para vir falar, mas antes de iniciar a sessão, eu gostaria de pedir autorização para falar, para a autoridade máxima presente: mãe, peço permissão para falar. (*Palmas.*)

Eu, realmente, fui pega de surpresa quando eu estava entrando aqui, e o meu pai, na entrada, falou: "Filha, lê aquele texto de ontem". Eu sou chorona, gente, e aliás eu chorei muito quando a senhora falou. E eu estava aqui pensando por que é que ele quis que eu lesse esse texto, porque é um texto que eu escrevi, é um texto muito simples, e eu já peço desculpa. É um texto muito simples, não tem falas difíceis, uma escrita perfeita, nem fala do futuro do Brasil, mas é um texto que eu escrevi pelo Dia dos Pais, e eu escrevi porque há uma coisa que a gente sempre tentou combater lá em casa, que é a perfeição que às vezes tentam colocar em cima da gente, da família, e a gente tenta mostrar que a gente não é perfeito. Então, foi com base nisso que eu escrevi esse texto.

Mas, antes de falar, eu também queria pedir permissão aos mais velhos, que são a minha irmã Ticiania e o meu irmão, o Mano, para poder representá-los nesta oratória.

O que falar sobre o dia de hoje? A verdade talvez. Então, desejo um feliz Dia dos Pais ao pai mais imperfeito do mundo. O pai que erra, que vacila, que é cheio de defeitos e que pisa na bola. O pai que é a pessoa com que mais briguei ao longo dos meus 34 anos. O pai que mais se reinventa para melhorar, que aceita críticas, que aceita tomar bronca e que não se importa de ter



seus defeitos apontados. O pai que pede ajuda para melhorar, que pede para conversar, que nunca levantou a mão para ensinar e que diz que erra sem querer errar, mas que tem esse defeito do erro. O pai que, para ele, socializar é educar, e educar é ensinar a olhar e a cuidar.

Feliz Dia dos Pais para o pai que odeia brigar, mas, se preciso for, nem o tom da voz vai alterar, pois o seu olhar de decepção já é um castigo para quem o ama. O pai que deixa os filhos brigarem com ele, os filhos aprontarem e os filhos o ensinarem. Sempre pede uma boa história, mas nem sempre consegue prestar atenção, e aí já começamos a guerrear. O pai que ensinou os filhos a se amarem através das diferenças, fazendo um ouvir a música do outro e assistir à televisão com o outro. O pai que nem sempre foi à missa, mas rezou todas as noites junto aos seus filhos. O pai que nem sempre soube colocar em palavras os seus sentimentos, mas foi afetivo o tempo todo. O pai coração mole que sempre deixou os filhos roubarem dinheiro da sua carteira e os netos jogarem no seu celular. O pai que sabe que eu conto para todo mundo que ele não é perfeito e agradece por isso. O pai de 200 mil homens – cada um teve igual importância que seus filhos de sangue; aliás, já o vi chorando por muitos deles.

Feliz Dia dos Pais para o meu pai que, na pureza da sua alma, se permite ser um pai. Um pai cheio de defeitos e erros, mas um pai que sempre quer ser pai. Um pai que me ensinou a pedir desculpas e a perdoar, embora às vezes eu ache que ele exagera com isso. Um pai de coração aberto.

Feliz Dia dos Pais, meu Prof. Xavier. Te gosto cada vez mais. Beijo do seu passarinho, da sua sapinha e do seu macaco.

Força, Comandante! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com muita honra e com muito privilégio por essa oportunidade única na história desta Casa, aproveito, Villas Bôas, VB, nosso comandante, para dividir com todos os convidados a honra e o privilégio de tê-lo aqui nesta sessão solene ao meu lado, assim como todas as autoridades.

Nós aproveitamos, no recesso parlamentar, e corrigimos uma falha enorme do Senado Federal, que, na sua história centenária, não havia conseguido construir a possibilidade de acesso a pessoas como V. Exa., que, muitas das vezes, são esquecidas por todos nós em nossa sociedade.

A sua presença na Mesa, nesta sessão em homenagem, Chico, engrandece muito esta Casa pela figura que o Villas Bôas representa para todos nós. Como Presidente do Senado, eu me sinto honrado de ter ajudado a construir as alterações necessárias para que o Senado Federal – a Casa da Federação, a Casa do povo brasileiro – pudesse fazer as adequações para trazer à Mesa Diretora pessoas como V. Exa. Essa rampa de acesso à mesa nunca houve no Senado Federal. Então, eu divido isso com a Dra. Raquel, com todos os Senadores, com todos os servidores e com todos os convidados. Se nós não tivéssemos tomado a decisão de fazer isso, esta sessão em homenagem a V. Exa. não seria tão grandiosa.

Fizemos isto no recesso em 18 dias: uma obra de acesso que esquecia durante décadas e séculos a possibilidade de trazermos brasileiros com alguma necessidade à Mesa Diretora. Então, a sua presença aqui, além de tudo que V. Exa. representa para todos nós – para mim em especial, Chico, depois dessa reforma que fizemos no Plenário –, é a certeza de que estávamos certos quando decidimos tomar essa decisão de fazer esse acesso.

Villas Bôas, está com você, Comandante, a palavra. Que Deus o abençoe. Parabéns!

**O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS** (Para discursar.) – Inicialmente, peço desculpas por essa voz do além. (*Risos.*)



Essa cerimônia se constitui na mais alta e representativa honraria que recebi em toda a minha vida, não só pela instituição que me proporciona isso e pelas pessoas que tiveram essa iniciativa, mas também pelas pessoas aqui presentes – muitas delas me representam e com elas me identifico por um trecho, por um período da minha vida, e em cada pessoa fixei o olhar e identifiquei o amigo.

Presidente Davi Alcolumbre, muito obrigado por o senhor ter aceito a proposta do meu amigo Senador Chico Rodrigues, companheiro contemporâneo da Escola Preparatória de Cadetes; Gen. Mourão, nosso Vice-Presidente, muito obrigado por suas palavras que me emocionaram intensamente e também ao meu Comandante Gen. Leal Pujol, ambos me fazem ver, junto com o Gen. Farias, do STM, os nossos intensos debates e deliberações do Alto-Comando do Exército; agradeço também ao Gen. Teophilo, aqui presente.

Eu vou me escusar de nomear as pessoas que me são caras, queridas e que tiveram um papel importante na minha vida pública porque certamente cometerei alguma omissão, mas não posso deixar de citar os meus irmãos de Arma, tanto do Exército quanto da Marinha e da Força Aérea e, mais, da Polícia Militar que aqui identifico. Não posso deixar de registrar os que eu sempre chamei de irmãos profissionais que ali estão atentos, prontos a me censurar, possivelmente.

À medida que o tempo passa, vamos descobrindo que vamos ficando, cada vez mais, dependentes das mulheres – não é, Hugo, meu irmão? Graças a Deus, tenho uma família de mulheres fortes, que tem sido o meu suporte durante este período.

Quero registrar a presença desta grande figura, companheiro atual de luta na busca de melhores condições e de acesso para as pessoas com deficiência, que é o grande Patrick. Patrick fique de pé, por favor. Fique de pé, Patrick. (*Pausa.*)

Não adiantou muito. (*Risos.*)

Também eu peço uma salva de palmas ao Patrick. (*Palmas.*)

"Somos todos raros." É isso mesmo, Patrick. Muito bem!

Quero agradecer, além das palavras do Gen. Mourão e do Gen. Leal Pujol, as suas palavras, Presidente. O senhor tem desempenhado um papel tão importante neste período que estamos atravessando. Hoje o Brasil busca retomar seus rumos para um futuro de grandeza.

Agradeço também à Dra. Raquel Dodge, grande amiga, companheira com quem, nos momentos de crise, interagimos e sempre encontramos uma identidade, encontramos a firmeza das suas atitudes.

Agradeço ao Líder do PSL, Senador Olímpio, e ao Líder Senador Bittar, do MDB, do Acre. Obrigado pela comparação a seu pai e pela identidade que encontra dos propósitos em relação à Amazônia. E ao Senador Roberto Rocha, do Maranhão, também muito obrigado, Senador.

Agradeço a todos os Senadores e Deputados, porque, desde o tempo em que fui assessor parlamentar, encontrava uma similitude entre o Congresso e o Exército, porque ambos representam um corte vertical da sociedade brasileira. E jamais – jamais – um pleito do Exército, expresso por meio de um projeto de lei ou alguma outra propositura, deixou de ser atendido por esta Casa. Portanto, posso dizer que aqui também é a Casa do Exército Brasileiro – exército do povo brasileiro, integrado por todos os representantes do povo brasileiro.

Por fim, faço questão de expressar que tudo o que foi feito, no meu período de comando, foi porque eu tinha a certeza e a confiança de qual seria a atitude de todo o Exército, ladeado pela Marinha e a Força Aérea. Eu tinha a absoluta confiança na coesão do Exército, dos seus propósitos, valores e atitudes e de todos os seus integrantes.



Por isso, agradeço e aproveito para homenagear todos os irmãos de Arma que aqui estão. Inclusive da nossa briosa banda dos dragões. Não fossem as bandas do Exército, eu acho que não saberia comandar. Napoleão dizia: "Ponham uma banda na rua que o povo a seguirá para as festas e para a guerra".

Ministro, Presidente Davi Alcolumbre, esta homenagem recebo, humildemente, como homenagem às Forças Armadas. Ela vai muito além dos méritos que eu realmente tenho. Este é um momento inesquecível!

Quero citar ainda meu amigo Gen. Mattos, do STM, e a Dona Maria Paula, Miss Casseta & Planeta, uma amiga muito querida, e os meus familiares que vieram do Sul para aqui estarem hoje, inclusive a minha nora, barrigudinha que está, esperando minha quinta neta. Obrigado hoje!

A todos o meu sincero agradecimento e o propósito de estar à disposição, lá no Gabinete de Segurança Institucional, onde estou. Obrigado aos Gens. Brandão e Peixoto, que tomam conta de mim e não me deixam atrapalhar muito o Gen. Heleno.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só para a maioria ficar com um pouco de inveja, eu tive a honra, há 30 dias, de ir à casa do Gen. Villas Bôas e passei duas horas e trinta minutos aprendendo e comendo pizza com ele e com a sua família. Muito obrigado, General, pelo convite.

Gostaria de convidar o Senador Chico Rodrigues para a entrega do Certificado ao Mérito ao Gen. Eduardo da Costa Villas Bôas, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Nação brasileira. (*Palmas.*)

Parabéns! (*Pausa.*)

Muito obrigado a todos e todas, mas quero novamente registrar, agradecer e fazer referência ao que foi dito aqui, VB: esta segunda-feira será marcada, na história do Congresso Nacional e do Senado Federal, por muitos motivos.

Com certeza, esta homenagem que o Senado presta a V. Exa. é a homenagem de milhões de brasileiros que estão representados por todos nós aqui. Mas eu quero dizer também que V. Exa., com o seu entusiasmo, com a sua dedicação e com a sua coragem, coloca, numa segunda-feira, o maior quórum em uma audiência pública numa segunda-feira. Isso, com certeza, é o reconhecimento de todos e todas que estão aqui – convidados, familiares, Senadores e autoridades – para reverenciar um homem que inspira todos nós brasileiros.

Cumprida a finalidade desta sessão, eu gostaria de agradecer às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento. Após o final desta sessão será executada a Canção do Soldado da Amazônia, pela Banda do Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército.

Está encerrada a sessão.

(*Procede-se à execução musical.*) (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 07 minutos.*)



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 132ª SESSÃO

EXPEDIENTE

**Comunicação**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

GAB16  
SENADOR JORGE  
KAJURU

Ofício nº 039/2019 – GSJKAJUR

Brasília-DF, 09 de agosto de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor  
**Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília - DF

*A publicação!*  
*Em 12/08/19*  
*Teotônio Vilela*

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe, a partir da data de hoje, a minha filiação ao Partido Patriota, conforme documentos em anexo.

Cordialmente,

**Jorge Kajuru**  
**Senador da República**

Recebido em 12/08/19  
Hora 8:53  
*Paula Póvoa*  
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149  
SGM - Senado Federal



## Discurso encaminhado à publicação



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vários atos acontecem hoje pelo país contra esta reforma da Previdência Social que tramita no Senado, contra o desmonte da educação, por emprego e renda e direitos sociais e trabalhistas.

Trabalhadores, estudantes, mulheres, indígenas, movimentos sociais, sindicatos estão nas ruas do nosso país protestando e exigindo melhorias sociais e econômicas. A mobilização acontece em todos os estados.

Também estão levando seus gritos e cantos em defesa da liberdade, da democracia e da justiça.

Esta reforma da Previdência será o caos.

O direito a aposentadoria vai acabar. O caminho está sendo aberto para que todos ganhem apenas 1 salário mínimo.

A reforma trabalhista já foi um tsunami, um terror na vida dos trabalhadores. Agora tem a MP 881, sacrificando ainda mais os direitos trabalhista.

Há mais de 13 milhões de desempregados no país, 34 milhões de trabalhadores sem direito algum, 7 milhões de subocupados, 5 milhões de desalentados. O país não cresce, a economia está estagnada.

Desde que os cortes na educação foram anunciados, as universidades e os institutos federais sofreram a perda de R\$ 6,1 bilhões em verbas.

Em todos o país, há diversas instituições de ensino superior que estão com contas atrasadas e dificuldades para o pagamento de salários do corpo docente e de funcionários.

Também no dia de hoje a Marcha das Margaridas está chegando em Brasília, em defesa da soberania e da democracia. Serão mais de 100 mil trabalhadoras do campo, da floresta e das águas. O encontro ocorre desde o ano de 2000, a cada quatro anos. A marcha este ano tem o lema "Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência".

As mulheres lutam por conquistar visibilidade, reconhecimento social, político e cidadania plena. Elas lutam contra toda forma de exploração, dominação, violência e em favor de igualdade, autonomia e liberdade.

E, no dia de amanhã, se encerra, também aqui em Brasília, a primeira Marcha das Mulheres Indígenas, com a presença de lideranças de todo o país.

A marcha, organizada pela Articulação Brasileira dos Povos Indígenas, tem o objetivo de discutir o que é ser mulher nas comunidades indígenas, empoderamento político, saúde, violação de direitos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, leio a Carta de São Paulo aclamada por ocasião do "Seminário Nacional Estado Social e Liberdade Econômica - os vícios jurídicos da MP 881/2019:

Ao tempo em que se desdobra uma enorme campanha midiática em torno da aprovação da MP nº 881/2019, ora vertida como PLV 17/2019, sob o alarde de que promoverá, enfim, a liberdade econômica essencial para tirar o país da crise, é curial tornar públicas as seguintes objeções de forma e de fundo:



1 - A exemplo do que se passou com a "reforma trabalhista" (Lei 13.467/2017), a MP n° 881/2019 aposta em estratégias que iludem as suas maiores finalidades e dificultam a sua compreensão.

A população em geral e muitos que a defendem desconhecem, neste momento, o que exatamente está dito na MP.

E, de dezenove artigos originalmente encaminhados ao Congresso Nacional, o PLV em discussão termina por introduzir ou alterar mais de cinquenta dispositivos legais.

2 - Nada do que existe no texto da MP 881 está abarcado pela hipótese do artigo 62 da Constituição Federal, a justificar a regulação da matéria por meio de desse instrumento jurídico.

Aliás, é mais razoável sustentar a inviabilidade jurídica de uma medida provisória com esses conteúdos, conforme previsão expressa do parágrafo 1º do mesmo artigo, do que fundamentar a sua adoção.

3 - As alterações propostas pela MP 881 constituem alteração profunda na ordem jurídica como um todo, perpassando vários ramos do Direito e pretendendo, inclusive, modificar a própria lógica estrutural constitucional. Em todas as searas há entraves sensíveis a serem redimidos, consoante ponderações de especialistas das mais diversas áreas.

De outra parte, os termos da proposta, no que sacrificam direitos fundamentais, estão distantes de gerar os efeitos pretendidos de melhora da economia.

O que se antevê, caso a MP em questão seja convertida em lei com os termos atuais, é um novo ciclo de enormes complicações jurídicas, com profunda insegurança para os cidadãos em geral e mesmo para quem vislumbra dela se beneficiar.

O viés de redução de direitos sociais, outrossim, é claramente anticíclico e recessivo.

4 - Ainda que se projete uma liberdade de atuação empresarial sem qualquer interferência do Estado, ao se ter que assumir respeito à Constituição, acaba-se fragilizando o próprio objetivo do projeto.

Com efeito, diz expressamente o art. 1º que a proteção "à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica", objeto central da MP, está submetida ao disposto no inciso IV do art. 1º, no parágrafo único do art. 170 e no "caput" do art. 174 da Constituição Federal.

A referência, porém, revela bem os ímpetos do texto, uma vez que não cabe ao legislador infraconstitucional eleger quais artigos da Constituição serão respeitados: a submissão da lei à Constituição é plena.

Assim, p. ex., não se concebe que o texto em debate não se subordine ao valor social do trabalho (art. 1º. IV) e à função social da propriedade, p. ex. (art. 5º, XXIII).

5 - Com efeito, depois de tantos debates e experiências históricas firmou-se o pacto constitucional de 1988, com a qual o Estado Democrático de Direito constrói-se como Estado Social, com limites claros e inequívocos aos interesses econômicos individuais, sendo certo que dentre os preceitos e valores limitadores estão os direitos trabalhistas assegurados no Capítulo dos Direitos e das Garantias Fundamentais, integrados ao conceito de cláusula pétrea ou protegidos pelo princípio da vedação do retrocesso social.

6 - A MP n° 881 tenciona nitidamente desconsiderar a autoridade constitucional, reportando alguns poucos artigos constitucionais e olvidando outros tantos, como se fosse



ela - e não a própria Constituição - a determinadora dos sentidos de todas as demais leis do país.

Esse ímpeto de usurpação hermenêutica revela-se bem no art. 1º, § 1º, da proposta, pelo qual "[o] disposto nesta Lei será observado na aplicação e na interpretação de Direito Civil, Empresarial, Econômico, Urbanístico, e do Trabalho, nas relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação, e na ordenação pública, inclusive sobre o exercício das profissões, comércio, juntas comerciais, a autorização irrestrita para o trabalho aos domingos e feriados, com o requisito do pagamento de remuneração em dobro, em claro aceno à monetização da saúde humana; a autorização para, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, formalizar-se o registro de ponto "por exceção" à jornada regular de trabalho, expandindo os horizontes já dilatados de sonegação de horas extraordinárias; obrigatoriedade de anotação do horário de trabalho apenas para os estabelecimento com mais de 20 trabalhadores, aumentando imensamente as hipóteses de dispensa do controle formal de jornada; as objeções à participação dos sindicatos na atividade de Inspeção do Trabalho; e a incompreensível figura dos contratos de trabalho "híbridos", com remuneração mensal acima de 30 (trinta) salários mínimos, regidas ao mesmo tempo pelo direito civil e pelo art. 7º da Constituição da República [...]

8 - Nos arts. 3º incisos IV, XIV, XVI, XVII (§ 2º, III e § 3º), 9º, 19 e 28 da MP 881 é possível identificar também graves ataques à Auditoria Fiscal do Trabalho.

As alterações propostas nos arts. 161, 163, 635 e 637 da CLT, entre outras, são violadoras das garantias do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho que estão constitucional e internacionalmente garantidas...

Violam o art. 21, XXIV, da Constituição, que atribui à União competência para "organizar, manter e executar a inspeção do trabalho", bem como os comandos da Convenção nº 81 da OIT, ratificada pelo Brasil, o que pode trazer enorme prejuízos para a classe trabalhadora.

9 - O Direito do Trabalho, cumpre recordar, rege-se pelos princípios da progressividade e do não retrocesso social.

O dirigismo contratual e a função social do contrato estão adquiridas, no âmbito do Direito Civil - e especialmente em searas como as do Direito Agrário e do Direito do Consumidor -, há pelo menos um século.

O intervencionismo estatal para assegurar o bem comum em contextos de crises de abastecimento e afins é contraditório em todo o mundo civilizado.

Não se harmonizam com a Constituição da República quaisquer ímpetos legislativos que tendam à agressão de direitos fundamentais, à irresponsabilidade do Estado e à desproteção deliberada dos mais vulneráveis.

10 - Conclamamos, por isso, o Congresso Nacional a suspender a votação do PLV 17/2019 e a abrir o necessário e amplo debate a seu respeito, por meio de audiências públicas e diálogos interinstitucionais que busquem construir a efetivação das liberdades seguindo os preceitos e valores constitucionais, sem se lançar a experimentos que flertem com as premissas do anarcocapitalismo.

São Paulo, 12 de agosto de 2019.



Assinam: Jorge Luiz Souto Maior (USP), Guilherme Guimarães Feliciano (USP), Marilane Oliveira Teixeira (UNICAMP), Celso Campilongo (USP), Noemia Garcia Porto (ANAMATRA), Gilberto Bercovici (USP), Estela Waksberg Guerrini (Defensora Pública), Carolina Zancaner Zockun (PUC/SP), Eneas De Oliveira Matos (USP), Rosa Maria Campos Jorge (SINAIT).

Era o que tinha a dizer.



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 133ª SESSÃO

## EXPEDIENTE

**Discurso encaminhado à publicação**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Senhoras e Senhores Senadores,

Hoje estamos aqui para homenagear o General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

Muito já se disse desse gaúcho de Cruz Alta, que completará 68 anos de idade em novembro deste ano.

Estamos falando de um menino que em 1967 ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e que jamais poderia imaginar que 48 anos depois, iria se tornar o Comandante do Exército de Caxias e ícone no Exército Brasileiro.

Vilas Boas é casado com a não menos valente e determinada, MARIA APARECIDA HAAS VILLAS BÔAS, a dona Cida. Juntos têm três filhos: Ticiane, Marcelo e Adriana, e quatro netos: Gustavo, Guilherme, Henrique e Isabela.

Esse exemplo de liderança e amor ao Brasil é tão forte, que o General o passou para os filhos, fazendo com que a Adriana (Drica), sua filha mais nova, criasse o grupo "Rompendo Mais Fronteiras", que conecta uma rede de voluntários em todo o país, dando apoio e assistência a qualquer causa, seja ela vinculada ou não ao meio militar. Acredito que o "Rompendo Mais Fronteiras" seja mais um legado do General Villas Boas para o país. Inclusive, a minha esposa Ivone, já faz parte desta corrente de amor semeada pela Família Villas Boas.

Para chegar a general e fazer tudo que fez, Vilas Bôas tinha que contar com essa família. Ao general e à dona Cida parabenizamos e agradecemos pelo trabalho e dedicação ao nosso país.

Segundo o Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que hoje preside o Conselho de Administração da Petrobrás, o entusiasmo e o amor ao Brasil do general Vilas Boas, concentrados em uma só pessoa o impressionou de cara. Anos depois, passou não só a admirá-lo, mas considerá-lo um irmão, vendo nele todos os valores que mais prezava, e a própria personificação do ditado BRAÇO FORTE E MÃO AMIGA.

Senhoras e senhores, à frente de 222 mil homens, o General Villas Bôas, no início de 2017, foi acometido com uma disfunção degenerativa no





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

neurônio motor – A Esclerose Lateral Amiotrófica, mais conhecida como “ELA”, que não afeta a capacidade de pensamento e raciocínio, mas enfraquece os músculos e as funções físicas.

Entretanto, nem mesmo essa disfunção impediu esse valoroso e valioso soldado de concluir o seu Comando com brilhantismo e altivez, ampliando a sua liderança para fora dos muros do Exército.

Ele disse: “Deus, quando quer ter uma conversa particular conosco, manda uma doença para nos mostrar coisas que até então nos passavam despercebidas.”

Vilas Bôas, nosso homenageado, não se abateu e continuou sua dedicação à nação e ao povo brasileiro.

Senhoras e senhores, eu tive a mesma oportunidade que ele. Cheguei a tenente. Optei por servir ao país na área da Educação, por meio das instituições públicas e privadas. Talvez não tivesse à altura ou à determinação desse nosso general. Entretanto, digo hoje que, quando o conheci, sua história e seu talento me impressionaram.

Confesso que gostaria de ter feito parte de sua turma e estar em suas fileiras.

O general Vilas Bôas é exemplo para todos nós, brasileiros de cada canto desse país.

Pensei em meu pai, seu Toniquinho e sua determinação. Lembrei-me também de meus instrutores, aqueles que me ensinaram, desde de a escola primária, do seminário, aos 12 anos, e do exército, onde aprendi muito do que hoje sei.

Atualmente, já na reserva, o General Villas Bôas continua prestando serviços ao Brasil, exercendo a função de Assessor Especial do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Sua presença é nossa gratidão; sua presença é nossa garantia e, acima de tudo, nossa tranquilidade de um país mais igual e mais justo.

A trajetória do General Villas Boas remete-me a seguinte citação do Ex- Primeiro Ministro Winston Churchill que disse:

“Hoje eu estou certo de que nós somos os senhores do nosso destino; De que a tarefa que foi colocada diante de nós não está acima das nossas





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

forças; De que suas dores e provações não estão acima da nossa resistência. E, enquanto tivermos fé na nossa causa e um desejo indestrutível de vencer, a vitória não nos será negada”

Que Deus nos acompanhe sempre.

Parabéns ao senador Chico Rodrigues pela homenagem mais que merecida.

Obrigado.

Assinatura manuscrita em azul, realizada pelo Senador Izalci Lucas, sobre uma linha decorativa curva.



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**

## **PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 88, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1789, de 2019, do Senador Flávio Arns, que Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Romário

08 de Agosto de 2019



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, do Senador Flávio Arns, que *eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.*



SF/19759.49638-26

Relator: Senador **ROMÁRIO**

## I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, do Senador Flávio Arns, objetiva elevar para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Para isso, altera a redação do inciso IV do § 1<sup>a</sup> do art. 260-A da Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que hoje fixa em três por cento o referido limite.

Em suas razões, o autor demonstra, com dados de fato, o sucesso da ideia, desde que foi inscrita no ECA pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e argumenta haver “chegado o momento de aproveitar integralmente a potencialidade da sistemática e elevar de 3% para 6% (seis por cento)” aquele limite.



Após o exame por esta Comissão, a proposição vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

O exame do Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, incumbe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em razão do disposto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que lhe atribui competência para opinar sobre matéria referente a crianças e adolescentes.

A nosso ver, não há problemas de inconstitucionalidade na matéria.

Aliás, louvamos e estamos de acordo com a ideia normativa do autor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, para cumprir sua missão de proteger e de promover a infância e a juventude do Brasil, necessita disciplinar o custeio das instituições que lhe dão vida.

A diversificação de suas fontes de receita, além de eficaz, é também expressiva das diversas forças nacionais que se aliam em prol daquela nobre missão. É nesse sentido que vemos bem a dedução de até seis por cento do valor do imposto devido para doações feitas diretamente pela cidadã ou pelo cidadão.

Sabemos que funciona, e bem, conforme pudemos ver nas razões do autor e nas que apresentamos acima.

Observemos, por fim, que a proposição ainda deverá ser aprimorada pela Comissão de Assuntos Econômicos, ao promover, por meio da obtenção das informações necessárias junto aos órgãos competentes, a adequação da proposição às exigências do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## III – VOTO



4

3

Em função dos argumentos expostos, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.789, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1789/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ROMÁRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

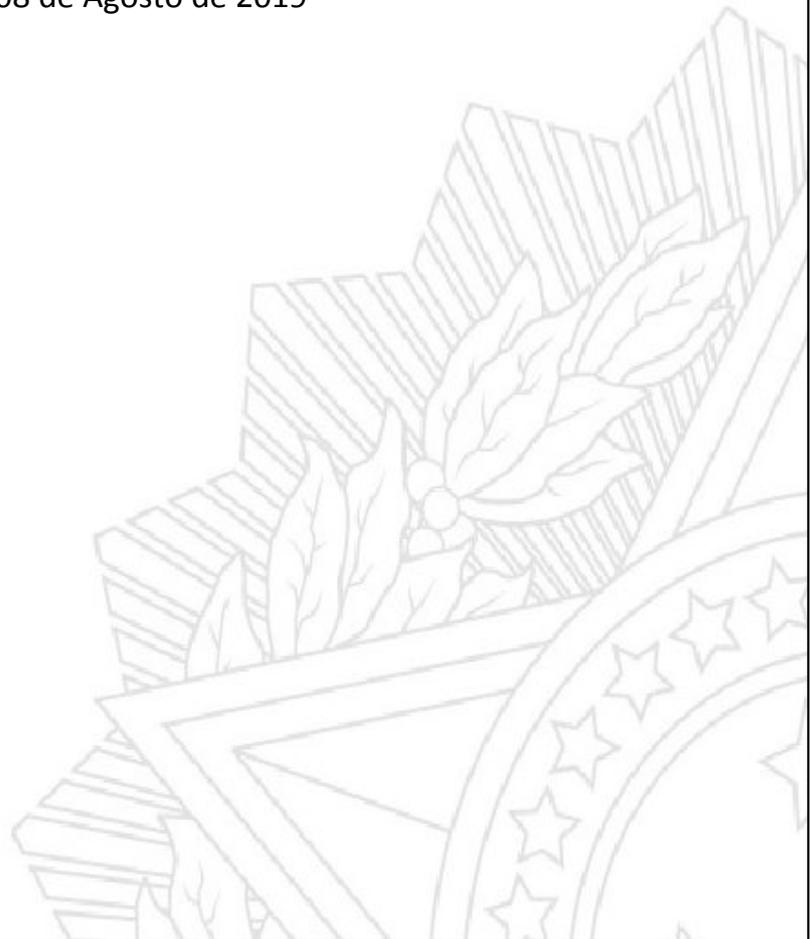
## PARECER (SF) Nº 89, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre o Projeto de Lei nº 1227, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli,  
que Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Rose de Freitas

08 de Agosto de 2019



## PARECER Nº DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, que *altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988*.

Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.227, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

O art. 1º trata do objeto da lei.

No art. 2º, a proposição acrescenta o inciso XXIV ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para tornar isentos do imposto de renda os rendimentos percebidos por pessoa portadora de alguma das doenças elencadas no inciso XIV do mesmo artigo ou por contribuinte que tenha dependente nessa condição.

O art. 3º registra a cláusula de vigência.

Em sua justificção, a autora observa que, em sua redação atual, o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, somente favorece aposentados e pensionistas que apresentam moléstias graves. Pessoas acometidas por essas doenças que permanecem trabalhando não têm direito isenção do IR, tampouco trabalhadores ou aposentados com dependentes nessas condições. No seu entender, o projeto de lei se ampara na razoabilidade e na isonomia e busca corrigir a mencionada distorção.



A matéria foi distribuída à CDH e seguirá para apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção das pessoas com deficiência. É regimental, portanto, a análise da proposição pela CDH.

Ressaltamos que a análise desta Comissão ficará restrita à compatibilidade do projeto com os direitos das pessoas com deficiência. Dessa forma, competirá à CAE opinar sobre os aspectos econômico e financeiro do PL nº 1.227, de 2019.

Estamos de acordo com a autora do projeto. De fato, a legislação tributária somente beneficia com a isenção do imposto de renda, no caso de moléstias graves, os aposentados e pensionistas. Um trabalhador que apresente alguma das doenças relacionadas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, e que continue na ativa, ou mesmo um aposentado que tenha dependente acometido por alguma das enfermidades, hoje, não usufruem do favor fiscal.

Em nosso entender, essa discriminação é injusta, desproporcional e viola o princípio da isonomia e da capacidade contributiva. Via de regra, as doenças relacionadas pela lei reclamam tratamentos especializados e caros, e podem ter impacto significativo sobre os orçamentos das famílias daqueles que ainda trabalham ou dos aposentados e pensionistas que têm dependentes enfermos. Dessa forma, o critério para instituir a isenção (estar ou não em atividade) não se mostra válido.

Além disso, ofende diretamente a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Como sabemos, as normas da Convenção têm *status* de emenda constitucional. Logo no seu artigo 5, a Convenção reclama que os Estados-Partes garantam às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.

É importante salientar que esse tema não chamou a atenção somente do Senado Federal. Em outubro de 2018, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade



4

3

(ADI) justamente para garantir que as pessoas acometidas de alguma das doenças graves elencadas no artigo 6º, inciso XIV, da Lei 7.713, de 1988, e que continuem trabalhando, tenham direito à isenção do imposto de renda sobre o salário.

Na ADI, que recebeu o número 6.025, a procuradora argumentou que a isenção do imposto de renda conferida pelo dispositivo questionado não está apoiada em fatores lógicos e objetivos que justifiquem o tratamento diferenciado com relação às pessoas que sofrem das mesmas doenças graves, mas que permanecem exercendo atividade laboral.

Ratificado o mérito do projeto, sugerimos um pequeno reparo à ementa da proposição, com a finalidade de aprimorar a técnica legislativa; ao art. 2º, com o objetivo de explicitar que somente os rendimentos do trabalho estarão isentos; e ao art. 3º, vez que se trata de proposição com impacto financeiro e orçamentário.

### III – VOTO

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, na forma das seguintes emendas:

#### Emenda nº 1 -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para tornar isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho percebidos por portador de moléstias graves ou por contribuinte que tenha dependente naquela condição.

#### Emenda nº 2 -CDH

Dê-se ao inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 6º. ....



---

4<sup>5</sup>

.....  
XXIV – os rendimentos do trabalho percebidos por:  
a) portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo;  
b) contribuinte que tenha dependente portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo.  
.....” (NR)

### **Emenda nº 3 -CDH**

redação: Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.227, de 2019, a seguinte

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1227/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ROSE DE FREITAS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1, 2 E 3-CDH.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 90, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2018, do Senador Romário, que Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para regular a avaliação de aptidão de pessoa com deficiência, com doença grave ou incapacitante em concursos públicos.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Arolde de Oliveira

08 de Agosto de 2019



2



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Arolde de Oliveira

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2018, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para regular a avaliação de aptidão de pessoa com deficiência, com doença grave ou incapacitante em concursos públicos.*

Relator: Senador **AROLDE DE OLIVEIRA****I – RELATÓRIO**

Vem para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 335, de 2018, de autoria do Senador Romário, que reserva até 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para pessoas com deficiência ou com doença grave ou incapacitante, garantindo a elas o direito de ter a compatibilidade entre a sua condição e a vaga pretendida avaliada individualmente por equipe multiprofissional, após a aprovação e como condição para a posse.

A proposição prevê entrada em vigor dessas disposições na data de sua publicação.

Ao justificar a proposição, o autor aponta que muitas pessoas com deficiência ou com doença grave ou incapacitante sofrem com a presunção de incompatibilidade entre a sua condição e as atribuições dos cargos públicos aos quais concorrem, o que seria injusto, desproporcional e discriminatório. Menciona, ainda, que não há ofensa à reserva de iniciativa atribuída pela Constituição à Presidência da República, pois a proposição trata de momento anterior à investidura em cargo público, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

O PL nº 335, de 2018, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Arolde de Oliveira

Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

O art. 102-E, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal fundamenta a competência deste Colegiado para examinar matérias pertinentes à inclusão social das pessoas com deficiência.

Vemos mérito nos dois aspectos da proposição: a reserva de vagas em concursos públicos também para pessoas com doença grave ou incapacitante e a avaliação da compatibilidade entre a deficiência e o cargo após a aprovação e como condição para posse do candidato.

Com relação à reserva de vagas, trata-se de ação afirmativa solidamente acolhida pelo nosso sistema jurídico, tendente a promover o pluralismo e a diversidade, além de estabelecer condições mais equitativas de concorrência, tendo em vista as notórias barreiras socialmente impostas às pessoas com deficiência, com doença grave ou incapacitante.

Já a avaliação da compatibilidade entre a condição do candidato e o cargo pretendido entre a aprovação e a posse é medida que visa a impedir que candidatos sejam excluídos *a priori* por critérios supostamente objetivos, mas que têm se revelados insuficientes para auferir a real capacidade de trabalho das pessoas com deficiência em geral. Há muitos candidatos com deficiência que precisam pleitear judicialmente a possibilidade de concorrer quando se deparam com o indeferimento de plano de suas inscrições, sendo isso certamente um fator indesejável de tensão, de ansiedade e de desgaste que prejudica suas chances de aprovação, o que reforça o mérito e a justiça da proposta.

Ademais, ao prever avaliação por equipe multiprofissional, o PLS nº 335, de 2018, se alinha ao que dispõe a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê um modelo biopsicossocial, ainda que falte a devida regulamentação pelo Poder Executivo.

Apenas a vigência imediata da lei porventura resultante dessa proposição merece ressalva, pois existe a possibilidade de que equipes





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Arolde de Oliveira

multiprofissionais tenham de ser formadas ou contratadas repentinamente, sem previsão orçamentária ou organizacional, para atender à demanda gerada pela nova lei. Proponho, nesse sentido, por meio de emenda, sessenta dias de vacância, que parece ser o mínimo razoável para que a nova lei possa ser aplicada.

Por fim, faz-se necessário uma retificação redacional no inciso II, § 2º do art. 5º modificado pelo art. 1º, conforme emenda redacional que segue.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2018, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 - CDH (REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao inciso II, § 2º do art. 5, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 335, de 2018:

**II** – é assegurado o direito de ter a compatibilidade a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo avaliada individualmente por equipe multiprofissional, se aprovada no concurso, e como condição para a posse.

#### EMENDA Nº 2 - CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 335, de 2018:

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

**AROLDE DE OLIVEIRA**  
Senador-PSD/RJ





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO PRESENTE
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MARA GABRILLI PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 335/2018)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR AROLDE DE OLIVEIRA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CDH.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 91, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2016, que Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Arolde de Oliveira

08 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Arolde de Oliveira

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2016, que altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial.



SF/19736.35346-62

Relator: Senador **AROLDE DE OLIVEIRA**

### I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2016, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com a finalidade de incluir entre as medidas protetivas de urgência a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial.

Em relação à proposta enviada pelo Senado por meio do PLS nº 9 de 2016, a Câmara dos Deputados apresentou duas alterações. Na primeira, mudou para o art. 22 da referida Lei a previsão de frequência do agressor a centro de educação e reabilitação como medida protetiva, acrescentando-lhe o inciso VI, enquanto o projeto original localizava essa mudança no art. 23 da Lei. A segunda mudança foi acrescentar, também como medida protetiva, o acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio, ao introduzir o inciso VII no art. 22 da mencionada Lei.

Após retornar ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para apreciação da CDH.





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Arolde de Oliveira

## II – ANÁLISE

É pertinente a análise da matéria pela CDH, em razão do disposto no inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que afirma ser competência da Comissão opinar sobre projetos que tratem dos direitos da mulher.

Na fase atual de tramitação da matéria, nos termos dos arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo da Câmara é considerado série de emendas. Cabe ao Senado Federal acatá-las ou manter o texto original, sem a possibilidade de fazer subemendas.

As duas alterações promovidas pela Câmara dos Deputados na matéria enviada pelo Senado não modificaram o propósito do projeto original. A localização no art. 22, que trata das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, inclusive, situa melhor as mudanças propostas. O substitutivo também acrescentou entre as medidas protetivas de urgência, o acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

Em nossa opinião, ambas as alterações melhoram o projeto enviado pelo Senado Federal e merecem acolhida. A frequência a esses grupos de apoio e reeducação não apenas contribui para reduzir as reincidências, mas concorre também para a proteção emocional do próprio agressor, que terá oportunidade de se reeducar para conviver melhor com a sociedade em geral e com sua família em particular.

## III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2016.

Sala da Comissão,

**AROLDE DE OLIVEIRA**  
Senador-PSD/RJ



SF/19736.35346-62





4

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Não Membros Presentes**

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(SCD 11/2018)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR AROLDE DE OLIVEIRA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 11 DE 2018 AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9 DE 2016.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 92, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1354, de 2019, que Impõe prioridade na tramitação processual em que figure como parte ou interveniente a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Eduardo Girão

08 de Agosto de 2019





2

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.354, de 2019, do Deputado Célio Studart, que *impõe prioridade na tramitação processual em que figure como parte ou interveniente a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)*.



SF/19243.67579-34

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

### I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 1.354, de 2019, do Deputado Célio Studart, que objetiva tornar mais célere, por meio de sua priorização, a prestação jurisdicional aos portadores de transtorno do espectro autista.

Para isso, a proposição determina, em seu art. 1º, o objeto da lei, a saber, a priorização das pessoas portadoras do transtorno de espectro autista; em seu art. 2º, a proposição especifica a priorização e, em seu parágrafo único, determina ser dever do interessado requerer a prioridade e fazer prova da condição que lhe dá esse direito. O art. 3º determina a prioridade, na tramitação, de quaisquer atos relativos a processo em que seja parte a pessoa portadora de transtorno do espectro autista. O art. 4º determina a aposição de selo nos processos protegidos pela eventual Lei e o art. 5º, por fim, porá a Lei em vigor na data de sua publicação.

Após seu exame por esta Comissão, a proposição seguirá para o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

2<sup>3</sup>

## II – ANÁLISE

É regimental nosso exame do Projeto de Lei nº 1.354, de 2019, visto que o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o dever de opinar sobre matéria que diga respeito às pessoas com deficiência.

Quanto ao mérito, inobstante sua evidente boa intenção, tem-se que o núcleo do projeto é a priorização da tramitação de processos judiciais ou administrativos de interesse de pessoas com o transtorno mencionado. Ocorre que os incisos II e VII do art. 9º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), já determinam a prioridade a que se refere a proposição, fazendo-o de modo a abranger todas as pessoas com deficiência, inclusive as com transtorno de espectro autista.

Há na proposição, entretanto, dois conteúdos normativos interessantes e que, decerto, farão bem à nossa ordem jurídica: (1) a ideia de que o interessado deve requerer à autoridade a prioridade a que se refere a proposição e (2) a ideia de que os processos em que haja interesse de pessoas com transtorno de espectro autista devem receber uma forma de identificação. Ofereceremos emenda substitutiva com o intuito de reter essas duas ideias. Mas acreditamos que a melhor forma de fazer isso será por meio de sua incorporação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, como determina a técnica legislativa, de modo a não visar uma única condição de pessoa com deficiência, mas sim alcançando a todas aquelas pessoas. As ideias a que nos referimos são boas soluções, conforme acreditamos, porque levam ao registro documental da demanda pelo direito, tornando mais fácil caracterizar eventual omissão da autoridade.

## III – VOTO

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela **aprovação** do projeto, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

es2019-08320





4

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

3

## EMENDA Nº 1 - CDH (SUBSTITUTIVA)

### PROJETO DE LEI Nº 1.354, DE 2019



SF/19243.67579-34

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar o dever de requerer prioridade processual ou administrativa, o dever de aposição de selo identificador do caráter prioritário e para fixar punição para o descumprimento deste último.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei determina condição prioritária em tramitação processual aos interessados que a requeiram, determina às autoridades que identifiquem com selo próprio essa condição e estabelece punição a seu descumprimento.

**Art. 2º** O art. 79 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“**Art. 79** .....

.....  
§ 4º A pessoa com deficiência tem assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais ou administrativos em que figure como parte ou interveniente.

§ 5º A prioridade de que trata o parágrafo anterior, deverá conter uma forma de identificação aplicável tanto ao processo eletrônico quanto ao físico, que deve ser definido pelos respectivos Órgãos do Poder Judiciário.”(NR)

es2019-08320





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

4<sup>5</sup>

§ 6º O interessado requererá à autoridade judiciária ou administrativa competente a prioridade de que trata este artigo, fazendo prova de sua condição.

**Art. 3º** A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 88-A:

“**Art. 88-A.** Deixar de providenciar a tramitação prioritária a que se refere o § 4º do art. 79 desta Lei:

Pena – multa.”(NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19243.67579-34

es2019-08320





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO PRESENTE
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MARA GABRILLI PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1354/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR EDUARDO GIRÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, NA FORMA DA EMENDA Nº 1-CDH (SUBSTITUTIVO).

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 93, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1950, de 2019, do Senador Romário, que Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação de condenados por crime de violência contra a mulher.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Leila Barros

08 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.950, de 2019, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação de condenados por crime de violência contra a mulher.*

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

### I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.950, de 2019, do Senador Romário, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para vedar a nomeação, para cargo ou emprego público, de condenados por crime de violência contra a mulher.

Para tanto, a proposição acrescenta a parágrafo único ao art. 7º da mencionada Lei, estabelecendo que o agressor condenado por crime caracterizado como violência doméstica e familiar contra a mulher não poderá ser nomeado para cargo ou emprego público de qualquer natureza, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas estatais, enquanto perdurar o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Na justificção da matéria, o autor afirma que o rigor da lei não tem sido suficiente para evitar os inúmeros casos de violência contra a mulher, sendo necessário adotar sanções de natureza diversa, para dissuadir o potencial agressor. Nesse sentido, ele sustenta que a proposta busca reforçar a prevenção geral dos crimes de violência contra a mulher.





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

A matéria foi distribuída à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

## II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher, o que torna pertinente a análise do PL nº 1.950, de 2019, por este Colegiado.

No mérito, a proposição consigna na legislação medida de bom senso: não cabe ao Poder Público acolher em seus quadros agressores condenados pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Note-se que a vedação estabelecida impede a provisão de cargos por pessoas condenadas em processos transitados em julgado até que a pena tenha sido cumprida.

Excluir agressores em cumprimento de pena do serviço público atende ao princípio da moralidade, considerando que a prática de violência contra a mulher e doméstica e familiar pode ser considerada uma mácula que compromete a integridade ética, tornando a pessoa incompatível com a idoneidade moral e a reputação ilibada que se esperam de servidor.

A sociedade espera do Legislativo medidas nesse sentido, uma vez que, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais de 16 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência em 2018, sendo que em quase 80% dos casos a vítima conhecia o agressor. A moradia foi o local em que ocorreram 40% desses casos de violência. A entidade responsável pela pesquisa afirma que identificou um padrão, uma vez que os números se assemelham ao verificado em edição anterior do levantamento.

É mais do que necessário, portanto, continuar aprimorando a legislação e as políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher.





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Temos apenas um reparo a fazer no que se refere à posição do trecho a ser acrescentado. Em vez de mantê-lo como um parágrafo no art. 7º, que tem a finalidade de definir os tipos de violência contra a mulher, julgamos melhor introduzir a medida por meio de um novo art. 45-A, nas disposições finais, logo após os dispositivos que alteram leis penais e processuais penais.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.950, de 2019, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.950, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

‘**Art. 45-A.** O agressor condenado por crime caracterizado como violência doméstica e familiar contra a mulher, na forma desta Lei, não poderá ser nomeado para cargo ou emprego público de qualquer natureza, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas estatais, enquanto perdurar o cumprimento da pena privativa de liberdade.’”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO PRESENTE
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MARA GABRILLI PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1950/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA LEILA BARROS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CDH.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 94, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1380, de 2019, que Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de prática de violência contra a mulher.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Mailza Gomes

08 de Agosto de 2019



**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.380, de 2019, do Deputado Júnior Bozzella, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de prática de violência contra a mulher.



Relatora: Senadora **MAILZA GOMES**

**I – RELATÓRIO**

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei nº 1.380, de 2019, altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de prática de violência contra a mulher.

Para isso, acrescenta o inciso VI ao art. 22 daquela Lei, destinado a facultar ao juiz a aplicação de medidas protetivas de urgência. Segundo o novo inciso, a prestação de caução provisória por perdas e danos materiais e morais, por meio de depósito judicial, virá a somar-se às demais medidas protetivas de urgência.

Além disso, adiciona às disposições finais da Lei o art. 45-A, que estabelece o direito à indenização a título moral, independentemente de instrução probatória, presumindo assim a culpa e a consequente dívida do agressor.

Em suas razões, o autor aduz que, embora, a rigor, seja moralmente irreparável o dano causado à mulher vítima de violência, o valor indenizatório permite à mulher reduzir seus prejuízos e significa o endurecimento ainda maior da legislação que busca inibir o recurso à violência.



2<sup>3</sup>

O Projeto de Lei nº 1.380, de 2019, de autoria do Deputado Federal Júnior Bozzella, foi aprovado com emendas pela Câmara dos Deputados, e enviado ao Senado Federal em abril deste ano.

A proposição foi distribuída para exame desta Comissão e, em seguida, será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Conforme o disposto no inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matéria atinente a direitos da mulher, o que torna perfeitamente regimental o exame, por ela, do Projeto de Lei nº 1.380, de 2019.

Quanto ao mérito, devemos dizer que estamos de acordo com a ideia da proposição. Ela chega ao Senado Federal, inclusive, diferindo ligeiramente da proposta inicialmente apresentada pelo autor, tendo sido, a nosso ver, aprimorada pelo debate na Câmara dos Deputados. Acreditamos inclusive haver na matéria méritos que seu próprio autor não mencionou: embora a *plena* reparação do tipo de dano que a violência causa não seja possível, o desagravo à sociedade que traz o “endurecimento” mencionado pelo autor em suas razões não é, de modo algum, um efeito “menor” ante a irreparabilidade da violência. A ideia de irreparabilidade vale integralmente apenas para o plano psicológico, individual, ligado diretamente à vítima.

Contudo, no que concerne ao plano sociológico, à sociedade propriamente dita, a proposição nos aproxima ainda mais de uma reparação completa e eficaz. Nosso ordenamento jurídico torna-se melhor com a presunção automática do dever de indenizar moralmente qualquer mulher vítima de violência – através do juízo do magistrado de ordenar forma e quantia da indenização – o que fará com que essa espécie de reparo deixe de ser um meio disponível apenas para aquelas mulheres capazes financeiramente e dispostas pessoalmente a buscá-la, transformando-o, assim, em valor universal de nossa sociedade.

A fim de contribuir com o aprimoramento do projeto, apresentaremos emenda destinada a deixar claro que a indenização deve ser determinada pelo juiz sentenciante, sem necessidade de prova específica, de

es2019-05599



4

3

modo a não se poder pensar que a indenização seja devida apenas em função da apresentação de denúncia ou acusação.

### III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.380, de 2019, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao art. 45-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.380, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 45-A. Nos casos de violência contra a mulher, praticada no âmbito doméstico e familiar, é devida indenização a título de dano moral, em valor a ser fixado pelo juiz sentenciante, mediante pedido expresso, independentemente de instrução probatória.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

es2019-05599





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1380/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA MAILZA GOMES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CDH.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 95, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1196, de 2019, do Senador Marcos do Val, que Altera o art. 242 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Mara Gabrilli

**RELATOR ADHOC:** Senador Eduardo Girão

08 de Agosto de 2019



2



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PARECER Nº           , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.196, de 2019, do Senador Marcos do Val, que altera o art. 242 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena.

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

### **I – RELATÓRIO**

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.196, de 2019, de autoria do Senador Marcos do Val, que prevê o aumento da pena do crime de entrega de arma, munição ou explosivo a criança ou adolescente caso este pratique infração a mando do autor. Nessa hipótese, a pena seria aumentada da metade. A lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor observa que a pena já é severa para quem fornece arma, munição ou explosivo para criança ou adolescente, mas vê necessidade de aumento de pena na hipótese de ser o agente desse crime também mandante da infração que a criança ou o adolescente vier a praticar com esses materiais.

Após manifestação da CDH, a proposição segue para exame, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não foram recebidas emendas.



## II – ANÁLISE

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre matérias pertinentes à proteção da infância e da juventude.

Vemos fundamento suficiente para amparar o mérito do PL nº 1.196, de 2019, pois é notório que criminosos aliciam e armam crianças e adolescentes para que pratiquem atos infracionais a seu mando. A finalidade dessa entrega agrega malícia ao tipo penal e justifica plenamente o agravamento da pena. Nesse sentido, é importante esclarecer, na redação do parágrafo único que a proposição acrescenta ao art. 242, que essa hipótese não afasta a aplicação do art. 244-B, que prevê o crime de corrupção de menor de dezoito anos, o que faremos por meio de emenda.

Apontamos ainda a pertinência de um reparo redacional, para que o dispositivo fale em “ato infracional”, em lugar de “infração penal”, pois esta última só pode ser cometida por adultos imputáveis.

## III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.196, de 2019, com a seguinte emenda:

### EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 242 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.196, de 2019:

**Art. 1º** .....

**Art. 242.** .....

*Parágrafo único.* A pena é aumentada de metade se a criança ou o adolescente comete ato infracional a mando de quem pratica a



4

---

3

conduta descrita no *caput* deste artigo, sem prejuízo da aplicação, ao mandante, do disposto no art. 244-B.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Não Membros Presentes**

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1196/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR EDUARDO GIRÃO RELATOR "AD HOC". EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CDH.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 96, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2603, de 2019, do Senador Mecias de Jesus, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a responsabilidade da União na oferta e financiamento da educação escolar indígena.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Telmário Mota

**RELATOR ADHOC:** Senador Acir Gurgacz

08 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.603, de 2019, do Senador Mecias de Jesus, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a responsabilidade da União na oferta e financiamento da educação escolar indígena.

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

### I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 2.603, de 2019, do Senador Mecias de Jesus, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a responsabilidade da União na oferta e financiamento da educação escolar indígena.

Para tanto, acrescenta o inciso X ao art. 9º da referida Lei e modifica o art. 79, para detalhar em ambos os artigos as incumbências da União no que se refere aos programas de educação escolar indígena.

Na justificação da matéria, o autor afirma que sua iniciativa tem por objetivo federalizar a oferta da educação escolar indígena, incumbindo a União não só de organizar a provisão dessa modalidade, mas também de garantir os recursos financeiros necessários para sua manutenção e desenvolvimento. Sustenta que a proposição mantém em linhas gerais as

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)



SF/19132.79388-36





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

características que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) já prevê para a modalidade, incluindo a colaboração direta das próprias comunidades indígenas no desenvolvimento de seus programas educacionais.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Depois de examinada na CDH, a matéria segue para Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

## II – ANÁLISE

É regimental a análise pela CDH do Projeto de Lei nº 2.603, de 2019, nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, a proposição altera a LDB, com o propósito de federalizar a oferta e o financiamento da educação escolar indígena. O objetivo é assegurar uniformidade na oferta e financiamento da educação escolar indígenas.

Para garantir o respeito às singularidades de cada região, a matéria garante às comunidades indígenas a participação no desenvolvimento dos programas a serem aplicados, que serão interculturais e bilíngues.

Atente-se que a proposição não exclui a participação de estados e municípios na organização da oferta, manutenção e desenvolvimento escolar indígena, conforme estabelece a alteração que o art. 1º da proposição faz ao art. 79 da LDB, embora modifique a lógica da responsabilidade principal por essa oferta, ao conferir tal incumbência principalmente à União, nos termos da mudança introduzida no art. 9º da mencionada Lei.



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)



4

3



SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.603, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19132.79388-36

---

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Não Membros Presentes**

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 2603/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR ACIR GURGACZ RELATOR "AD HOC". EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 97, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2098, de 2019, que Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Telmário Mota

**RELATOR ADHOC:** Senador Acir Gurgacz

08 de Agosto de 2019



2



SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.098, de 2019 (Projeto de Lei nº 4.333, de 2016, na Casa de origem), da Deputada Laura Carneiro, que *altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidas tradicionalmente e consideradas raízes da cultura brasileira.*



SF/19392.74194-49

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.098, de 2019 (PL nº 4.333, de 2016, na Casa de origem), da autoria da Deputada Laura Carneiro.

A proposição altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileira. Além disso, insere entre os objetivos do Fundo Nacional da Cultura (FNC) a distribuição equilibrada de recursos entre as distintas manifestações culturais, com

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

prioridade às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira.

Na justificação, a autora argumenta que o objetivo do projeto é dar enfoque e visibilidade a segmentos da população cuja cultura reclama maior apoio do Poder Público e da sociedade em geral, entre elas as comunidades indígenas, afro-brasileiras e de minorias.

A proposição foi distribuída para a análise da CDH, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da garantia e promoção dos direitos humanos. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

Estamos de acordo com a autora da proposição.

Em 1988, a Constituição acolheu os valores democráticos do pluralismo político e do respeito à diversidade, elegendo como modelo ideal uma sociedade livre, justa e solidária, que não discrimina por motivo de raça, origem ou cor.

Mais de 30 anos depois, reconhecemos muitos avanços. A publicação do Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, representou um eloquente *mea-culpa* sobre o papel do Estado brasileiro na marginalização da população negra, que tem profundas raízes históricas. A Lei da Biodiversidade, por sua vez, valorizou o conhecimento tradicional das populações indígenas, respeitando-lhes os usos, costumes e tradições.



SF/19392.74194-49





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

Entretanto, a construção da sociedade idealizada pela Constituição é um processo em andamento que não podemos negligenciar. A população negra e os povos indígenas ainda sentem o peso da tradição escravagista e colonial que marcou a história de nosso país.

Diariamente, assistimos perplexos ao assassinato da juventude negra nas cidades brasileiras e ao aumento da violência contra indígenas motivada por conflitos fundiários. O racismo e o preconceito desumanizam as pessoas que são deles alvo e acabam por legitimar atitudes violentas.

Diante dessa realidade desoladora, manifestamos nosso contentamento com o PL nº 2.098, de 2019. A autora da proposição compreendeu que a superação desse histórico de marginalização de grupos minoritários só se viabiliza por meio de uma mudança cultural da sociedade. Nesse sentido, é crucial que o Estado invista em ações e projetos que tenham como objetivo a valorização de manifestações culturais que não se restrinjam àquelas típicas de apenas parte da população nacional.

A proposição retira da invisibilidade as manifestações culturais das comunidades indígenas e afro-brasileiras, ao torná-las um foco dos investimentos públicos na área de cultura.

Além disso, impede que sejam favorecidos projetos culturais não sintonizados com a demanda por maior diversidade que mencionamos acima. A solução apresentada é o apoio a distribuição equitativa de recursos aplicáveis às várias manifestações culturais de nosso País, priorizando as de origem local reconhecidamente tradicionais, consideradas raízes da cultura nacional ou vinculadas às comunidades indígenas e afro-brasileiras.

Pelos motivos expostos, julgamos ser inegável o mérito do PL nº 2.098, de 2019.



SF/19392.74194-49



4<sup>5</sup>

SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

### III – VOTO

Em razão do exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.098, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19392.74194-49

---

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: [sen.telmariomota@senador.leg.br](mailto:sen.telmariomota@senador.leg.br)





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 2098/2019)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR ACIR GURGACZ RELATOR "AD HOC". EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação  
Participativa





# SENADO FEDERAL

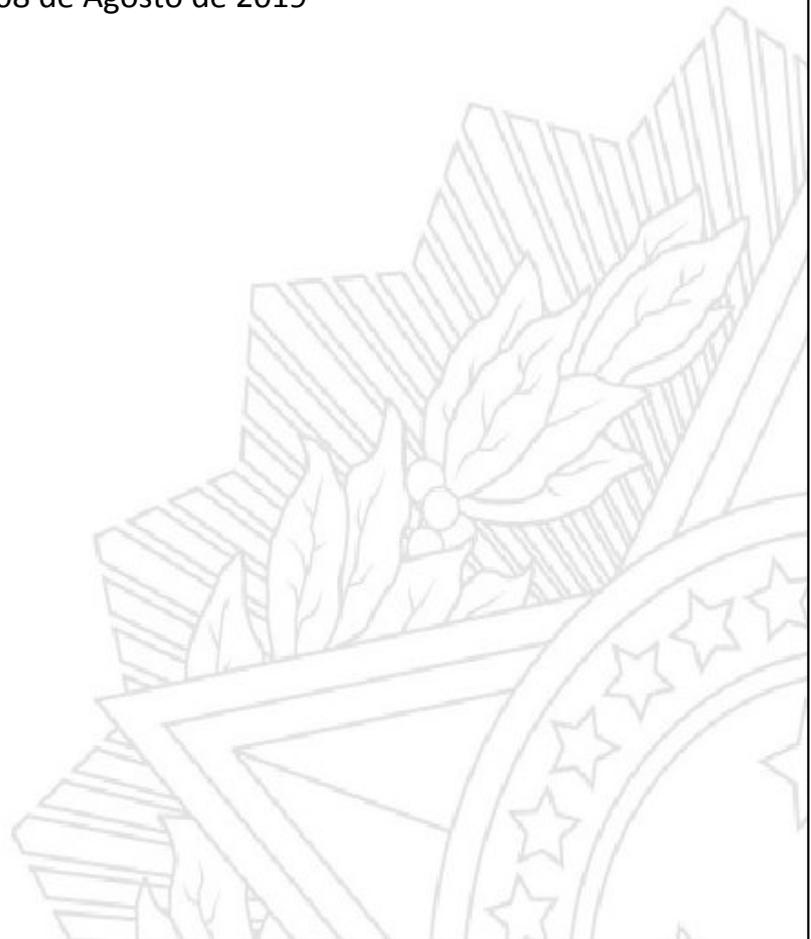
## PARECER (SF) Nº 98, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre a Sugestão nº 32, de 2018, que Inclusão de psicólogos nas  
equipes mínimas de saúde da família.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Mailza Gomes

08 de Agosto de 2019



## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 32, de 2018, do Programa e-Cidadania, que objetiva a *inclusão de psicólogos nas equipes mínimas de saúde da família*.

Relatora: Senadora **MAILZA GOMES**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 32, de 2018, apresentada no portal do Programa e-Cidadania, que propõe a inclusão de psicólogos nas equipes mínimas de saúde da família.

Tal sugestão é originária da Ideia Legislativa nº 103.929, que alcançou, no período de 03/05/2018 a 11/08/2018, mais de vinte mil manifestações individuais de apoio, conforme o Memorando da Secretaria de Comissões nº 47, de 13 de agosto de 2018.

Para justificar a medida proposta, alega-se que, apesar de a atuação do psicólogo na atenção básica ser reconhecida como importante, esse profissional ainda não faz parte da equipe mínima de saúde da família, o que, muitas vezes, gera “sobrecarga de trabalho para os outros profissionais, equipe desestruturada, insegurança e aumento de custo”.

### II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre *sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil*.

Além disso, a Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, estabelece que a ideia legislativa enviada ao Portal e-Cidadania que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Risf.



2<sup>3</sup>

Portanto, a SUG nº 32, de 2018, encontra amparo regimental para ser apreciada pela CDH.

Em que pese reconhecemos a importância do psicólogo na atenção à saúde, devemos observar que eventual projeto de lei com o teor sugerido incorreria em vício de inconstitucionalidade e de injuridicidade, além de apresentar óbices no tocante ao mérito.

No que concerne à constitucionalidade e à juridicidade da matéria, há que mencionar que a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) e as demais normas que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com o preceituado no inciso I do art. 198 da Constituição Federal, obedecem ao princípio da descentralização político-administrativa dos serviços e ações de saúde, com ênfase na descentralização dos serviços para os municípios.

Com relação à Estratégia Saúde da Família, não é diferente: o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, edita as normas e prescreve as diretrizes do programa; o Governo Estadual orienta a execução em nível estadual e contribui para o seu financiamento; e, por fim, os municípios, por adesão, executam-na em todas as suas etapas e atividades.

Desse modo, fica a critério do município a inclusão ou não de outros profissionais nas equipes, além daqueles recomendados pelo Ministério da Saúde, sempre levando em consideração a realidade local, a política de saúde municipal e a disponibilidade dos recursos humanos e financeiros necessários.

Não cabe ao Poder Legislativo designar profissionais para integrarem obrigatoriamente as equipes de saúde da família. Se assim procedesse, o Congresso Nacional estaria interferindo em assunto técnico de inteira responsabilidade dos municípios e afrontando o princípio do federalismo insculpido na nossa Constituição.

Ademais, são da iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a organização e o funcionamento da administração federal e dos serviços públicos, bem como sobre a criação de cargos, funções e empregos públicos no âmbito do Poder Executivo, do qual o SUS faz parte.

Cabe destacar que, ao longo do tempo, a composição das equipes de saúde da família (eSF) vem sofrendo alterações, com a

ad2019-07912



incorporação de novos profissionais e de novos arranjos institucionais, mediante a edição de normas infralegais.

Atualmente, a composição mínima da eSF está definida pela Política Nacional de Atenção Básica – que consta do Anexo 1 do Anexo XXII da Portaria de Consolidação (PRC) nº 2, de 28 de setembro de 2017 (Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde), do Gabinete do Ministério da Saúde, cuja origem é a Portaria MS/GM nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, Anexo 1 –, nos seguintes termos:

Composta no mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal.

O número de ACS por equipe deverá ser definido de acordo com base populacional, critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, de acordo com definição local.

Não obstante a definição da equipe mínima por parte do Ministério da Saúde, para fins de financiamento, é lícito aos municípios incluírem outros profissionais nas eSFs, de acordo com a política de saúde implementada localmente e com a utilização de recursos próprios. O município é o responsável por selecionar, contratar e remunerar os profissionais que integram as equipes de saúde da família.

Cabe destacar que, além dos profissionais das eSF, a atenção básica conta também com a atuação de outros profissionais, de diferentes áreas, inclusive psicólogos, mediante os chamados Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB). A composição de cada Nasf-AB é definida pelo gestor municipal, seguindo critérios de prioridade identificados a partir das necessidades locais e da disponibilidade financeira e de profissionais de cada uma das diferentes ocupações.

Qualquer município brasileiro, desde que tenha ao menos uma eSF, pode implantar Nasf-AB. Esses núcleos não são serviços de livre acesso à população – pois necessitam de encaminhamento prévio feito pela eSF –, mas os profissionais que os integram podem realizar atendimentos individuais e coletivos, desde que a demanda seja regulada pela eSF.

São exemplos de ações de apoio desenvolvidas pelos profissionais dos Nasf-AB a discussão de casos, o atendimento conjunto, a

*ad2019-07912*



interconsulta, a construção conjunta de projetos terapêuticos, a educação permanente, as intervenções no território e na saúde de grupos populacionais e da coletividade, as ações intersetoriais, as ações de prevenção e promoção da saúde e a discussão do processo de trabalho das equipes.

A atenção psicológica na atenção básica, portanto, é viabilizada diretamente, mediante atendimento dos usuários pelos psicólogos integrantes dos Nasf-AB, ou por meio dos profissionais das eSF capacitados pelos Nasf-AB e sob a sua supervisão.

Devemos destacar, também, a importância estratégica dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para a organização da rede de atenção em saúde mental. Os Caps são constituídos por equipes multiprofissionais e prestam assistência aos usuários dentro de uma base territorial definida, articulando todos os recursos assistenciais existentes naquele território. Eles também operam como referência para o encaminhamento de pacientes com transtornos mentais provenientes de serviços como ambulatórios especializados ou unidades básicas de saúde (UBS), além de prestarem apoio às equipes de saúde mental ou de saúde da família.

Portanto, resta claro que já existe previsão na legislação infralegal de que psicólogos possam integrar a atenção básica.

Outro ponto a ser considerado é que nenhuma profissão de saúde tem a sua participação nas equipes do SUS instituída por lei. Todas as normas a esse respeito são de âmbito infralegal. Não é justificável que uma única categoria profissional receba esse tratamento especial, pois tal medida infringiria o princípio da isonomia.

### III – VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela **rejeição** da Sugestão nº 32, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

ad2019-07912





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(SUG 32/2018)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA MAILZA GOMES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 99, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 1, de 2015, que Sugere a compulsoriedade da notificação do registro de ocorrência de desaparecimento de crianças e adolescentes ao Ministério da Justiça (MJ) por meio eletrônico e dá outras providências.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Soraya Thronicke

**RELATOR ADHOC:** Senadora Juíza Selma

08 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PARECER N° , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 1, de 2015 (OF nº 3534/2015), do Conselho Federal de Medicina, que *sugere a compulsoriedade da notificação do registro de ocorrência de desaparecimento de crianças e adolescentes ao Ministério da Justiça (MJ) por meio eletrônico e dá outras providências.*



SF/19747.01753-09

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na forma do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Sugestão (SUG) nº 1, de 2015, do Conselho Federal de Medicina (CFM).

A iniciativa pretende estabelecer a notificação compulsória, por meio eletrônico e perante o Ministério da Justiça (MJ), do registro de ocorrência de desaparecimento de crianças e adolescentes. Além disso, sugere a atualização da página da *web* por meio da qual são divulgadas informações sobre os desaparecidos, bem como a realização de campanhas de prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes, sob responsabilidade daquele órgão. Por fim, pretende instituir a obrigatoriedade de emissão do registro de identidade de recém-nascidos e uniformizar nacionalmente a numeração das carteiras de identidade, que passaria a adotar o sistema alfanumérico.

Na justificação, a entidade autora da sugestão se reporta à estimativa de que quase 250 mil pessoas estejam desaparecidas no Brasil. No





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

seu entender, é grave a ausência de um cadastro integrado e atualizado que reúna as informações necessárias à investigação desses eventos. Pontua que a solução demanda a cooperação entre os Poderes da República.

**II – ANÁLISE**

Conforme o disposto no art. 102-E, inciso I, do RISF, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Esse é exatamente o caso da SUG nº 1, de 2015. Sob a perspectiva regimental, portanto, acham-se atendidos os requisitos formais de admissibilidade da referida sugestão legislativa.

Quanto ao mérito, enalteçemos a preocupação do CFM com o elevado contingente de pessoas desaparecidas no nosso País. Trata-se de um problema que realmente exige a articulação de ações dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de acordo com suas respectivas competências constitucionais.

Podemos afirmar, entretanto, que o Poder Legislativo está atento e assumiu o protagonismo no debate sobre qual deve ser o modelo legal mais adequado para enfrentar esse desafio. Recentemente, foi sancionada a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Além da qualidade técnica, a lei expressa uma visão abrangente e, ao mesmo tempo, pormenorizada do tema. Sua principal contribuição é, sem dúvida, a unificação das informações relativas às pessoas desaparecidas em um só cadastro, de âmbito nacional, a ser gerido por uma autoridade central, mas com o apoio e o compromisso de autoridades locais dos Estados e do Distrito Federal. Há, além disso, outras medidas importantes apresentadas, a exemplo da divisão das tarefas de coordenação e atualização do cadastro pelos diversos órgãos do sistema de justiça criminal, da garantia de acesso público às informações básicas sobre as pessoas desaparecidas e do necessário levantamento estatístico acerca dos desaparecimentos.



SF/19747.01753-09



4



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

Em nossa avaliação, portanto, o conteúdo da SUG nº 1, de 2015, está integralmente contido na lei, com a ressalva que faremos a seguir.

Não consideramos que as questões do registro de identidade de recém-nascidos e da uniformização da numeração das carteiras de identidade se relacionem por afinidade, pertinência ou conexão com o tema do desaparecimento de pessoas. Ademais, a primeira já foi objeto de exame por esta Casa, no PLS nº 210, de 2017, ora em trâmite na Câmara dos Deputados. Quanto à última, convém salientar que as Leis nº 9.454, de 7 de abril de 1997, e nº 13.444, de 11 de maio de 2017, já dispõem sobre o assunto.

Diante dessas constatações, entendemos que a sugestão, ainda que meritória, perdeu a oportunidade.

**III – VOTO**

Em razão do exposto, votamos pela declaração de **prejudicialidade** da Sugestão nº 1, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19747.01753-09





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(SUG 1/2015)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA A SENADORA JUÍZA SELMA RELATORA "AD HOC" DA MATÉRIA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA PREJUDICIALIDADE DA SUGESTÃO. FICA APROVADO O ENVIO DO PARECER AO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA PARA CONHECIMENTO.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 100, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre a Sugestão nº 37, de 2018, que Inteligência Emocional e  
Meditação em todas as escolas do país.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Flávio Arns

08 de Agosto de 2019



**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão (SUG) nº 37, de 2018, do Programa *e-Cidadania*, que busca inserir inteligência emocional e meditação como disciplina nos currículos da educação básica.



Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

**I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 37, de 2018, originária do Programa *e-Cidadania* deste Senado Federal, na forma da Ideia Legislativa nº 108.464, que pretende inserir inteligência emocional e meditação como disciplina nos currículos da educação básica.

Para transformar-se em SUG, a proposta em exame contabilizou mais de vinte mil apoiadores registrados no sistema de participação digital do Senado Federal, no período de 2 de agosto a 19 de outubro de 2018.

**II – ANÁLISE**

Dispõe o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre *sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional*.

Por sua vez, a Resolução do Senado nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa *e-Cidadania*, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal do programa que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões



2<sup>3</sup>

legislativas previstas no art. 102-E do RISF e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 37, de 2018.

Passando à análise do mérito, o art. 9º da LDB estabelece que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá competências e diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos (inciso IV). A Lei prevê, ainda, a existência de um Conselho Nacional de Educação (CNE), com a competência para, por meio de sua Câmara de Educação Básica, deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto (art. 9º, §1º, c, da Lei nº 4.204, de 20 de dezembro de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995).

Portanto, a legislação federal incumbe ao CNE a prerrogativa de versar sobre currículo, instituindo as referidas diretrizes a serem seguidas em todo o País.

Além disso, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), determinou a criação de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para, entre outras atribuições, pactuar a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular dos ensinos fundamental e médio (estratégias 2.2, 3.3 e 7.1). Esse processo foi concluído, tendo sido aprovados pelo CNE os documentos finais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, que contemplam habilidades socioemocionais entre as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes.

Por conseguinte, ainda que fosse possível e recomendável incluir o referido tema nos currículos da educação, isso não seria mais necessário, porquanto a matéria já figura entre as habilidades exigidas na BNCC.

Além do exposto, o § 10 do art. 26 da LDB determina, expressamente, que compete ao CNE, com a homologação do Ministro de Estado da Educação, a inclusão de novos componentes curriculares na BNCC, o que inviabiliza a transformação em proposição da sugestão em análise.



4

3

A redação desse dispositivo foi introduzida na LDB pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio, o que demonstra a concordância do Poder Legislativo com a tese de que assuntos curriculares são questões técnicas a serem resolvidas nos fóruns oficiais da área de educação, e não no âmbito do Legislativo.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pelo **ARQUIVAMENTO** da Suggestão nº 37, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(SUG 37/2018)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR FLÁVIO ARNS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELO ARQUIVAMENTO DA SUGESTÃO.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 101, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre a Sugestão nº 23, de 2018, que Fim das Regalias para Ex-  
presidentes e Ex-Governadores.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Eduardo Girão

08 de Agosto de 2019





2

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 23, de 2018, do Programa e-Cidadania, que *fim das Regalias para Ex-presidentes e Ex-Governadores*.



SF/19629.32668-57

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão nº 23, de 2018, que propõe o “*fim das Regalias para Ex-presidentes e Ex-Governadores*”.

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, a Sugestão recebeu o apoio de mais de vinte mil pessoas – número necessário para que seja tratada como sugestão legislativa, nos mesmos termos das demais sugestões recebidas pela CDH. Registre-se que, em pouco mais de uma semana, a presente sugestão recebeu o apoio de mais de sessenta mil pessoas.

A Sugestão tem por objetivo revogar benefícios concedidos a ex-Presidentes da República e ex-Governadores como nomeação de assessores, carro oficial e seguranças, fazendo menção expressamente às Leis:

- a) Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que *dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências*;





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

2<sup>3</sup>

- b) Lei nº 8.889, de 21 de junho de 1994, que *dispõe sobre a permanência de pessoal requisitado, altera a concessão do benefício-alimentação, e dá outras providências*;
- c) Lei 10.609, de 20 de dezembro de 2002, que *dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências*.

A matéria foi despachada para exame desta CDH.

## II – ANÁLISE

Ultrapassada a exigência do apoio de vinte mil pessoas para a presente Sugestão, conforme atesta o portal do Senado Federal E-Cidadania, deve ela ser examinada, nos termos do art. 102-E, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Sugestão vem em boa hora para trazer ao Poder Legislativo uma discussão que, recentemente, tem sido feita no Supremo Tribunal Federal (STF). Há diversas ações já julgadas pelo STF em que foram declaradas a inconstitucionalidade de constituições e leis estaduais que concediam pensões especiais a ex-governadores de Estado. Mencionam-se as seguintes decisões:

- 1) ADI 4552 (Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 01/08/2018): inconstitucionalidade do art. 304 da Constituição do Estado do Pará;
- 2) ADI 4554 (Rel. Min. Roberto Barroso, j. 13/06/2018): inconstitucionalidade do art. 263 da Constituição do Estado de Sergipe;
- 3) ADI 4609 (Rel. Min. Roberto Barroso, j. 13/06/2018): inconstitucionalidade do art. 1º, parágrafo único, da Emenda nº 27/2002 à Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

vh2019-02254





- 4) ADI 3853 (Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 12/09/2007): inconstitucionalidade do art. 29-A da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul;
- 5) ADI 1461 (Rel. p/ Acórdão Min. Gilmar Mendes, j. 12/09/2007): inconstitucionalidade do art. 356 das Disposições Constitucionais Gerais da Constituição do Amapá.

Essas disposições das constituições estaduais foram declaradas inconstitucionais por violarem o direito fundamental à igualdade pelo tratamento que receberam esses agentes públicos em face dos demais trabalhadores brasileiros que não gozam de semelhante benefício, além de ofender o princípio da moralidade e de terem sido eventualmente criadas sem fonte de custeio específica.

Do ponto de vista federal, o benefício de subsídio mensal e vitalício a ex-Presidentes da República deixou de ter previsão constitucional com a entrada em vigor da Constituição de 1988. Tal benefício era previsto no art. 184 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e não foi previsto nova Constituição.

Nada mais necessário, portanto, do que estabelecer no texto constitucional que não será admitido o pagamento de tais benefícios a nenhum dos ex-titulares ou daqueles que tenham exercido o mandato na chefia do Poder Executivo federal, estadual, distrital ou municipal.

Também deve ser vedada a concessão de outros benefícios como carros oficiais, seguranças e assessores, uma vez que o ex-chefe do Poder Executivo deve ser tratado como todos os demais trabalhadores brasileiros, que não dispõem de regalias semelhantes. Esses benefícios foram mantidos, por exemplo, na mencionada Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, e posteriores alterações, que concedem, na prática, cargos em comissão cujos ocupantes serão indicados pelos ex-presidentes, além de da utilização de bens públicos.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

Sabe-se que há alguns países, como os Estados Unidos, que conferem esses tipos de benefícios. O Brasil, entretanto, não pode conviver com a permanência dessa situação, considerando as graves restrições orçamentárias, a grande desigualdade social e os desafios civilizatórios de nossa sociedade.

Por fim, seguindo a finalidade da Sugestão ora relatada, deve ser seu objeto fixado na proibição de concessão de quaisquer vantagens e benefícios exclusivamente decorrentes da condição de ex-titular de mandato eletivo. Isso porque há notícias de que Estados e Municípios concedem benefícios financeiros e não financeiros a ex-parlamentares, por exemplo. No Senado Federal, inclusive, há normas administrativas que estabelecem o privilégio de custeamento vitalício de despesas médicas de Ex-Senadores com recursos públicos. As mesmas razões acima já apontadas exigem que se proibam essas situações.

Apresenta-se abaixo, a minuta de Proposta de Emenda à Constituição para vedar o estabelecimento desses benefícios para que sejam economizados recursos públicos e moralizada a relação da sociedade com seus ex-governantes e representantes eleitos. Como já é praxe desta CDH, a Proposta deverá receber o apoio de um terço dos Senadores para que possa ter regular tramitação, nos termos do art. 60 da Constituição Federal.

### III – VOTO

Diante do exposto, vota-se pela aprovação da Sugestão nº 23, de 2018, na forma da minuta de Proposta de Emenda à Constituição abaixo apresentada.

vh2019-02254



SF/19629.32668-57





6

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

5

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

Acrescenta o § 13 ao art. 37 da Constituição Federal para vedar a concessão de benefícios a quem tenha exercido mandato eletivo na esfera federal, estadual, distrital ou municipal



SF/19629.32668-57

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 13:

**Art. 37** .....

§ 13. Não poderão ser disponibilizados servidores ou bens públicos, bem como pagos ou concedidos quaisquer espécies de benefícios, como pensões, aposentadorias e planos de saúde, decorrentes exclusivamente da condição de quem tenha exercido mandato eletivo nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal.

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

vh2019-02254





Senado Federal

7

**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SORAYA THRONICKE <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
STYVENSON VALENTIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. ROMÁRIO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	4. MARA GABRILLI <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. FABIANO CONTARATO <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
LEILA BARROS <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. PAULO ROCHA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD <span style="color: blue;">PRESENTE</span>	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO  
 FLÁVIO BOLSONARO  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(SUG 23/2018)**

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR EDUARDO GIRÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO QUE APRESENTA.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**PSD** - Otto Alencar\*  
**PSD** - Angelo Coronel\*\*  
**Bloco-PT** - Jaques Wagner\*\*

### Rio de Janeiro

**PODEMOS** - Romário\*  
**PSD** - Arolde de Oliveira\*\*  
**Bloco-PSL** - Flávio Bolsonaro\*\*

### Maranhão

**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Eliziane Gama\*\*  
**Bloco-PDT** - Weverton\*\*

### Pará

**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*  
**Bloco-MDB** - Jader Barbalho\*\*  
**Bloco-PSC** - Zequinha Marinho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-MDB** - Fernando Bezerra Coelho\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*  
**Bloco-MDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PSDB** - José Serra\*  
**Bloco-PSL** - Major Olímpio\*\*  
**Bloco-PSDB** - Mara Gabrilli\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*  
**PSD** - Carlos Viana\*\*  
**Bloco-DEM** - Rodrigo Pacheco\*\*

### Goiás

**Bloco-MDB** - Luiz do Carmo\* (S)  
**Sem Partido** - Jorge Kajuru\*\*  
**Bloco-PP** - Vanderlan Cardoso\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PL** - Wellington Fagundes\*  
**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*\*  
**Bloco-PSL** - Juíza Selma\*\*

### Rio Grande do Sul

**PODEMOS** - Lasier Martins\*  
**Bloco-PP** - Luís Carlos Heinze\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PDT** - Cid Gomes\*\*  
**PODEMOS** - Eduardo Girão\*\*

### Paraíba

**Bloco-MDB** - José Maranhão\*  
**Bloco-PP** - Daniella Ribeiro\*\*  
**Bloco-PSB** - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**PODEMOS** - Rose de Freitas\*  
**Bloco-REDE** - Fabiano Contarato\*\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Marcos do Val\*\*

### Piauí

**PODEMOS** - Elmano Férrer\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-MDB** - Marcelo Castro\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PT** - Jean Paul Prates\* (S)  
**PODEMOS** - Styvenson Valentim\*\*  
**Bloco-PROS** - Zenaide Maia\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-MDB** - Dário Berger\*  
**Bloco-PP** - Esperidião Amin\*\*  
**Bloco-PL** - Jorginho Mello\*\*

### Alagoas

**Bloco-PROS** - Fernando Collor\*  
**Bloco-MDB** - Renan Calheiros\*\*  
**Bloco-PSDB** - Rodrigo Cunha\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Alessandro Vieira\*\*  
**Bloco-PT** - Rogério Carvalho\*\*

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027

### Amazonas

**PSD** - Omar Aziz\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PSDB** - Plínio Valério\*\*

### Paraná

**PODEMOS** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-REDE** - Flávio Arns\*\*  
**PODEMOS** - Oriovisto Guimarães\*\*

### Acre

**Bloco-PP** - Mailza Gomes\* (S)  
**Bloco-MDB** - Marcio Bittar\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-MDB** - Simone Tebet\*  
**PSD** - Nelsinho Trad\*\*  
**Bloco-PSL** - Soraya Thronicke\*\*

### Distrito Federal

**S/Partido** - Reguffe\*  
**Bloco-PSDB** - Izalci Lucas\*\*  
**Bloco-PSB** - Leila Barros\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-MDB** - Confúcio Moura\*\*  
**Bloco-DEM** - Marcos Rogério\*\*

### Tocantins

**Bloco-PDT** - Kátia Abreu\*  
**PSD** - Irajá\*\*  
**Bloco-DEM** - Siqueira Campos\*\* (S)

### Amapá

**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*  
**PSD** - Lucas Barreto\*\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PROS** - Telmário Mota\*  
**Bloco-DEM** - Chico Rodrigues\*\*  
**Bloco-PRB** - Mecias de Jesus\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 19

MDB-12 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Espedìão Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

### Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3 / PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

### Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 12

PSDB-8 / PSL-4

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juíza Selma.	PSL / MT
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 10

DEM-7 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Siqueira Campos.	DEM / TO
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

### PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

### PODEMOS - 8

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Lasier Martins.	RS
Oriovisto Guimarães.	PR
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

### S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	19
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	12
Bloco Parlamentar Vanguarda.	10
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
PODEMOS.	8
S/Partido.	1
Vago	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Aroldo de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (Sem Partido-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Siqueira Campos** (DEM-TO)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027



**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÃO DIRETORA**

**PRESIDENTE**

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

**1º SECRETÁRIO**

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

**2º SECRETÁRIO**

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

**3º SECRETÁRIO**

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

**4º SECRETÁRIO**

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

**2º** Weverton - (PDT-MA)

**3º** Jaques Wagner - (PT-BA)

**4º** Leila Barros - (PSB-DF)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 19</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Esperidião Amin - PP</b> (28)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 12</b> <b>Eduardo Braga</b> (3,29,33)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p><b>Líder do PP - 6</b> <b>Daniella Ribeiro</b> (1)</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (4)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Mecias de Jesus</b> (12)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rodrigo Cunha - PSDB</b> (36,45)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 8</b> <b>Roberto Rocha</b> (21)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,40) Rodrigo Cunha (36,45)</p> <p><b>Líder do PSL - 4</b> <b>Major Olimpio</b> (9)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Veneziano Vital do Rêgo - PSB</b> (20)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PDT - 4</b> <b>Weverton</b> (5)</p> <p><b>Líder do CIDADANIA - 3</b> <b>Eliziane Gama</b> (2)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p><b>Líder do REDE - 3</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (22)</p> <p><b>Líder do PSB - 2</b></p>
<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Paulo Rocha - PT</b> (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (18,30)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 6</b> <b>Humberto Costa</b> (13,19)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34)</p> <p><b>Líder do PROS - 3</b> <b>Telmário Mota</b> (23)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (18,30)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (14)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (7,16) Jorginho Mello (11,15) Zequinha Marinho (17,31)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do DEM - 7</b> <b>Rodrigo Pacheco</b> (7,16)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p><b>Líder do PL - 2</b> <b>Jorginho Mello</b> (11,15)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Zequinha Marinho</b> (17,31)</p>	<p><b>PSD - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Otto Alencar - PSD</b> (8)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p><b>PODEMOS - 8</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PODEMOS</b> (10)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (25,47) Rose de Freitas (26,48)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - MDB</b> (3,29,33)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Bezerra Coelho - MDB</b> (32)</p> <p>Vice-Líderes Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (35,40) Chico Rodrigues (41)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (22)</p>		

**Notas:**

1. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Cirio Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
5. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
6. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
9. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
10. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
11. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
20. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
21. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
22. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
23. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU**

**Finalidade:** Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

**Número de membros:** 5 titulares e 2 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(1)</sup>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1)</sup>	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(1)</sup>	

**Notas:**

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA**

**Finalidade:** Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 03/09/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



### 3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

**Finalidade:** Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**RELATOR:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**Instalação:** 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6,9)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(3,4,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(7)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(8)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(1)</sup>	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(1)</sup>	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(1,6)</sup>	9. VAGO <sup>(2)</sup>

**Notas:**

- Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
- Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
- Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
- Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
- Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
- Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
- Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

**Secretário(a):** Leandro Bueno / Fernanda Lima

**Telefone(s):** 61 33033490

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DE BRUMADINHO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 13/02/2019

**Instalação:** 12/03/2019

**Prazo final:** 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(1)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(1)</sup>	
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(2)</sup>	1.
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,11,12)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4,10)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Viana (MG) <sup>(6,9)</sup>	1. Senador Otto Alencar (BA) <sup>(6,9)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
2. Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
3. Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
4. Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
5. Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
6. Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
7. Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
8. Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).

10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).

11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).

12. Em 06.06.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 164/2019-GLMDB).

**Secretário(a):** Reinilson Prado / Diogo Peixoto

**Telefone(s):** 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9,19)</sup>
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(9)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,19)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(9)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(9)</sup>	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(10)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(12,18)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6)</sup>	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(13)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(8)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(13)</sup>	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(8)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(13)</sup>	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(8)</sup>
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(8)</sup>	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) <sup>(14)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(8)</sup>	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(17)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) <sup>(15)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,20,23)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>	5. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(7)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,21,24)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto <sup>(2)</sup>
Senador Irajá <sup>(2)</sup>	3. Senador Arolde de Oliveira <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(4)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(16)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde de Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 23/04/2019

**Prazo final:** 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(1)</sup>	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(14)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(9)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(9)</sup>	3. VAGO <sup>(8,20)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(10)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(12)</sup>	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(6)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(6)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(15)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(2)</sup>	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,17)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(17)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(19,21)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Nelsinho Trad <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(1)</sup>
Senador Irajá <sup>(1)</sup>	2. Senador Lucas Barreto <sup>(1,13)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(13)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(16)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

- Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
- Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9,28,34)</sup>
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(9)</sup>	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,23)</sup>	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(9)</sup>
Senador José Maranhão (MDB-PB) <sup>(9)</sup>	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9,21)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(10)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(12)</sup>	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(7)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,32)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(7,32)</sup>
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(8,31,33)</sup>	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(8,20,29,30)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(8)</sup>
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(8)</sup>	5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(14)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(13)</sup>	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(3)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3,25,26)</sup>	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,24,27)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3,22,35)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(6,16,18)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,16,19,36)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6,18)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão <sup>(2)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(2)</sup>
Senador Arolde de Oliveira <sup>(2)</sup>	3. Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(4)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).



**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8)</sup>	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(8)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(14)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(15)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(9)</sup>	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(10)</sup>	6.
VAGO <sup>(11)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(6)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(6)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7)</sup>	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(7)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(7)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(7)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(12)</sup>	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(13)</sup>
	6.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(3)</sup>	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(17)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(5)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(5,16,19)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(5)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(1,2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(1)</sup>	2. Senador Arolde de Oliveira <sup>(1)</sup>
Senador Sérgio Petecão <sup>(1)</sup>	3. Senador Irajá <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(18)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(20)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

**Finalidade:** Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(1)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)

2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(10,17)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(6,16)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(10)</sup>	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) <sup>(16,17)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(10)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(17)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8)</sup>	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(11)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(14)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(15)</sup>	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(20)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(3)</sup>	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>	1. Senador Lucas Barreto <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz <sup>(2,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(12)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).



12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9)</sup>	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(9,13)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(13)</sup>	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(10,13,14,16,20)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(13,18,20)</sup>	3. VAGO <sup>(14)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(15)</sup>	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(7)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(6)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7)</sup>	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(7)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(8)</sup>	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(8)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(11)</sup>	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(19)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5,17)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(5)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Arolde de Oliveira <sup>(1)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão <sup>(1,2)</sup>
Senador Nelsinho Trad <sup>(1)</sup>	2. Senador Lucas Barreto <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	1.
	2.

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



### 6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

**Finalidade:** Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Prazo final:** 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(1)</sup>	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(10)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(10)</sup>
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(10)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(10)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(10)</sup>	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(12)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(5,22)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(6,18,22)</sup>	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(8)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) <sup>(14)</sup>
Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(13)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(3)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,17,21)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(7)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7,16)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Nelsinho Trad <sup>(2)</sup>	1. Senador Arolde de Oliveira <sup>(2)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(19)</sup></b>	
Senador Romário <sup>(20)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães <sup>(20)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



### 7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(2)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(2)</sup>	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

- Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
- Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(8)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8)</sup>
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(8)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8)</sup>	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8)</sup>	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(7,13,14)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(15)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(12)</sup>	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(6)</sup>	1. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(6)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) <sup>(10)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(16)</sup>	3. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(3)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(5)</sup>
	3.
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(2)</sup>
Senador Irajá <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(18)</sup></b>	
Senador Styvenson Valentim <sup>(19)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães <sup>(19)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(19)</sup>	2. Senador Lasier Martins <sup>(19)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(10)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(10)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(10)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9,11)</sup>
VAGO <sup>(5,13)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(16)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(7)</sup>	1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) <sup>(7)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7,8)</sup>	3. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(3,18)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3,14,15)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3)</sup>	3. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2.
<b>PODEMOS <sup>(19)</sup></b>	
Senador Elmano Férrer <sup>(20)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim <sup>(20)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrielli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



### 9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(1)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(12)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9,19)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(11)</sup>
Senador José Maranhão (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(13)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(6)</sup>	1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) <sup>(5)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(7)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(14)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(16)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(15)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(2)</sup>	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(1)</sup>	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(1,20,21)</sup>
Senador Sérgio Petecão <sup>(1)</sup>	2. Senador Angelo Coronel <sup>(1,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



### 10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

**RELATORA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 17/04/2019

**Prazo final:** 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	3. VAGO <sup>(1,3)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1)</sup>	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
- Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeram o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
- Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(10)</sup>	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(10)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(10)</sup>	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(10)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(7)</sup>	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(10)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(11)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(6,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(9)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(20)</sup>	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(4,12,17)</sup>	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(4,13)</sup>
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(8)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(8,15,22)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(8)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(8)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Arolde de Oliveira <sup>(2)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(2,3)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(2,3)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(5)</sup>	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>	2.
<b>PODEMOS <sup>(18)</sup></b>	
Senador Oriovisto Guimarães <sup>(19)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim <sup>(19)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(6)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,8,9)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Irajá <sup>(1)</sup>	1. Senador Arolde de Oliveira <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2,5)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(10)</sup></b>	
Senador Styvenson Valentim <sup>(11)</sup>	1. Senador Eduardo Girão <sup>(11)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

**Secretário(a):** Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(10)</sup>**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(6)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(7)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(6,13)</sup>	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(6)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(6)</sup>	3. VAGO <sup>(6,12)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(5,14)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(5,14)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(21)</sup>	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Jorge Kajuru (Sem Partido-GO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2,11)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(1)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(1)</sup>	2. Senador Omar Aziz <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(3)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(8)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3,8)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(15,16,17)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(18)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão <sup>(19)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas <sup>(19,20)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Instalação:** 02/07/2019

**Prazo final:** 22/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>	3.

**Notas:**

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS  
(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

---

**MEMBROS**

---

**DEM**

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

---

**PSD**

Senador Irajá (TO)

---

**PSDB**

Senador Antonio Anastasia (MG)

---



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
*(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)*

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

---



**6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL***(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

---

**MEMBROS****REDE**Senador Randolfe Rodrigues (AP)

---



Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

